

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SOLANGE DOS SANTOS SILVA

**O PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO
SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Porto Alegre

2010

SOLANGE DOS SANTOS SILVA

**O PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO
SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como pré-requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientador: Professor Dr. Francisco Arseli Kern

Porto Alegre

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586p Silva, Solange dos Santos
O processo de materialização do projeto ético-político do Serviço Social no trabalho do assistente social / Solange dos Santos Silva. – Porto Alegre, 2010.
153 f.

Diss. (Mestrado) – Fac. de Serviço Social, PUCRS.
Orientador: Prof. Dr. Francisco Arseli Kern.

1. Serviço Social. 2. Políticas Públicas. 3. Trabalho.
4. Assistentes Sociais – Atuação Profissional. 5. Projeto Ético-Político. I. Kern, Francisco Arseli. II. Título.

CDD 361

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779

SOLANGE DOS SANTOS SILVA

**O PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO
SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do Título de:

Mestre em Serviço Social

E aprovada na sua versão final em ____/____/____ atendendo as normas da legislação vigentes da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Professora Dra. Jane Cruz Prates
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Arno Vorpapel Scheunemann
Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

Prof^a. Dra. Beatriz Gershenson Aginsky
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Orientador: Prof. Dr. Francisco Arseli Kern
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Porto Alegre

2010

Dedico esta dissertação aos Assistentes Sociais que no seu trabalho enfrentam os desafios da profissão.

AGRADECIMENTO

A construção desta dissertação representa a busca de aprofundamentos do conhecimento na área do Serviço Social. Passaram-se dois anos de dedicação ao Mestrado nesta Universidade, um período marcante que certamente não se resume nesta produção, mas fundamentalmente uma formação acadêmica, profissional e pessoal. Neste momento me disponho a agradecer àqueles que, de uma forma ou de outra, me fortaleceram para seguir esta trajetória em busca de mais este objetivo, de expressivo significado na minha história de vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS pela aprovação deste projeto e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela oportunidade de bolsa integral neste último ano, que possibilitou maior dedicação aos estudos e pesquisa.

Ao meu orientador, Dr. Francisco A. Kern, pela oportunidade de convivência no GEPEDH e especialmente no processo de orientação e construção desta dissertação. Obrigado pelo carinho, compreensão, incentivo e orientações que ficam para toda a vida profissional e pessoal.

Aos professores Dr. Arno V. Scheunemann, Dra. Beatriz G. Aginsky e Dr. Carlos Nelson dos Reis por aceitarem o convite para participar nas bancas de qualificação e final, pela leitura atenta e importantes considerações.

Aos Assistentes Sociais, participantes desta pesquisa, pela recepção e disponibilidade de abrirem seus espaços de trabalho e compartilharem seus conhecimentos, experiências e vivências no trabalho objetivado diariamente nos campos em que se inserem.

A professora Dra. Beatriz G. Aginsky, pela atenção em momentos acadêmicos difíceis desta trajetória, pelo privilégio de compartilhar momentos de estudo, pesquisa e convivência, especialmente nas atividades do GEPEDH. Minhas sinceras considerações, admiração, respeito e gratidão para além da profissional, mas como pessoa, exemplo de sensibilidade, ética e incentivo.

Ao Professor Dr. Carlos Nelson dos Reis, pelos conhecimentos transmitidos na disciplina de Economia Política, pelas orientações e reflexões no primeiro artigo produzido no mestrado, aprovado no XI ENPESS/São Luís/MA. Minhas considerações pela referência de Professor, por seu exemplo de organização, sensibilidade, exigência e comprometimento. Agradeço pela dedicação, disponibilidade, compreensão, reflexões e motivações profissionais e de vida.

A professora Dra. Jane pelo carinho e significativas contribuições nas aulas de pesquisa e conversas acerca do meu projeto.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, pela oportunidade que proporcionaram de qualificar e ampliar meus conhecimentos.

À amiga e colega (desde a graduação) Aline, pela estimada recepção nos primeiros dias na capital, as indicações e a disponibilidade de sempre.

À Letícia. Sem palavras para agradecer a confiança em dividir o mesmo espaço e a amizade construída neste período. Todas as bênçãos a esse SER tão especial que tive a honra de conhecer e conviver.

À equipe do Projeto de Cooperação acadêmica entre Brasil e Alemanha (PROBRAL) pela oportunidade de participar das atividades de estudo e pesquisa e dos encontros formais e informais que contribuíram significativamente para esta formação.

A todos os colegas que passaram e permanecem no Grupo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (GEPEDH) pela amizade, convivência e reflexões que de uma forma ou de outra contribuíram nesta formação. Dedico um agradecimento especial à Luíza, sempre presente nos meus dias no núcleo, pela disponibilidade, compreensão e os “cafés com teorias”.

A todos os colegas do curso, das disciplinas ou corredores, que reservo em não nominá-los, pois cada um tem um significado especial neste processo. Com certeza foi um rico aprendizado no convívio com esta heterogeneidade de pensamentos, projetos e experiências de vida.

Aos secretários do PPGSS, Juliana e Antônio, pela disponibilidade de sempre.

A equipe de trabalho e alunos da APAE – Horizontina pelo carinho, compreensão e apoio no primeiro semestre do curso, período em que mantinha vínculo àquela Instituição.

Aos parentes, ex-professores e amigos de Entre Ijuís, cidade que nasci e cresci, que mesmo distantes, manifestam carinho, confiança e incentivo.

Aos amigos que conheci nas tantas viagens e nas rodoviárias. Meu carinho especial à colega Fernanda, muitos encontros e desejo de boa viagem.

Ao Rudinei. Minha inestimável gratidão pela convivência, cumplicidade nos meus desafios, incentivo, críticas e contribuições filosóficas. Agradeço pela superação do tempo distante e por acreditar nos meus ideais, escutar minhas angústias, alegrias e decepções; por dedicar parte de seu tempo para grandes contribuições que certamente sempre fazem muita diferença nas minhas conquistas.

Aos meus irmãos, Cristiane e Roberto, pelo carinho, referência e compreensão nas minhas ausências em momentos importantes do convívio familiar.

Aos meus pais, Juraci e Dari – MESTRES na arte de viver - por me alertarem dos desafios, mas acreditarem na minha autonomia.

A todas as pessoas, amigos e familiares, que de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização do mestrado, compartilharam desta trajetória, reclamaram minha ausência, mas me incentivaram e entendem meu esforço.

*A **Deus**, por tudo! Diante das impossibilidades, acreditei. Nas possibilidades, realizei. Nas dificuldades, busquei a superação e sigo em frente!*

RESUMO

O estudo realizado através do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social – Mestrado da PUCRS – resulta a pesquisa que tem o objetivo analisar como os Assistentes Sociais materializam o Projeto Ético-Político do Serviço Social no trabalho realizado no âmbito das políticas públicas, com vistas a contribuir com subsídios para as discussões deste Projeto. Constitui-se de uma pesquisa de natureza qualitativa sob o referencial dialético crítico e ostenta os estudos da construção do Projeto profissional do Serviço Social na sociedade brasileira, com ênfase para a consolidação do Projeto ético-político na década de noventa. O processo investigativo foi realizado no período de 2008 e 2009 e contou com a participação de profissionais Assistentes Sociais que se encontram em pleno exercício do trabalho nas Instituições da esfera pública estatal - Prefeituras Municipais da Região Fronteira Noroeste do Rio grande do Sul. Os principais resultados elucidam que os profissionais Assistentes Sociais encontram-se na condição de trabalhadores assalariados, atuando predominantemente, na política pública de Assistência Social. A realização do trabalho ocorre sob condições e relações tensas e contraditórias entre projetos de interesses distintos, que coexistem nestes espaços sócio-ocupacionais. A materialização do Projeto ético-político, ocorre na dialética em que se processa a dimensão ético-política da profissão, na conjugação cognoscitiva e prática do profissional, que prescinde da dimensão teórico-metodológica e conhecimentos técnico-operativos para o exercício do trabalho.

Palavras-Chave: Projeto ético-político; Serviço Social; trabalho; políticas públicas

ABSTRACT

The study made through the post-graduation program at Social Service College - PUCRS Master's degree – results in a research whose goal is to analyze how Social Assistants materialize the ethical-political of Social Service by the work made on the field of public politics, trying to help with information for Project discussions. It's composed by a qualitative research by nature, about critical dialectical referential and shows studies for the making of Social Service Professional on Brazilian society with emphasis to the consolidation of ethical-political Project of the 90's. The investigative process was made during 2008 and 2009, with participation of Social Assistants that are professionals and are working for State Institutions like City Halls from Northwest border part of Rio Grande do Sul State. The main results elucidate that those professionals are on regular salary workers position and acting above all on public politics of Social Assistance. Their work is made under tense relations and conditions among projects of opposite interests that exist on those socio-occupational places. The materialization of ethical-political Project happens on the dialectic where its processed the ethical-political dimension of the profession by combined cognitive, and experience of the professional, that dispenses the theoretical and methodological dimension and technical-operative knowledge to execute his job.

Key Words: Ethical-political Project; Social Service; work; public politics

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Documentos que materializam o Projeto Ético-Político na Década de 1990	50
Figura 2 - As dimensões que emprestam materialidade ao Projeto ético-político.....	60
Figura 3 - Elementos constitutivos do Projeto ético-político.....	62
Gráfico 1 - Tempo de Atuação Profissional.....	94
Gráfico 2 - Área de Atuação na Instituição.....	95

LISTA SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

CEPAS – Código de Ética dos Profissionais Assistentes Sociais

CES – Câmara Superior de Educação

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CNE – Conselho Nacional de Educação

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

NOB-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

PAIF – Programa de Atenção Integral à Família

PEP – Projeto ético-político

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS – SOLO HISTÓRICO PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	18
2.1	UMA VISÃO DE SOCIEDADE	18
2.1.1	As transformações societárias.....	23
2.1.2	Estado - Questão Social e Políticas Sociais	28
3	A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	33
3.1	DO ETHOS CONSERVADOR À “RENOVAÇÃO” DA PROFISSÃO.....	35
3.2	A DIREÇÃO SOCIAL CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL	42
4	O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	49
4.1.	OS DOCUMENTOS QUE MATERIALIZAM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA DÉCADA DE 1990.....	49
4.1.1	Os componentes e elementos que o constituem.....	58
4.2	ENTRE A HEGEMONIA E OS DESAFIOS DO PROJETO PROFISSIONAL.....	63
5	BASE METODOLÓGICA	69
5.1	O MÉTODO	69
4.2	A METODOLOGIA	71
5.2.1	Natureza da Pesquisa.....	74
5.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	77
5.4	O PERCURSO INVESTIGATIVO E A COLETA DAS INFORMAÇÕES.....	84
5.5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	87
6	OS RESULTADOS DO ESTUDO	90
6.1	OS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	90
6.2	O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: “EIXO NORTEADOR” DO TRABALHO PROFISSIONAL.....	98
6.3	- O PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: SIGNIFICAÇÕES A PARTIR DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	104

6.4 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: O SENTIDO DAS MEDIAÇÕES.....	114
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICES.....	147
APÊNDICE A – Carta de Autorização ao Coordenador do Serviço	147
APÊNDICE B – Carta Convite para os Assistentes Sociais	148
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Assistentes Sociais	149
APÊNDICE D – Questionário a ser aplicado aos Assistentes Sociais	151
APÊNDICE E – Formulário de Entrevista aos Assistentes Sociais.....	153
ANEXOS	154
Aprovação e Cadastro no Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/PUCRS	154

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema de investigação o Projeto ético-político do Serviço Social, numa delimitação que norteia a invocação do processo de materialização deste projeto no trabalho do Assistente Social, realizado no âmbito da esfera pública estatal – políticas públicas municipais da Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.

O Projeto ético-político consiste no projeto profissional de caráter coletivo que fundamenta a formação e o exercício do trabalho do Assistente Social. *A priori*, sustenta-se na Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93), no Código de Ética de 1993 e Diretrizes Curriculares de 1996, pauta-se em valores fundantes como a liberdade como valor ético central, articulados à defesa da democracia como valor ético-político em favor da equidade e justiça social.

O mesmo projeto identifica-se de caráter coletivo, de modo que abrange toda a categoria, movendo-a para finalidades como um projeto profissional que apresenta a profissão na sociedade a partir de seus princípios, valores, objetivos e funções, que comumente respaldam o trabalho do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, seja de natureza pública ou privada.

A justificativa do estudo versa basicamente três dimensões articuladas de sustentação: a escolha pessoal – intrínseca às experiências de trabalho em pastorais sociais (Igreja Católica); a construção acadêmica – questionamentos que perpassam o processo de formação acadêmica e consolidam-se no mestrado em Serviço Social; e a contribuição social da pesquisa, momento em que os resultados não limitam-se as inquietações individuais *a priori*, mas visam contribuir para reflexões no meio acadêmico e dos profissionais que operacionalizam o trabalho nos espaços ocupacionais. Consubstancial a isto, incorpora-se a profícua relevância da produção científica no âmbito do Programa de Pós-graduação, reconhecidamente protagonista do pensamento social contemporâneo do Serviço Social e da afirmação de sua maturidade e nuances intelectuais no decorrer do processo histórico.

Nesse sentido, propõem-se uma análise presidida pela teoria social crítica, de forma a elucidar o Projeto ético-político no movimento do trabalho profissional e as implicações no processo de sua materialização a partir da investigação de abordagem qualitativa aos profissionais que atuam nas políticas públicas. A

pertinência dessa teoria para pesquisa inspira a indissociabilidade do acúmulo teórico sobre o tema e as categorias emergentes da realidade pesquisada.

O fio condutor da análise, não é aleatório ao pensamento dialético crítico a que se inscreve o Serviço Social no redimensionamento e vigência de sua fundamentação. As referências teóricas deste estudo gestam no projeto de pesquisa e são complementadas com outros autores, publicações recentes sobre o tema e leituras clássicas da teoria social crítica. A escolha deste conjunto de bibliografias deve-se à consideração da importância qualitativa de apreender a direção do pensamento a que incorre o Projeto ético-político do Serviço Social, com vistas a aproximações e possíveis respostas ou contribuições à problemática da pesquisa.

Buscam-se elucidações a partir de algumas questões que norteiam o estudo: como os profissionais apreendem o Projeto ético-político? Como os princípios do Projeto ético-político são mediados no exercício profissional? Quais os fatores que facilitam e os que dificultam o processo de materialização do Projeto ético-político nos diferentes espaços sócio-ocupacionais?

O propósito que move a análise é reunir subsídios para elucidar como os assistentes sociais materializam o Projeto ético-político do Serviço Social realizado no âmbito das políticas públicas das prefeituras municipais da fronteira noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, recorre-se a uma revisão da produção teórica sobre o tema e referente aos fundamentos constitutivos do mesmo. Procura-se atribuir visibilidade às concepções dos autores que consideram o Projeto ético-político na historicidade da profissão e seu significado nos processos de trabalho. Realiza-se uma pesquisa de campo que possibilita identificar, por meio da pesquisa qualitativa, o Projeto ético-político na realidade concreta, onde os profissionais partícipes da divisão sócio-técnica do trabalho movimentam-no sob condições objetivas de efetivação.

Pretende-se atribuir destaque para os resultados da investigação, que emergem de um cuidadoso processo de pesquisa *in lócus* com sujeitos que vivenciam a singularidades da expressão da questão social e as particularidades em que se processam as mediações nas especificidades das políticas públicas. Dessa forma, as categorias que consistem o pensamento social da profissão legitimam a indissociável articulação entre teoria e realidade, em que a opção do método dialético crítico não se reduz à procedimentos técnicos para conhecer, mas a lógica em que imbrica-se a busca do conhecimento.

Contribuem para essa elaboração, um trabalho de síntese da produção acumulada a partir das reflexões nas disciplinas e grupos de pesquisa no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, de modo que a dissertação incorpora elementos abstraídos nesse processo e da pesquisa realizada sob essa vinculação. A dissertação organiza-se em sete capítulos:

No primeiro: o capítulo de abertura consiste na introdução do estudo;

No segundo: Transformações Societárias – solo histórico para a emergência do Serviço Social e o desenvolvimento do Projeto profissional – procura-se realizar uma abordagem da formação social da sociedade capitalista, das emergentes transformações societárias, fundante dos projetos societários, que amalgamam valores nem sempre convergente com os projetos profissionais. Busca-se apresentar que neste *solo histórico* de significativas mudanças na ordem econômica e política, imprime-se a questão social e a emergência do Serviço Social, considerando que a partir deste contexto dinamizam-se os desafios para o aprofundamento de conhecimentos sobre o seu *objeto* – originária das perspectivas de seu trabalho, renovação de sua operacionalização e organização política.

No terceiro: A construção do Projeto profissional do Serviço Social – busca-se apresentar o entendimento de projetos profissional e assim o projeto do Serviço Social; resgata-se aspectos relevantes da formação do *ethos* conservador da profissão e o marco da “renovação” a partir do Movimento de Reconceituação, que enfeixa a crítica ao conservadorismo – pressupostos para a revisão e aprovação do código de ética de 1986, que torna-se referencial para o debate da ética profissional.

No quarto: O Projeto ético-político do Serviço Social – Segue-se no propósito de apresentar a conjugação de documentos que materializam o Projeto ético-político na década de noventa. Seleciona-se conceitos e definições do que passou a denominar-se “Projeto ético-político” do Serviço Social e sua formação – componentes e elementos que o constituem, buscando evidenciar os avanços e continuidades no debate sobre o mesmo, evidenciando a questão da hegemonia, a partir das bibliografias consagradas na categoria que intitulam o tema a partir da década de noventa. Busca-se conceituar as categorias que perpassam a análise e interpretação das informações.

No quinto: A base metodológica - apresenta-se aspectos conceituais da metodologia, a direção e o percurso da investigação;

No sexto: Os resultados do estudo – uma elaboração com base na revisão bibliográfica e nas informações empíricas coletadas no processo investigativo.

No sétimo: as considerações finais do estudo – consiste no esforço de uma reflexão que se desdobra da historicidade do Projeto ético-político aos resultados obtido na investigação neste contexto histórico e geográfico.

As preocupações que movem essa pesquisa centram o processo de materialização do Projeto ético-político, buscando aproximações do significado do trabalho no âmbito das condições objetivas e subjetivas em que se realiza na esfera pública estatal, a partir das especificidades da região definida para a investigação. Tendo em vista a área de concentração do Programa da Pós-Graduação “Serviço Social, políticas e processos sociais” esta pesquisa insere-se na linha de pesquisa “Serviço Social e políticas sociais”.

2 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS – SOLO HISTÓRICO PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

No presente capítulo busca-se apresentar elementos das transformações societárias que perfazem o solo histórico para a construção e desenvolvimento do Projeto profissional do Serviço Social na sociedade brasileira.

Parte-se do entendimento de que o Serviço Social como profissão está intimamente ligado a estes processos de transformações e a organização da sociedade para o enfrentamento das consequências expressas na chamada questão social. O desenvolvimento do Projeto profissional sustenta suas particularidades de profissão institucionalizada, legalmente sancionada que acompanha o movimento societário perfazendo renovações e incorporando demandas que venham ao encontro dos fundamentos e valores que defende a categoria, expressos nos documentos que o constituem.

Em se tratando de construção do conhecimentos nas particularidades de uma área específica do saber, o esforço de conhecer parte-se do já conhecido, das matrizes teóricas que o conformam, das diretrizes históricas que perfazem a identidade social desta área nos diferentes contextos na perspectiva de aprofundamentos e ampliações.

Nestas considerações, supõe conectar a reflexão do Projeto profissional do Serviço Social com o movimento da sociedade e projetos societários, pois, o projeto profissional engendra neste conjunto de processos em mudanças, sujeito a modificar-se. Assim, busca-se na acepção dos conceitos, elementos para perseguir os demais itens do capítulo.

2.1 UMA VISÃO DE SOCIEDADE

No sentido etimológico da palavra, a sociedade está intimamente ligada àquilo que é social, registra a correlações de fenômenos sociais e alterações cíclicas de processos complexos em permanente ressignificações. Na modernidade, o fundamento dos processos sociais se realizam pela ação humana e o social abriga sentidos específicos nas particularidades das diferentes áreas do conhecimento.

A natureza do social, na perspectiva do materialismo histórico, situa-se na ordem das forças produtivas e na conseqüente divisão de classes. As sociedades humanas são processos dinâmicos do homem em relação com a natureza para

prover os meios de sobrevivência por meio do trabalho. No texto *A Ideologia Alemã*, o primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente a existência dos seres humanos vivos e que todos os homens devem estar em condições de viver para fazer história (MARX e ENGELS, 2005).

No Terceiro Manuscrito, a sociedade é a união completa do ser humano com a natureza e com os outros seres humanos, sendo que “da mesma forma que a própria sociedade produz o ser humano como ser humano, ela também é produzida por ele” (MARX, 2009, p. 03). Assim, a própria existência é uma atividade social, uma manifestação e afirmação da vida social, pois o indivíduo é o ser social:

Embora o ser humano seja um indivíduo particular, é justamente esta particularidade que o torna um indivíduo, um ser comunal efetivamente individual – ele é igualmente a totalidade, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade como é pensada (MARX, 2009, p.04).

O estreitamento das premissas da modernidade presume o declínio do homem medieval e da visão de mundo mística, lançando as bases para novos rumos de entendimento da organização humana. Neste sentido, o protagonismo do homem redimensiona a concepção histórica de uma simples “coletânea de fatos históricos” para processos dinâmicos de transformações na produção da vida, seja como relação natural ou relação social – social no sentido de cooperação de vários indivíduos em quaisquer condições, modo e finalidade (MARX e ENGELS, 2005).

Estas mudanças ganham a conotação de um sistema de interações de si para com “o outro”, com o meio em que se vive e a natureza, a medida que designa fatores indicadores de desenvolvimento no curso geral e imprimem profundas alterações que inferem no pensamento e na organicidade social e produtiva das relações humanas. Um exemplo disso é a própria transição do modo de organização comunitário para as radicais alterações no modo de produção capitalista. Neste sentido, parece importante esta diferenciação:

Enquanto na sociedade do modo de produção capitalista a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam reciprocamente, formas sociais anteriores, nas quais a particularização dos ofícios se desenvolveu naturalmente, para depois cristalizar-se e por fim firmar-se legalmente apresentam, ao contrário, de um lado, o quadro de uma organização do trabalho social subordinada a um plano e a uma autoridade, enquanto de outro excluem inteiramente a divisão do trabalho dentro da oficina, ou só a desenvolvem numa escala minúscula, ou de modo apenas esporádico e acidental.[...] Aquelas pequenas comunidades indianas antiqüíssimas, por exemplo, que

em parte ainda continuam a existir baseiam-se na posse comum das terras, na união direta entre agricultura e artesanato e numa divisão fixa do trabalho, que no estabelecimento de novas comunidades serve de plano e de projeto. Constituem organismos de produção que bastam a si mesmos, variando suas áreas de produção de 100 a alguns milhares de acres. A maior parte dos produtos é destinada ao autoconsumo direto da comunidade não como mercadoria sendo portanto a própria produção independente da divisão do trabalho mediada pelo intercâmbio de mercadorias no conjunto da sociedade indiana. [...] Em sua forma mais simples a comunidade cultiva a terra em comum e distribui seus produtos entre seus membros, enquanto cada família fia, tece etc. como atividade acessória doméstica. [...] O mecanismo comunal apresenta uma divisão planejada do trabalho mas sua divisão manufatureira é impossível, pois o mercado do ferreiro, do carpinteiro etc. permanece inalterado, podendo-se, de acordo com o tamanho da aldeia, encontrar no máximo, em vez de um ferreiro, oleiro etc., dois ou três deles. A lei, que regula a divisão do trabalho comunal, opera aqui com a autoridade inquebrantável de uma lei natural, enquanto cada arteção particular, como o ferreiro etc., realiza todas as operações pertinentes a seu ofício, de maneira tradicional, mas independente e sem reconhecer nenhuma autoridade em sua oficina (MARX, 1996, p. 471-473).

Neste contexto, está exemplificado o contraste entre a organização comunitária e aquela orientada pelo modo de produção capitalista. Enquanto nas comunidades a lei da divisão do trabalho é natural e não subordinada, nas sociedades capitalistas esta relação tem força de lei e determinismos e condicionalidades para aqueles que se dispõem ao mercado produtivo, comumente os indivíduos humanos.

Por aproximações teóricas na área sociológica, as comunidades são compostas pelos indivíduos unidos por laços naturais ou são espontâneas, ou ainda são compostas por objetivos comuns que transcendem os interesses particulares de cada pessoa, enquanto que, as sociedades compreendem grupos baseados na vontade livre das pessoas que os integram ou que formam uma associação deliberada para a consecução de determinados fins, sob contatos que estabelecem-se nas bases dos interesses individuais (LAKATOS, 1985).

Para Chauí e Oliveira (2007) enquanto a comunidade é um tipo de agrupamento humano no qual se observa um elevado grau de intimidade e coesão entre seus membros, a sociedade é formada por um conjunto de leis e regulamentos racionalmente elaborados, a exemplo das grandes sociedades urbanas industriais onde as relações sociais tendem a ser formalizadas e impessoais e os indivíduos não mais dependem uns dos outros para seu sustento e estão muito menos comprometidos moralmente entre si. Sendo assim,

[...] a expressão sociedade designa agrupamentos humanos que se caracterizam pelo predomínio de contatos sociais secundários e impessoais, próprios da sociedade industrial, e que há uma complexa divisão do trabalho e o Estado é sustentado por forte aparato burocrático (CHAUI & OLIVEIRA 2007, p.113).

Referindo-se às sociedades modernas, faz-se relevante o desígnio sociológico das chamadas “sociedades societárias” que releva entendimentos das transformações societárias que impactam na sociedade contemporânea e desafiam o projeto profissional do Serviço Social. Estas conjugam manifestações dos avanços da industrialização e da globalização e caracterizam a acentuada divisão do trabalho, assim como a complexa estrutura social em que os indivíduos ocupam determinado *status* e desempenham papéis sociais adversos (CHAUI & OLIVEIRA, 2007).

“O homem é, no sentido mais literal, um *zoon politikon*” (LUKÁCS, 1979, p.144) e, desde o pensamento aristotélico, um “animal político” inclinado a fazer parte de uma *polis* (cidade) enquanto sociedade política (ARISTÓTELES, 2001) portanto, um ser social dotado de racionalidade que se distingue dos outros seres da natureza. A teoria marxiana propõe a antropologia do *homo faber* – o trabalho como fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral, e a humanização, no entanto, se realiza sob o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho (MARX, 1996).

O fundamento ontológico-social¹ do trabalho supõe o desenvolvimento da sociabilidade e objetividade de valores que é indissociável do ser social. Para Lukács (1979), os valores se baseiam de forma direta ou indireta na esfera constituída por tudo o que é expressamente humano e advindo do trabalho ou através do trabalho.

Neste sentido, a racional divisão do trabalho tende a integrar os sujeitos pelo dispêndio subordinado do trabalho social² numa dinâmica que subverte o trabalho

¹ “E quando, nesse contexto, atribuímos ao trabalho e às suas consequências – imediatas e mediatas – uma prioridade com relação às outras formas de atividade, isto deve ser entendido num sentido puramente ontológico. Ou seja: o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento e suas faculdades [...] todas as demais formas de atividade do homem, ligadas ao diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível diretamente elevado” (LUKÁCS, 1979, p.87)

² O trabalho emerge como substância social de todas as mercadorias, pois para produzir uma mercadoria tem que inverter nela ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho e não simplesmente trabalho, mas trabalho social (MARX, 1996).

numa premissa fragmentada e contraditória ao princípio de atividade criadora e de autocriação dos homens, solidificando as desigualdades sociais e profissionais.

Com o desenvolvimento das sociedades - com ênfase na sociedade burguesa, o trabalho transita de uma atividade de mediações para angariar a subsistência e potencializa-se em ação produtiva e relações assalariadas, em que a “desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento do valor do mundo dos objetos” (MARX, 2009, p.01) estabelecendo determinações perversas – objetificações do trabalho e de si – em que os indivíduos precisam produzir para aqueles que lhes dispõem condições e meios de produção, buscando satisfazer suas necessidades humanas a partir dos proventos desta relação.

Na ilustração de Marx, evidencia-se a alteração:

A organização corporativa, por mais que sua especialização, isolamento e aperfeiçoamento dos ofícios pertençam às condições de existência materiais do período de manufatura, excluía, portanto, a divisão manufatureira do trabalho. Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam unidos como o caracol e sua concha, e faltava assim a base principal da manufatura, a autonomização dos meios de produção como capital perante o trabalhador. [...] Enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ou não mediada pelo intercâmbio de mercadorias, existe nas mais diferentes formações socioeconômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista (MARX, 1996, p.473).

A organização na manufatura requer a força produtiva dos trabalhadores para o fortalecimento do capital. Assim, disciplina os indivíduos partícipes da divisão do trabalho e predetermina seu espaço de acordo com a sua especialização condicionando-os a venderem a força de trabalho para a satisfação das necessidades, sob a perda de sua autonomia.

A sociedade é indivisível do ser social e da natureza – unidade que articula seus diferentes níveis (orgânica e inorgânica) numa unidade complexa (NETTO, 2008). Pois, nas particularidades das relações mediadas pelo trabalho substancia-se o processo histórico que conforma a sociedade contemporânea e seus metabolismos. Sustenta Netto (2008) que mediante o trabalho, os homens produziram a si mesmos tornando-se para além de seres naturais – seres sociais, e assim,

Não se pode separar a sociedade e seus membros: não há sociedade sem que estejam em interação os seus membros singulares, assim como não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade. O que chamamos de sociedade são os modos de existir do ser social; (NETTO, 2008, p.37)

A racionalidade das sociedades modernas inauguram uma nova visão de mundo, de modo que os agrupamentos humanos tendem a organizar as relações, condições e finalidades que imprimem novos valores, estabelecem as premissas da difusão do potencial humano, o estímulo a centralidade do poder, a dominação, as reformas e avanços científicos que definem a sociabilidade sob projeções desmedidas de impactos e abrangência que, muito comumente, refletem no pensamento e realidade prática da preservação da vida, determinante de perversas expressões das estratificações sociais – as expressões da questão social.

O significado medular de sociedade está na correlação dos fenômenos que o tempo registra e que ganha uma conotação de um sistema de interações de si para com “o outro”, com o meio em que se vive e com a natureza, designa fatores indicadores de desenvolvimento no curso geral, mas que não determina uma relação semântica ou de homogeneidade. Do pensamento clássico de Marx, é possível interpretar que a vida social dos indivíduos é totalidade em pensamento, o que determina a existência subjetiva da sociedade. Neste sentido, a história das sociedades, o *ethos*³ predominante, é criação dos humanos.

2.1.1 As transformações societárias

Nesta perspectiva, conexo à *visão de sociedade*, faz-se importante referir-se às transformações societárias, e as determinações que emergem para o contexto histórico-social contemporâneo.

Se as sociedades conjugam uma dimensão histórica e de totalidade, é preciso apreender que nestes processos historicizados implicam-se parâmetros teleológicos de desenvolvimento da humanidade. O significado da sociedade tende a correlação dos fenômenos sociais e ao mutante movimento dos elementos que a constituem, na conexão de um todo articulado e em permanente ressignificação de cada parte e do seu próprio universo.

Numa dimensão ampliada, as alterações impactam na conformação e projeções societárias, traduzindo as faces que imprimem sua organicidade e os

³ Ethos: Palavra grega que dá origem à palavra ética. Que significa analogamente “modo de ser” ou “caráter” enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem”(VÁZQUEZ, 1970 p.14).

nexos que dão sentido à vida social em determinado contexto sócio-histórico. O ponto nevrálgico destas transformações remete a recuar no tempo histórico para a busca de elementos das crises e revoluções que eclodiram na Europa Ocidental, disseminaram para o resto do mundo e faz-se pertinente sinalizar porque não esgotam seus reflexos.

Os intercâmbios dos grupos humanos na Europa Ocidental (século XVII, XVIII) desencadearam acontecimentos e propagaram profundas crises e conflitos nos marcos de uma transição da organização feudal⁴ para o surgimento organização produtiva capitalista, conformando de um lado, a evolução do pensamento intelectual, de outro, um cenário emblemático para a sustentabilidade humana em nível mundial.

Enquanto despertam os interesses por estudos científicos nas inspirações racionais⁵ de explicar os fenômenos de ordem naturais e sociais (políticos, econômicos, etc.) difundem-se radicais transformações no campo do trabalho a partir do divisor entre os possuidores dos meios de produção (capital) e os trabalhadores – relação capital e trabalho. Inaugura-se uma *visão de mundo* de modo a estabelecer novos valores intelectuais e de socialização sob as premissas da racionalidade do potencial humano, o estímulo à centralidade do poder, a dominação e individualismo, pois, criam-se as condições das relações de *indivíduos*.

No cenário Europeu, as difusões dos conflitos culminaram com grandes revoluções sociais como a chamada “Revolução Industrial” e a ascensão da burguesia que fortaleceu a luta de classes desenfreado a Revolução Francesa em 1789. Estes fenômenos⁶ provocaram mudanças que perpassam o tempo histórico e impactam outros países do mundo.

⁴ A crise do feudalismo abre-se no século XIV, num processo extremamente complexo - e até hoje, objeto de controvérsias e polêmicas que só culminará em termos histórico-universais, no final do século XVIII. O processo de crise do feudalismo é igualmente o solo histórico do movimento que conduzirá ao mundo moderno – a Revolução Burguesa (NETTO e BRAZ, 2008, p.70-71).

⁵ O conhecimento racional obedece regras e leis fundamentais sob os princípios da identidade, da contradição, do terceiro excluído e da causalidade. Na sua origem a “razão” compreende a consciência intelectual e moral ou a maneira de organizar a realidade pela qual se torna compreensível. Desde sua origem é considerada oposta a algumas atitudes mentais como o conhecimento ilusório, às emoções, sentimentos e paixões, à crença religiosa e ao êxtase místico. (CHAUI, 2009).

⁶ Em “A era das Revoluções”, é possível compreender que as alterações originárias da Revolução Francesa e Industrial (1789/1848) minam os países imediatamente afetados e disseminam para o mundo sob as mais diversas expressões (HOBBSAWM, 1996).

Combinando o uso da razão à centralidade do homem (humanismo⁷) à natureza e a história, assim como a descentralização do foco da religião, ascendem preocupações com os fundamentos da organização social e política na ordem moderna, propagando significados substancialmente heterogêneos nas sociedades. Coadunam-se processos contraditórios tanto no campo intelectual ou empírico que tem profícua relevância para a compreensão do modo de produção capitalista e a articulação política de Estado e Sociedade.

Parafrazeando Netto e Braz (2008, p.75) “a tomada do poder político pela burguesia, no marco emblemático de 1789, constitui o desfecho de uma luta de classes plurissecular, que teve no domínio da cultura e das ideias um campo decisivo”. Neste sentido, o domínio da burguesia no campo do conhecimento possibilita sua ascensão e hegemonia de classe.

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes; ou seja, a classe é a força material dominante da sociedade, é ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a elas submetidas, ao mesmo tempo, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As idéias dominantes são, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de idéias de sua dominação [...] (MARX & ENGELS, 2005, p. 78)

Sendo assim, as idéias também se produzem e reproduzem em determinado contexto histórico, inclinadas ao pensamento dominante. Nesta relação, a divisão social do trabalho é guinada pela classe dominante e seus idealizadores.

Sustentam Netto e Braz (2008) que do ponto de vista político, a burguesia lidera o declínio do antigo regime (século XIX) emergindo o Estado burguês, onde a classe dominante articulou a superestrutura necessária para o desenvolvimento das forças produtivas. Estrutura-se o modo de produção capitalista, sob o domínio da classe burguesa e esta organiza-se de forma a universalizar os seus interesses particulares.

O Estado moderno, no entanto corresponde a emancipação da propriedade privada em relação a comunidade e a forma de organização que os burgueses

⁷ O Movimento do Humanismo conjuga-se em virtude da decadência da Igreja enquanto poder Estatal (século XVI) abarcando as preocupações ligadas ao antropocentrismo e convergindo aos ideais de autonomia e liberdade política. A importância desses movimentos no cenário Europeu evidenciaram a proposta Iluminista desenvolvida pela Revolução Francesa (1789 – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão) no século XVIII (CHAUÍ e OLIVEIRA, 2007).

adotam para garantir seus interesses interna e externamente. Neste contexto, estabelecem-se os conflitos de classes sociais de valores antagônicos entre a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 2005). Enquanto a primeira domina os meios de produção e o capital a segunda possui a capacidade da força fisiológica de produção: o trabalho.

Como já indicavam os autores do Manifesto do Partido Comunista (1848) a luta de classes é um fenômeno da sociedade de classes e “o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda classe burguesa” (MARX e ENGELS, 2000, p.47).

Neste contexto, a produção aparece como objetivo da humanidade e a riqueza como objetivo da produção, o que leva a reconhecer os antagonismos dessas classes sociais. Esse movimento societário reflete nos mais diversos âmbitos da vida humana, pois,

[...] ao metamorfosear a produção e reprodução da sociedade, atingem diretamente a divisão sócio-técnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis (parâmetros de conhecimento, modalidade de formação e de práticas, sistema institucional-organizacionais etc” (NETTO, 1996, p.89).

Assim, o fatores que metabolizam as mudanças são indissociáveis das forças produtivas e relações que os indivíduos estabelecem ao empregarem suas capacidades a fim de satisfazerem suas necessidades.

As transformações sociais qualificam o escopo da sociedade numa dinâmica de projetos em disputas. As reconfigurações globais polarizam desigualdades sociais e condições cíclicas de instabilidade econômica, produzindo assim sensíveis e adversas tensões em um sistema complexo em que o homem se encontra na gênese das contradições. O reconhecimento destes metabolismos, no entanto, passa a traduzir as interfaces das problemáticas sociais que acirram-se e impõem limites à manutenção da coesão social desta mesma dinâmica societária. Neste terreno, as expressões do que denominou-se contemporaneamente como “questão social” torna-se o desafio central incidente sobre a ordem ideológica e sóciopolítica estabelecida.

Estes metabolismos fomentam projetos de interesses distintos no âmbito dos processos econômicos, políticos e sociais. Na esteira das crises, ávidas de um

legado de impasses e repercussões profundas, difundem projetos societários organicamente estruturados e com orientações definidas, transcendem as fronteiras e selam a identificação e valores da ordem social convencionada como ideal, que incorporam a lógica capitalista e a pressão intensa sobre os trabalhadores, a medida que acumulam-se as riquezas nas mãos de uma minoria e intensificam-se as desigualdades e os processos de individualismos. Estes projetos, apresentam uma imagem de sociedade a ser construída que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la (Netto, 1999 p. 93).

Neste sentido, o modo de produção capitalista reproduz um “*ethos* societário” que concentra riquezas e agudiza as desigualdades sociais entre as classes. Contudo, por uma característica que lhe é peculiar, sustenta um processo cíclico, alteram-se as fases, geram ilusões, mas com o cuidado de não descolar da acumulação do capital como a “mola mestra” que impulsiona e sustenta o movimento do mercado de consumo e que na mesma esteira estabelece a relação de concorrência com imediatas repercussões éticas e morais. Sendo assim, a ética do indivíduo se molda a partir dos valores cotidianos de uma sociedade concorrencial, que automaticamente, como afirmava o clássico Marx nos manuscritos, comprova a objetificação do pensamento que se reproduz a si mesmo e ativamente em sentido real, no próprio reflexo de mundo por ele construído.

Para Marx, nos Manuscritos de 1844, a experiência sensível do ser humano só existe como experiência sensível humana através da outra pessoa. Neste sentido as projeções, ou os projetos propriamente ditos, originam-se de intencionalidades individuais ou coletivas orientada para suprir necessidades de uma totalidade de manifestações da vida humana, sejam da pobreza ou da riqueza, porque ambas são permeada por necessidades originariamente ambíguas. Neste sentido, é no movimento da ação prática que se expressa a necessidade dos projetos contrários, defesa de interesses nuclearmente com princípios distintos e, determinantes do protagonismo das disputas em diferentes dimensões. Assim,

Os projetos societários são projetos coletivos; mas o seu traço peculiar reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade. Só eles apresentam esta característica; os outros projetos coletivos não têm este nível de abrangência e inclusividade (NETTO, 1999 p. 94).

Importante compreender de que os projetos societários refletem transformações, forças coercitivas e determinações ideológicas, políticas com base em interesses segmentar de uma parcela da população, mas tendem incessantemente atrair adeptos para sua hegemonia. Netto (1999, p.94) identifica que, numa sociedade como a nossa, tratam-se de projetos de classe, “constituem estruturas flexíveis e mutáveis, incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e renovam-se segundo as conjunturas históricas e políticas”.

É possível interpretar, no entanto, que neste contexto histórico, os projetos societários que atendem ou vinculam-se a um *ethos* favorável às classes subalternas⁸ encontram-se numa peculiar condição de eximir-se do protagonismo, de enfraquecimento político para o enfrentamento das condições ditadas pela própria conjuntura da sociedade que se organiza no modelo capitalista de produtividade, ávido de crises e influxos que rebatem com intensidade na vida social dos indivíduos que vivem do trabalho.

Sob o reconhecimento que estas transformações transcendem largamente os conceitos e impactam com intensidade nas singularidades da vida dos sujeitos, que uma vez produzidas, tendem a reproduzir-se e recriar-se, refletindo as mais diversas expressões do que se chama “questão social”, no item a seguir, busca-se uma aproximação dessas discussões, pautando as funções interventivas do Estado, e o protagonismo das políticas sociais, comumente o espaço onde inserem-se os sujeitos desta pesquisa.

2.1.2 Estado - Questão Social e Políticas Sociais

As conformações da industrialização traduzem as faces de uma sociedade em processo de mudanças e que desencadeia a reconfiguração da organização social nos aglomerados urbanos, a estratificação entre os aptos e inaptos para o trabalho produtivo e a acumulação de riquezas.

Recorrente às transformações, que já não se limitam geográfica ou politicamente, a realidade brasileira alcança a participação tardia no desenvolvimento industrial no final do século XIX. Neste sentido, o século XX é terreno de substanciais alterações no plano dos Estado que imbricam-se à lógica

⁸ Sobre Classes Subalternas, recorreu-se à YAZBEK (2003).

funcional deste sistema, assumindo centralidade no suporte dos processos de organização das relações produtivas. Conflui-se a dialética do jogo democrático entre a necessária legitimidade política e as demandas das classes subalternas que incidem nele seus interesses e suas reivindicações imediatas (NETTO, 2001).

O papel do Estado torna-se decisivo no desenvolvimento da economia nacional, embora desencadeie na contracorrente funcional uma acentuada estratificação social, recorrente da ordem social que se consolida e dos redutos da herança dominante da classe burguesa. Ou seja, as desigualdades sociais radicam a falta de coesão social e a edição de um processo dialético de modernização conservadora que reedita os vícios do passado nas diferentes esferas da sociedade, lapidando as concepções de comunidades coloniais⁹ para a dimensão de pertencimento societário à hegemonia e mundialização do capital.

Com a “modernização conservadora”, verifica-se uma aliança do grande capital financeiro, nacional e internacional, com o Estado Nacional, que passa a conviver com os interesses oligárquicos e patrimoniais que também se expressam nas políticas e diretrizes governamentais, imprimindo um ritmo lento à modernização capitalista da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p.140).

O estereótipo da herança conservadora, metamorfoseia particularidades históricas reimprimindo e aprofundando os valores fundantes da desigualdade, ora sobre variáveis conseqüências do novo modelo de produção e reprodução das relações sociais.

Os desdobramentos do capitalismo financeiro e o controle dos mais diversos setores da sociedade por grandes corporações ostenta a concentração e exportação de capitais: é a sucessão ao capitalismo concorrencial, o capitalismo monopolista. E, neste processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista articulam-se as funções econômicas e políticas do Estado (NETTO, 2001).

[...]o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas (NETTO, 2001 p.29).

⁹ As comunidades coloniais são relativas à sociedade colonial brasileira, onde a esfera da vida doméstica impera o princípio da autoridade da família colonial bem como da idéia de poder obediência e coesão entre os homens. Neste quadro, centraliza-se o a autoridade dos proprietários de terras, dos Senhores do Engenho, enfim, do patriarca (FERREIRA, 2004).

Nestas condições, as seqüelas da “questão social” tornam-se objeto de intervenção sistemática por parte do Estado e se põe como alvo de políticas sociais, tornando indissociável as funções econômicas e políticas no sentido de atender as demandas ditada por esta ordem, conformando sistemas de consensos variáveis, mas operantes (NETTO, 2001).

Neste sentido, o desenvolvimento da questão social está medularmente intrínseco às transformações, sejam de ordem conjuntural ou estrutural da sociedade e do Estado. O conflito gerado das relações entre o capital e o trabalho, assim como as reciprocidades desiguais de apropriação dos valores produzidos, colocam em embate os desdobramentos desta problemática como um fenômeno que apresenta-se de forma heterogênea e sob múltiplas expressões.

A idéia moderna do Estado democrático implica a afirmação de valores fundamentais da pessoa humana, bem como a organização e funcionamento do mesmo, tendo em vista a proteção daqueles valores. No entanto, as transformações desta instituição que culminam com as transformações da sociedade colocam em conflito as funções do Estado contemporâneo.

Mediante o tensionamento da própria classe burguesa, o Estado passa a intervir continua e sistematicamente sobre as expressões da questão social, sendo que os instrumentos da democracia política conjugam o paradigma da indissociabilidade de funções econômicas e políticas (NETTO, 2001). Neste terreno movediço, as políticas sociais são direcionadas à um patamar de reconhecimento de direitos da população e no enfrentamento das expressões das questão social como demanda.

O traço intervencionista do Estado que objetiva a coesão social, incorpora sistemas de direcionamentos à consensos variáveis no âmago do desenvolvimento monopolista. Neste sentido, contemporaneamente, o processo peculiar da intervenção estatal sobre a questão social se realiza nas políticas públicas, sendo que esta realização ocorre a partir de uma perspectiva de categorização da pobreza que presume um processo seletivo e fragmentado de atendimento às demandas sociais.

As políticas sociais passam a atender as demandas expressas pelos metabolismos da reorganização das relações de capital e trabalho, e sujeitas à lógica cíclica do capital que mobiliza constantemente as rearticulações para a gestão

do processo produtivo, assim como desencadeia mudanças substanciais na ordem conjuntural e estrutural e de suas relações. No final da década de 1980 do século XX, porém, com a Constituição Federal de 1988 (art.1º), preconiza-se um tipo de Estado que pressupõe o princípio da soberania e participação do povo, abrem-se as perspectivas de realização social pela prática dos direitos sociais que ela inscreve fundamentada na dignidade da pessoa humana.

É inegável que neste período histórico, a população brasileira conquista a instituição de princípios fundamentais de democracia e direitos sociais. A década de 1990 é significativa no que tange os direitos sociais, pois demarca a regulamentação do tripé da Seguridade Social¹⁰ (Saúde, Previdência e Assistência Social). Em decorrência do reconhecimento dos direitos sociais e consolidação das políticas públicas, exige-se o enfrentamento e incorporação das demandas provindas das manifestações da questão social, sob responsabilidade política e objetivadas em diretrizes para sua efetivação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A gestão e formas de operacionalização pautam-se no pacto dos três níveis de governo, no qual são detalhadas as atribuições e competências para a provisão das ações.

Nestas considerações, é preciso grifar que as conquistas da seguridade social demarcam um avanço significativo no sistema de proteção social e direito sociais subsidiado na responsabilização estatal. A LOAS cria uma matriz para a política de Assistência Social configurando responsabilidade do Estado e afirmando um desafio na constituição da Assistência Social como espaço da esfera pública de política social, baseada nos objetivos e princípios democráticos.

Neste sentido, é indubitável que a transição democrática consubstancia as bases de um projeto inovador para a sociedade, conduzindo o Estado a desdobrar-se para a consolidação e universalização de direitos sociais, ainda que sob os desdobramentos e inflexões das regulamentações do desenvolvimento do capitalismo. É no marco desta transição que expressa-se a articulação conservadora orientada pelo receituário neoliberal (Consenso de Washington¹¹) como norte para a

¹⁰ LOS – Lei Orgânica da Saúde, regulamentada em 1990; LOPs – Lei Orgânica da Previdência Social, regulamentada em 1991; e LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, regulamentada tardiamente em 1993.

¹¹ Consenso de Washington: termo empregado pelo economista Inglês John Williamson durante uma Conferência Organizada pelo Institute For International Economics, de Washington (1989), onde o receituário desta travava as privatizações, a abertura da economia, a desregulamentação e o controle da inflação e o déficit público (PEREIRA, 2006).

desregulamentação e ambivalências das garantias constitucionais que contemporaneamente representam o grande desafio ao projeto profissional do Serviço Social.

A perspectiva de reforma que prima pelo “enxugamento do Estado”, baseado na tentativa de ajuste à nova ordem mundial capitalista, tenciona as desregulamentações na lógica perversa de “mínimos sociais” em detrimento da universalização de direitos. Logo, o projeto profissional emerge neste contexto histórico numa perspectiva de antagonismo às propostas de reformas dos sistemas de proteção social e as desregulamentações dos direitos sociais constitucionalmente instituídos.

A direção social da profissão orienta-se para a defesa de uma nova ordem societária que traduz-se em valores e princípios. Vincula-se, portanto, a um projeto social democrático e luta para afirmar seus valores fundantes – a liberdade e a justiça social, articulado à democracia (valor ético-político central) enquanto padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade.

Tendo em vista estes avanços, que contemplam uma perspectiva histórica, a seguir busca-se apresentar alguns aspectos relevantes no que compreendem as premissas conservadoras, o processo de renovação que veicula a perspectiva crítica do pensamento e organização da profissão, que comumente entende-se como a construção do projeto profissional do Serviço.

3 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Das premissas da história, é possível apreender de que a origem de determinada profissão advém das próprias transformações e fenômenos que se expandem e requisitam a mobilização material ou imaterial para tratar de seus significados. Neste sentido, a “legitimidade” da profissão advém do próprio movimento da sociedade e, noutra via, sua regulamentação e afirmação prática, está fundada na organização política, demarcada pelo interesse coletivo da categoria para legitimação e valoração de sua identidade.

No rumo da profissionalização, a busca do conhecimento, inerente aos seus agentes, passa a informar a legitimidade de base teórica e científica seguida da institucionalização jurídica. A regulamentação formal da profissão¹² passa a orientar um projeto profissional coletivo, bem como a dialética de um movimento para a construção e consolidação deste na sociedade, pois,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam as seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p.95).

Neste sentido, a auto-imagem do Serviço Social substancia um projeto profissional de caráter coletivo que institui as bases para carrear os princípios e valores consonantes à formação e o trabalho profissional do Assistente Social, assim como a interlocução com os projetos societários e a própria afirmação e legitimidade enquanto profissão nos veios projetivos da sociedade.

Os projetos profissionais caracterizam-se, no entanto, por uma construção de caráter heterogêneo e passíveis de mudanças de acordo com o movimento da sociedade. Desenvolvem-se conectos aos projetos coletivos societários, que metamorfoseiam-se na dinâmica estrutural e conjuntural de macropropostas em disputas. A revelia, temos a dimensão política de interesses que produzem e

¹² As primeiras escolas de formação surgem em 1936, mas a regulamentação da profissão ocorre em 1957.

reproduzem relações (individuais, de classes, partidos, facções, etc) nas sociedades.

As bases do projeto profissional se articulam a um processo que (re)estrutura as bases de acumulação capitalista e interesses dominantes da classe burguesa, em detrimento dos direitos dos trabalhadores. O Serviço Social consubstancia a peculiar condição de um projeto coletivo profissional que se redimensiona e tenciona o revisionismo (interno) teórico e filosófico, inspirando mudanças e rearticulações de elementos que orientam a intencionalidade teleológica a expressar-se tanto nos fundamentos de formação, quanto na dimensão deontológica (aspectos normativos). Embasam os

[...] requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETTO, 1999 p.95).

Portanto, é produto de uma construção histórica gestado, essencialmente no Movimento de reconceituação (década de 1960 do século XX) quando prevê as bases para a condução de uma trajetória de ruptura com o pensamento conservador e instiga o desafio coletivo de explicitar um novo significado da profissão na sociedade a partir da mobilização para um processo de maturação acadêmico-profissional de referência na teoria social crítica para desvendar os fenômenos e orientar a *prática*¹³ interventiva.

Neste contexto, os projetos engendram nos espaços ocupacionais em que os profissionais se vinculam, pois estes

[...] também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações do sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da profissão e, ainda, às mudanças na composição social da categoria (NETTO, 1999 p. 95).

Compreendem projetos que orientam as profissões na sociedade, caracterizam um *ethos* de identidade vinculada aos projetos societários de ordem macro e estão sujeitos a alterações, revisões e incorporação de novas orientações

¹³ Há que referir que o exercício profissional do Serviço Social é tratado como trabalho a partir da Proposta Básica para o projeto de formação profissional de 1996, que vem ao encontro das premissas do Projeto ético-político na década de 1990.

que visam a renovação e atualização frente às demandas que convergem para o enfrentamento das expressões dos fenômenos que ressignificam o movimento da sociedade e que fundam o objeto da profissão e o substrato de seus desafios.

A modernidade traz a disputa dos projetos societários e a internacionalização dos direitos, e, na arena da sociedade movimentada pelo capital, a desigualdade desafia a liberdade. Indissociável deste processo, os projetos coletivos conjugam-se aos projetos societários, nem sempre em perfeita harmonia, pois, como afirma Netto (1999), é possível que o projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profissionais que conquistem hegemonia.

O mesmo autor aponta aspectos e elementos que emergem da própria fundamentação teórico-filosófica e histórica da profissão. As premissas para a abordagem da construção do projeto profissional do Serviço Social na sociedade brasileira, instiga a retrospectiva de alguns aspectos fundamentais que conjugam as transformações da sociedade e o movimento que lhe é próprio no cenário histórico-social.

3.1 DO ETHOS CONSERVADOR À “RENOVAÇÃO” DA PROFISSÃO

Recuar na história do Serviço Social para angariar alguns elementos de suas premissas de profissionalização e renovação faz-se importante na lógica de que é no processo histórico que a profissão adquire a conotação de *pensamento crítico*, que conforma o atual Projeto ético-político da profissão.

Há que mencionar que nas protoformas da profissionalização (NETTO, 2001) o Serviço Social esteve sob os auspícios da influência da Igreja Católica, que buscou incidir na direção social da profissão. A literatura da área revela que desde as premissas do seu desenvolvimento, evidencia-se uma “atividade social, com bases mais doutrinárias¹⁴ que científicas” (Silva, 2002 p.14). Assim,

[...] antes de ser uma questão econômico-política, apresenta-se como uma questão religiosa e moral no contexto de uma sociedade percebida como um todo harmonioso, em que a desigualdade social aparece como natural,

¹⁴ Destacando a orientação da Igreja Católica, expressa nas Encíclicas *Rerum Novarum* (Pio XI) e *Quadragesimo* ano (1931). O subtítulo do referido documento é “Sobre a Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social em conformidade com a lei Evangélica”. A ação católica tem como missão a divulgação da doutrina da Igreja em vista à Reforma Social (AGUIAR, 1989).

portanto inevitável, cabendo ao Estado promover o bem comum (SILVA, 2002 p.15).

É nessa visão que o Serviço social vai rumar desde suas origens assumindo perspectivas de uma formação doutrinária¹⁵ a partir dos fundamentos e princípios filosóficos ostentados nos pressupostos do neotomismo¹⁶ (até a década de 1960 do século XX) a partir de uma percepção conceitual conservadora de homem e sociedade. Desde então, a ética difunde uma dimensão importante para o Serviço Social, pois, “Sem uma perspectiva moral, não existe prática profissional” (AGUIAR, 1989 p.36).

Logo, se as ações passam a exigir responsabilidades, implicam-se escolhas e uma direção das atividades de acordo com a conduta de seus agentes frente as particularidades da profissão. Neste sentido, para resolver os problemas práticos, os indivíduos recorrem às normas, formulam juízos, que às vezes servem de argumentos ou razões para justificar a decisão adotada ou os passos dados (VÁZQUEZ, 1970). Assim,

Os homens não só agem moralmente, mas também refletem sobre este comportamento prático e tomam como objeto da sua reflexão e de seu pensamento. Dá-se assim, a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral; ou, em outras palavras da moral efetiva, vivida, para a moral reflexa (VÁZQUEZ, 1970, p.7)

Estão postas as bases para a regulamentação da profissão e o fortalecimento na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos, que não realizam-se neste momento, senão na década de 1960, quando emerge um ensaio de ruptura por profissionais que passam a assumir uma *visão dialética*.

Mas, da necessidade de uma *orientação ética*, o “Código Social de Malinas”, de herança Européia, elaborado em 1920, influencia a ação para com a chamada questão social. Na década de 40 inaugura-se uma “nova fase” do Serviço Social: a Influência Norte-Americana – importando as técnicas de Serviço Social de caso, grupo e comunidade. Esta terá uma repercussão voltada para a “prática”, ou seja, para as técnicas como pressupostos teóricos do funcionalismo. Logo, vivencia-se na profissão uma ideologia católica coesa à perspectiva funcionalista.

¹⁵ A formação doutrinária requer normas, princípios, diretrizes, sendo que para esta formação são necessárias aulas de Doutrina Católica e Moral. Numa primeira fase, o Serviço Social brasileiro era assumido como uma vocação sob uma formação doutrinária e Moral (AGUIAR, 1989).

¹⁶ O Neotomismo consiste numa retomada da filosofia expressa por Santo Tomás de Aquino, no século XIII (AGUIAR, 1989).

Importante salientar que, nesta fase, é elaborado o primeiro código de ética do Serviço Social brasileiro, datado em 1948. Desta elaboração à reformulação que ocorre somente em 1965 e depois no ano de 1975, esteve embasado nos fundamentos neotomista, ostentado pela orientação ideológica conservadora e expresso na perspectiva moral da sociedade (conservadorismo presente na cultura brasileira) articulado ao pensamento positivista. Sustenta Barroco (2006) que nesta perspectiva, em termos éticos-morais e ideo-políticos, essa forma de entender a realidade (moralização) explicita sua face político-ideológica e sua identidade de projeto social conservador.

Na sua gênese tradicional, o Serviço Social orientou-se por um projeto coletivo conservador, fundado na hierarquia e na “ordem”. Logo, se a profissão institucionaliza-se no Estado capitalista que “busca um consenso social, controle e a reprodução da força de trabalho” (BARROCO, 2006 p.84) a moralização da questão social perpassa na dimensão política do Serviço Social e sua institucionalização como profissão, uma vez que o Estado representa o grande “mercado *nacional* de trabalho para os assistentes sociais” (NETTO, 2008 p.119) considerando que, no final da década de 1960, ampliam-se os espaços de trabalho também na esfera privada.

Nestas condições, emergem a implementação de programas educativo-assistenciais formulados pelo empresariado e pelo Estado a serem viabilizados por meio da execução de profissionais, dentre eles o Assistente Social. Complexificam-se as mediações e a moral se apresenta como um elemento funcional à implementação destes. Nesta via,

[...] o Serviço Social se auto reconhece como promotor do “bem comum” e, como tal, viabilizador de uma ética profissional comprometida socialmente. Entretanto, as implicações ético-morais da prática profissional contribuem, independentemente da “boa” intenção dos profissionais para a reprodução de mecanismos de dominação ideológica e para a alienação moral, (BARROCO, 2006 p.94).

Neste contexto, a partir da década de 1950¹⁷, a inspiração ideológica do Serviço Social, coesa às transformações da sociedade brasileira – governo Juscelino Kubitschek - consiste no processo de desenvolvimento nacional. Na

¹⁷ É neste período que é regulamentada a Lei nº 1989/53, pelo decreto 35.311 de 08/04/1954 – governo Getúlio Vargas - Regulamenta o Ensino e as prerrogativas dos diplomas de Assistentes Sociais. (AGUIAR, 1989)

década de 1960, tem-se o fim do regime nacional-desenvolvimentista e a consolidação do regime militar, seguido da Revolução de 1964. O Serviço Social inicia o chamado *Movimento de Reconceituação* – que inicia com o Seminário de teorização do Serviço Social em Araxá¹⁸, em 1967 (AGUIAR, 1989).

O processo de “renovação do Serviço Social” desenvolve-se no marco da autocracia burguesa¹⁹, universo em que ocorrem os desdobramentos da identidade histórica da profissão conferindo mudanças determinantes para a sua legitimidade social, à medida que se redefinem as exigências do mercado de trabalho (NETTO, 2008).

As respostas funcionais às demandas e condicionalismos foram inevitáveis:

O Serviço Social com que se depara o observador contemporâneo configura-se como um caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas, com marcadas fraturas ideológicas, projetos profissionais em confronto, concepções interventivas diversas, práticas múltiplas, proposições de formação alternativas – sobre o patamar de uma categoria profissional com formas de organização antes desconhecidas e o pano de fundo de uma discussão teórica e ideológica ponderável também inédita (NETTO, 2008, p.128).

Contudo, a chamada laicização – caracterizada pela diferenciação da categoria e disputas pela hegemonia do processo profissional, restringe a homogeneidade das projeções interventivas, das propostas profissionais e formal participação política – é a renovação sob a autocracia burguesa (NETTO, 2008).

A autenticidade burguesa, neste marco histórico do Serviço Social, remete ao pensamento de Marx e Engels (2005) em que os indivíduos que formam uma classe dominante produzem idéias e buscam determinações para o controle da distribuição de suas idéias em determinada época e, assim pode-se mencionar que a partir dos anos 1970 que recorre-se à tradição marxista.

O Movimento de Reconceituação representou um marco decisivo no desencadeamento da revisão crítica do Serviço social no âmbito da América Latina.

¹⁸ Netto (2008) destaca que no Documento de Araxá conflui a consciência de rever a funcionalidade da profissão no contexto brasileiro, a petição de valorização do estatuto profissional e uma percepção do quadro técnico requisitado pelas reformas em andamento no Estado. No documento a profissão é entendida como prática institucionalizada, em que o Serviço Social se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais.

¹⁹ “A autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava” (NETTO, 2008, p.129).

Caracterizou-se pela contestação ao tradicionalismo profissional e o encontro com a tradição marxista, orientado-se pela preocupação teórico-crítica (IAMAMOTO, 2004). O mesmo movimento demarca significativas conquistas na dinâmica profissional, referidas por Netto (2005) como a articulação da unidade latino-americana, a explicitação da dimensão política da ação profissional, a interlocução crítica com as ciências sociais e a inauguração do pluralismo profissional. Ganha relevância a recusa do profissional situar-se como um agente técnico puramente executivo e subalterno na divisão do trabalho.

A incorporação do referencial crítico não expressa homogeneidade, e incorre em equívocos, por não serem apropriadas das obras originais para as análises. A contraditória influencia de Althusser repercute na restrição do desenvolvimento e apreensão do pensamento crítico-reflexivo, numa aproximação que recolhe da tradição marxista o empirismo. Este suporte teórico-metodológico possibilita a internacionalização das discussões à cerca das expressões comuns da questão social nos países da América Latina.

Destaca-se a contribuição de Iamamoto, que busca, a partir de Marx, interpretar a inserção do Serviço Social na sociedade capitalista, especialmente na obra em coautoria com o Professor Raul de Carvalho: *Relações Sociais e Serviço Social – esboço de uma interpretação histórico-metodológica* que afirma, na introdução, que o livro é produto dos trabalhos dos autores vinculados ao projeto de investigação do Centro Latino-Americano de Trabalho Social - CELATS - sobre história do Trabalho Social na América Latina.

O objetivo das investigações foi efetuar uma análise da profissão no Brasil e no Peru, explicitando as articulações entre a gestação e desenvolvimento da profissão de Serviço Social e a dinâmica dos processos econômicos, sociais e políticos nesses países, dirigindo prioritariamente ao estudo de nossa realidade profissional (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003) e depois, “O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional”.

Assim, criam-se as bases e os espaços para as premissas de alternativas críticas ao projeto profissional na sociedade, sem deixar salienta a perspectiva coletiva, com destaque para a fundação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS – 1946) que assume relevante papel na Instituição das Escolas de formação, discussão de currículos, temas pertinentes à área e o traçado do movimento à direção social que despontava.

Importante destacar que o Projeto de ruptura, que Netto (2008, p.247) também se refere como “intenção de ruptura”, parte do acúmulo das experiências que canalizam o pensamento de renovação teórico-metodológica e oposição a perspectiva modernizadora burguesa. Essa renovação enfeixa a crítica ao conservadorismo (incorporada pela reconceituação) e torna-se relevante para a inserção da categoria nos movimentos em prol da democratização no país. Parafraseando Yamamoto (2007, p.91) “foi esse processo que gerou alicerces sociopolítico que tornou possível e necessária aquela maturação cívico-profissional na área do Serviço Social”.

O alinhamento da intenção de ruptura desenvolveu-se, essencialmente, com o aprofundamento da democracia na sociedade, com os manifestos da classe operária na cena política (sob a crise da autocracia burguesa) e com a inserção acadêmica (NETTO, 2008) e avanços da pesquisa com o surgimento dos cursos de pós-graduação (SILVA, 2002). Assim, no processo de ascensão das idéias democráticas amplia os espaços para novos direcionamentos e a tentativa de explicitar o significado social da profissão.

O mesmo autor sinaliza que ocorre um *descompasso* entre a produção (teórico-metodológica) das vanguardas e a massa da categoria, assim como a restrição de indicativos de operacionalização imediata a partir desta perspectiva. Neste sentido, Yamamoto (2007) buscando situar o debate profissional nos anos oitenta refere-se aos limites no que diz respeito a passagem dos fundamentos teórico-metodológicos para a ação profissional. Situa que, para além do acúmulo do rigor analítico, implica avançar nas mediações e o trânsito analítico dos fundamentos teórico-metodológicos às problemáticas que os profissionais enfrentam no trabalho.

Neste contexto, a pretensão de romper com os paradigmas conservadores traduz-se num processo *continuum* da profissão, sobretudo a partir da dimensão política. Sustenta Netto (2008) que a aproximação do projeto de ruptura aproxima-se da tradição marxista pela militância política – política partidária.

O projeto profissional adensa a perspectiva teórico-crítica no “Método BH” (década de 1970), contudo, com a restrita produção teórica, aproxima-se de um “marxismo sem Marx, com a falta de uma sustentação ontológico-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção prático-profissional” (NETTO, 2008 p.287). Sobretudo, contribuiu veemente para novas perspectivas a partir da

definição de objeto e objetivos da ação profissional e a reflexão epistemológica (a partir de Lênin) da estrutura teórico-metodológica.

A aprovação do código de 1986 (reformulação do código vigente desde 1975) contribui para a maturação do projeto profissional caracterizado pela crítica teórica e afirmação da ruptura ética e política com o paradigma da tradição conservadora. O caráter político expressa-se como valor ético central no código que orienta o projeto profissional, assumindo o compromisso voltado para com a classe trabalhadora.

Determinante ou não de uma restrita clareza da secção do político e o político-partidário, desenvolve-se uma politização influenciada pela perspectiva esquerdista. Há que ressaltar, porém, a supremacia da dimensão política à dimensão ética na profissão, considerando que esta dimensão remete a um “posicionamento político” sob diversas formas de expressão nos diferentes espaços da sociedade. E a problemática versará a discussão circundante ao próprio código no sentido restritivo da moral somente ao aspecto normativo da profissão.

Novas bases para a legitimação da profissão são alicerçadas, e a ausência de uma reflexão ética crítica, prospecta um desafio significativo. O predominante caráter de militante retarda uma sistematização ética com bases em seus fundamentos ontológicos, remetendo para a tendência de uma compreensão da ética somente como “dever”. Neste sentido, o período evidencia

[...] que a dimensão ética é algo nebuloso e pouco trabalhada. É constatação de que a categoria profissional somente tem se articulado em termos nacionais para discutir a ética quando se torna necessária a reformulação de nosso código de ética. [...] vem demonstrar igualmente o entendimento restrito que se tem a cerca da ética e da moral (BARROCO, 2007 p.81).

Há que entender que a direção social perseguia outros rumos, exemplo disso é a escassez de produções e literaturas (BONETTI, 2007) sobre a temática neste momento. Diante disso, o código de 1986 representa, a *priori*, um marco referencial significativo para o debate da ética como fundamento da direção das respostas do Serviço Social às metamorfoseadas expressões da questão social na realidade a que se inseria.

Considerando Barroco (2007) o código compreende as dimensões do compromisso com os valores e com a operacionalização prática, sendo assim, a elaboração de um código não deve ser a prioridade ética de uma profissão. Para além da normatização legal de um código, a ética profissional cumpre o ideal de

mediação entre os fundamentos filosóficos da ética e a profissão propriamente. Isto é, “reflexão crítica a respeito da dimensão ética de sua inserção na divisão social do trabalho, dos valores historicamente legitimados pelos profissionais, da direção política neles implícitos e das necessidades sócio-históricas que demandam respostas profissionais” (BARROCO, 2007 p.122).

Os pressupostos destas transformações apontam para um “novo ethos” profissional, ou seja,

[...] um modo de ser construído a partir das necessidades sociais inscritas nas demandas postas historicamente à profissão e nas respostas ético-morais dadas por ela nas várias dimensões que compõem a ética profissional: a) a dimensão filosófica [...]; b) o modo de ser [...]; c) a normatização objetivada no código de ética profissional, com suas normas, direitos, deveres e sanções (BARROCO, 2006 p.69-70).

Para a mesma autora, a ética profissional é permeada por conflitos e contradições e suas determinações extrapolam a profissão, da própria natureza, não é estática, mas sempre em permanente processo de transformações na dinâmica da sociedade, rebatendo na profissão de modos específicos.

A objetividade da ética, no entanto, está para as especificidades da atividade profissional num caráter reflexivo sobre as dimensões objetivas das demandas que o desafia. Partindo das premissas da intervenção no “campo social”, ampliam-se os significados para o entendimento de sua dimensão de totalidade para o projeto coletivo profissional do Serviço social e a objetividade dos valores que assume.

As noções que norteiam a dimensão ética, no entanto estão no valor como algo objetivo, ou seja, independente da avaliação humana, mas expressão das relações e situações sociais - objetividade ontológico-social (HELLER, 2008). No processo de desenvolvimento do Serviço social na sociedade brasileira, esta dimensão tende a aprofundamentos, discussão que ganha relevância nas afeições à direção social crítica da profissão.

3.2 A DIREÇÃO SOCIAL CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Sob a concepção das vicissitudes do processo historicizado do Serviço Social, apresentado no item anterior, pretende-se desvelar aspectos que compreendem o revisionismo que fundamenta o conduto da direção social crítica do Serviço Social na sociedade brasileira emitido no pensamento de Netto.

O Cariz do Serviço Social, em meados dos anos 80, revela a simultânea e contraditória relação, nas duas décadas anteriores, o desenvolvimento profissional estruturou com a sua herança: mudança, continuidade e intenção de ruptura (NETTO, 2008 p.115-6).

A guisa destes pensamentos, tudo que existe ou é criado, é histórico, não há retorno, o agora já é história! Porém os significados ganham sentido a partir da cosmovisão que se gesta a partir de ligações na trama das relações e nexos dialéticos que a identificam, caracterizam e inter-relacionam-se a partir dos diferentes campos na sociedade, seja das ciências ou do próprio senso comum (natureza).

Pensar na ótica da historicidade do Serviço Social sob um ponto de vista de cosmovisão crítica (cosmos = universo ou totalidade + visão = maneira de ver) permite que se tenha, não apenas uma ligação a partir de fatos de seu surgimento, mas que, em relação aos mesmos, se aproprie de elementos que o caracterize num processo historicizado na realidade em que se dinamizam relações precípuas. Ou seja, o modo de apreender a realidade como processador da cosmovisão individual ou coletiva tem como recorrências já firmadas anteriormente e reformuladas permanentemente que produzem novas explicações cada vez mais elaboradas.

Parafraseando Lefebvre (1991) “o real se apresenta como móvel, múltiplo, diverso, contraditório”, sendo assim, todo o pensamento avança graças a esse movimento, que tem um conteúdo; e “se o real está em movimento, então que nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição” (LEFEBVRE, 1991 p.174).

Conforme remonta a história, nos anos 80, as conquistas permearam o amadurecimento da dimensão política da categoria, sendo que esta engendra num processo que impulsiona a repensar o perfil profissional para as demandas que se complexificam, fruto de metabolismos sociais e ideo-políticos que recaem nos espaços sócio-ocupacionais.

Estas transformações, porém, implicam um problema teórico analítico central que reside na compreensão do próprio significado das particularidades da profissão, conecta ao desafio de criar mediações para o desempenho fundamentalmente

articulado entre as dimensões ética e política da gênese crítica, que ora passa a orientar-se, ainda que de forma heterogênea.

Num caráter de revisão curricular²⁰, circundante às premissas da “intenção de ruptura”, destaca-se a proposta básica do Projeto de Formação profissional²¹. A preocupação adensa assegurar uma direção intelectual e política nos processos, sob os princípios de preservação dos currículos anteriores (1982) e o código de ética dos Assistentes Sociais (1993). Neste sentido, as discussões da categoria, circundaram a “direção social, os eixos fundamentais, a perspectiva teórico metodológica, a formação do mercado de trabalho e o tratamento dispensado à análise da realidade social brasileira” (ABESS, 1996, p. 145). Diante disso,

[...] a opção por uma clara direção social na construção do currículo pela categoria nos anos 80 e que se expressa nos princípios norteadores do código de ética e nas dimensões históricas e teórico-metodológicas em que foi forjado, demonstra o amadurecimento da categoria profissional no enfrentamento das ambiguidades presentes na década passada (ABESS, 1996 p.16)

A relevância dessa proposta nos meandros dessa conjuntura (décadas de 1980 e 1990) é uma das expressões mais significativas do processo da formação profissional no que compreende a intencionalidade do “vir a ser” da profissão. “Esse processo é tratado na produção teórica do serviço Social, na organização política da categoria, nas reflexões éticas, na ampliação das pesquisas e nas mudanças operadas no próprio exercício profissional” (ABESS, 1996, p. 145).

A matriz do direcionamento social da profissão parece estar na própria necessidade histórica de coerência com o processo de renovação e ruptura que enseja o serviço social nas especificidades consonantes à organização da sociedade. As bases fundantes para a revisão curricular é a própria sociedade onde esse projeto profissional se prospecta. “[...] é a realidade social, compreendida criticamente em seu movimento contraditório, considerando a realidade do mercado de trabalho e as condições objetivas do exercício profissional [...]” (ABESS, 1996, p. 146).

²⁰ 1º Encontro Nacional e Ensino e Serviço social promovido pela ABESS, na gestão 1981/1983 que subsidia a revisão curricular de 1982 (ABESS, 1996).

²¹ Documento apresentado na XXIX Convenção Nacional da ABESS, Recife/1995, para subsidiar discussões sobre a revisão curricular. A responsabilidade do documento é da ABESS/CEDEPSS que, para sua elaboração contou com a participação de MOTTA, UFP, Cardoso/UERJ, Iamamoto e Kayama/UFRJ, Barroco e Batistoni/PUCSP (ABESS, 1996).

Considerando as especificidades do processo da “intenção de ruptura”, é na década de 90 que se adensa o debate da categoria²² que reforça a reflexão sobre a direção social da profissão, sendo que a preocupação central abrange o perfil profissional que seja capaz de realizar essa direção social. Logo, passa-se a tratar como uma competência a ser adquirida nas várias dimensões que compõem o agir profissional: teórico-prática, técnica e ético-política (ABBES, 1996).

Cabe lembrar que o currículo de 1982 expressara uma insuficiente apreensão do método crítico dialético. Nestas perspectivas, as diretrizes traduzem a necessidade de articular a formação profissional, sintonizada ao referido método, para a afirmação do Serviço Social na divisão social do trabalho e a legitimidade de sua identidade de oposição ao panorama ditado pelo ideário neoliberal que se instala e radica propostas arbitrárias à satisfação de interesses econômicos.

No enfrentamento destas transformações que agudizam as desigualdades e a fragmentação social, o Serviço Social tenciona para uma direção social veiculada fundamentalmente ao compromisso com princípios e valores colocados na ordem da superação do conservadorismo, tais como a liberdade, a democracia, direitos humanos, justiça social, cidadania, etc. Situada num espaço de conflito entre capital/trabalho e cidadão/Estado, esta direção reclama por uma posição ética em favor da possibilidade de escolhas, entendidos como direitos políticos (BARROCO, 2006).

Nas premissas de sua maturidade teórica é que o projeto profissional constitui uma direção social, expressa na matriz das vertentes críticas, inspirada em Marx. Sancionada e reconhecida a profissão, os “preceitos contratuais” são compilados num ordenamento de caráter normativo²³ que zelam as premissas formais da dimensão ética e política da profissão na sociedade. Trata-se da legitimidade do Código de Ética e Lei de regulamentação imbuídos das conquistas da categoria na sua trajetória histórica.

Sob estes aspectos é possível compreender que fundamentalmente, o debate da direção social da profissão é veiculada aos aspectos jurídico-formais que o regulamentam e a proposta do projeto de formação, ainda nem bem estruturado, mas em relevo nas discussões no início da década de 1990. Retoma-se a afirmação

²² Oficina da ABESS em 1995.

²³ Normativo: caráter legal, obrigatório, sua legalidade implica o dever e a consciência moral em face de sua transgressão ou aceitação.

de que a pesquisa e a busca de conhecimentos parece ter sido o rumo tomado pelo Serviço Social como superação da generalidade às especificidades dos fenômenos.

A produção teórica aprofunda o debate sobre a vertente marxista no decorrer dos anos 80, especialmente na década de 1990, recuperando a centralidade do trabalho na sua dimensão ontológica e o reconhecimento do Serviço Social como uma profissão especializada na divisão sócio-técnica do trabalho. A leitura crítica marxista é contributivo para a interpretação da profissão na dinâmica da sociedade, ainda que incorram em distorções e entendimentos fragmentados.

Sob estes aspectos, a formação volta-se para a reflexão sobre as categorias do método dialético crítico, recuperando a práxis, a dimensão humana genérica do indivíduo, a relação entre indivíduo e sociedade, a reificação, etc., assim como a prospecção das mediações – o universal, o singular e o particular como expressão da totalidade social. O código de 1986 apontou parâmetros para a negação à “neutralidade profissional” e, diante disso as mediações ganham um novo sentido, ensejando a requisição de um profissional criativo e crítico com conhecimento do objeto e da realidade junto a qual incide a ação. A orientação para um “novo perfil” profissional, de acordo com o processo de renovação teórica e política da profissão encaminha para a

[...] direção de uma efetiva articulação entre exigências e normatização – específicas de um código de ética profissional – e a prática do assistente social, bem como na de um redimensionamento da capacidade e do direito de opção e decisão dos profissionais, nos marcos de uma ação crítica e democrática (BONETTI, [et.al.], 2007 p.161).

Ganham relevo as problematizações no campo da ética, mas que neste momento – sob influência dos pressupostos do código de ética de 1986 - tendem ao utilitarismo e ideologização no campo da ação, por meio do militantismo²⁴. Assim, reconhecidamente, é na década de 1980 que o Serviço Social estabelece o compromisso com a classe trabalhadora e, nesta mesma via, sustenta as bases do pensamento crítico com vistas às “mudanças” na arena da realidade a que se insere desafiado às dimensões ético-políticas de suas competências como mediações no

²⁴ O caráter militante retarda a sistematização ética, sendo que esta perde seu caráter de reflexão ontológica, sua perspectiva de totalidade, sua radicalidade crítica, passando a se expressar como uma forma de prescrição do comportamento ou como instrumento de controle ideológico (BARROCO, 2006).

processo de produção das relações capitalistas – sejam espaços públicos ou privados.

Substantivamente, o direcionamento para os anos 90 “supera o marxismo anti-humanista, porque repõe a ética no interior da práxis e propicia uma base de fundamentação ao debate pós-moderno” (BARROCO, 2006). Nesta perspectiva de “redefinição” da profissão e a busca incessante pelo seu significado social, implica compreender as mediações historicizadas e as prospecções a partir do tempo e do espaço, na dinâmica dos processos de reprodução social.

Potenciam-se as mudanças estruturais e conjunturais demarcadas pela reestruturação produtiva, reforma do Estado e estratégias de enfrentamento da questão social, indicando a necessidade de que o novo projeto de formação profissional - elemento fundamental do Projeto profissional - assumira a “tese de que o significado sócio-histórico e ideo-político do serviço social está inscrito no conjunto de práticas sociais que são acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado, em face das seqüelas da “questão social” (ABESS, 1996, p. 154).

Ou seja, é preciso apreender o significado da profissão a partir de sua condição de partícipe da divisão social do trabalho e o Assistente Social um trabalhador assalariado inserido em espaços e condições objetivas de produção e reprodução das relações sociais. E, quando se fala em produção e reprodução da vida social não se abrange apenas a dimensão econômica, mas a reprodução compreendida das relações entre indivíduos, grupos e classes sociais que, veemente envolvem poder, lutas e confrontos de classes ou segmentos sociais (IAMAMOTO, 2004).

Na perspectiva de apreender as alterações e mudanças societárias, o código de ética de 1993, inaugura a ênfase do compromisso ético da categoria. Considerando a escassa produção teórica sobre o tema da ética até então, o desafio transcende o que possa compreender meramente como “código”²⁵ - expressão formal da dimensão ética na trajetória da profissão - e ganha uma dimensão de sistematização teórico crítica da ética como fundamento para o projeto profissional do Serviço Social neste contexto histórico. Dispõe a liberdade como valor ético central e ostenta a defesa de princípios democráticos e de emancipação humana.

²⁵ Do latim *códice*, representa uma compilação ordenada de preceitos de caráter normativo. Normativo: Caráter legal, obrigatório, sua legalidade implica o dever e a consciência moral em face de sua transgressão ou aceitação (BARROCO, 1999)

O conceito de liberdade aponta para uma nova direção social, numa redefinição que centra o indivíduo como fonte de valor sob a concepção de que a plena realização da liberdade de um requer a realização de todos (BONETTI [et. al.], 2007. Nesta ótica, os indicativos do “novo código” fundamentam a ruptura com o conservadorismo e o redimensionamento do Serviço Social, até então sob o prospecto de *intenção de ruptura*, como já referiu-se. Nesse sentido, faz-se importante a explicitação de que:

[...]o rompimento com o conservadorismo engendrou uma cultura profissional muito diferenciada, preta de diversidades, mas que acabou ao longo da década de 80 e na entrada de 90, por gestar e formular uma direção social que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir – direção suficientemente explicitada no código de ética profissional em vigência desde março de 1993[...]” (NETTO, 1996 p.116)

A resolução deste código está compreendida num processo de reflexões e mudanças da profissão no decorrer de sua trajetória, particularmente nestas duas décadas. O terreno a que inscreve é pleno de desafios e contradições, em face de um projeto de cunho neoliberal que, subjaz, adentra na sociedade objetivamente pretendendo instalar uma nova ordem no corpo social e a legitimação de seus princípios numa lógica perversa à igualdade. A seguir pretende-se evidenciar os principais aspectos constitutivos e conceituais do Projeto ético-político do Serviço Social na sociedade brasileira, que comumente fortalece-se na entrada da década de 1990 do século XX.

4 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

O debate no interior da profissão na década de oitenta reafirma a dimensão política da categoria, em consonância com os documentos que consolidam o projeto profissional neste período e embasam o processo de renovação do Serviço social. Na década de noventa, consolida-se a defesa da direção social hegemônica da profissão, expressa na aprovação do código de ética de 1993 e os documentos que imprimem o compromisso com valores e princípios fundantes da vinculação a um processo de construção de uma nova ordem societária.

O Projeto ético-político conquistou hegemonia no Serviço Social brasileiro no início da década de noventa (NETTO, 1999) sendo que a direção social e a definição de hegemonia decorre do processual debate e embate de diferentes perspectivas e vertentes teórico-políticas e ideológicas presentes no interior da profissão, tendo em vista a indissociável articulação com os projetos societários e os desafios que dialeticamente impactam na profissão.

Neste capítulo, o propósito é de apresentar os documentos que legitimam a materialidade do Projeto ético-político na sociedade brasileira na década de noventa, identificando seus conteúdos e resgatar o tratamento teórico para os componentes e elementos constitutivos deste projeto, bem como suas implicações com a realidade e de forma a explicitar algumas concepções, com base na revisão teórica, sobre a hegemonia e os desafios do projeto profissional.

4.1. OS DOCUMENTOS QUE MATERIALIZAM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA DÉCADA DE 1990

Como a própria natureza determina, os projetos profissionais são passíveis de alterações, renovações, revisões de sua auto-imagem (NETTO, 1999) para afirmar-se nos diversos espaços dos complexos societários. Neste sentido, a inovação do projeto profissional do Serviço Social na sociedade brasileira não reside apenas em uma mudança de nomenclatura, registra a revisão dos documentos que sistematizam a instituição da profissão e os informam como guia para a orientação do exercício do trabalho profissional.

Como já referido neste estudo, a dimensão política acompanha as iniciativas de redimensionamento da profissão desde a *reconceituação*, comumente

denominado na década de oitenta como “projeto político profissional” (IAMAMOTO, 2004). No entanto, a dimensão ética augura fundamentos históricos e filosóficos que ressignificam a direção social da profissão, invocando princípios e valores para sua legitimação sob um novo projeto do Serviço Social.

Ainda que o ético e político sejam compreendidos como uma unidade, não são sinônimos e seus componentes “tem naturezas ontologicamente distintas” (BARROCO, 2004, p.35) e esta vinculação é reconhecida como um marco na história do Serviço Social brasileiro em virtude da superação do conservadorismo. Esta demarcação coroa-se na década de noventa (século XX) que na referência da ABESS (1996) e lamamoto (2004) se materializou em três documentos importantes para a profissão, representados na figura a seguir:

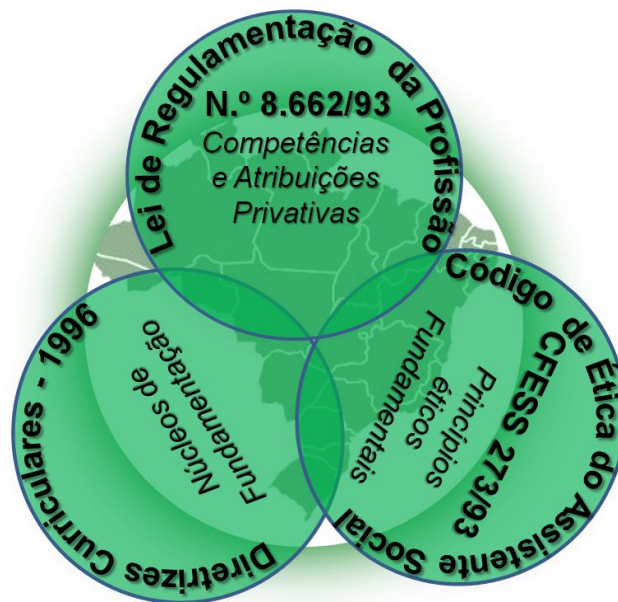


Figura 1 - Documentos que materializam o Projeto Ético-Político na Década de 1990

A conjugação da Lei de Regulamentação da Profissão, Código de ética Profissional do Assistente Social, ambos de 1993 e a proposta de Diretrizes para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social (ABESS) de 1996 redimensionam substancialmente a direção social da profissão neste contexto histórico.

Evidencia-se na literatura especializada da área do Serviço Social que esta conjugação torna-se a referência para o debate teórico analítico do Serviço Social.

Ganha relevo à discussão do significado da profissão sob a orientação de um *projeto profissional*, com ênfase, a partir do artigo de José Paulo Netto intitulado “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”, com publicação no material do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais no ano de 1999. Neste, o autor considera que a incorporação do acúmulo teórico e os elementos trazidos para o debate da ética nos últimos vinte anos pela categoria perfazem o processo de construção do projeto ético-político que se consolida no código de ética de 1993: “O código de ética de 1993, neste sentido, coroa o processo de construção do Projeto ético-político profissional” (NETTO, 1999, p.105).

Neste mesmo, o autor considera o Serviço Social uma profissão – uma especialização do trabalho coletivo no marco da divisão sociotécnica do trabalho – regulamentada por lei – e referindo-se que a abertura da *estrutura básica* do projeto é encontrada nas modificações impostas pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) imprimindo um momento em que os representantes da categoria ratificam a direção da formação nos termos do Projeto ético-político.

Netto (1999), no entanto, sustenta a conceituação de *projetos profissionais*, diferencia-os dos projetos societários, caracteriza o projeto ético-político do Serviço Social e identifica a importância da *massa crítica* da categoria para esta construção – com peso, a então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), bem como a conquista da formulação do novo código pelas vanguardas da categoria.

Esclarece que tais projetos são construídos por um sujeito coletivo, que no Serviço Social brasileiro organizam-se no sistema CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, sindicatos e demais associações dos Assistentes Sociais, constatando a conquista de hegemonia deste projeto na entrada dos anos noventa. Assim, o artigo inaugural sobre o tema “Projeto ético-político” afirma esta conjugação que norteia as discussões de um debate que é cronologicamente recente sob os auspícios de continuidade, dado o contexto a que se insere. A propósito, esta revisão teórica do tema sob as concepções em voga, será apresentada adiante.

A partir destas considerações busca-se apresentar os aspectos constitutivos de cada documento: 1) A lei de Regulamentação; 2) O código de ética do profissional e 3) as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. Parte-se

do entendimento que estes dispõem de elementos substanciais para ilustrar e fundamentar as interpretações neste estudo.

1) A Lei de Regulamentação – Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993 - “dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providencias” (CRESS, 2009, p.17). Em seu texto determina as condições para o exercício profissional dispostas no artigo 2º:

- I- Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no país, devidamente registrado no órgão competente;
- II- Os possuidores de diploma de Curso Superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente reavaliado e registrado em órgão competente no Brasil;
- III- Os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1889, de 13 de junho de 1953 (CRESS, 2005, p.17-18).

A designação profissional é privativa aos habilitados nesta legislação (art. 3º), sendo vedado o uso da expressão “Serviço Social” por quais pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas nos artigos 4º e 5º desta lei (art. 15º) considerando que o exercício profissional requer prévio registro do interessado no Conselho Regional que tenha jurisdição sobre a área onde pretende trabalhar.

Identificam-se alterações no que compreende as denominações de Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS para o atual Conselho Federal de Serviço Social – CEFESS e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS para Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS (CRESS, 2005). Está implícito o entendimento de que “Serviço Social” é o curso de nível superior, que gradua profissionais para exercerem a profissão de Assistente Social, enquanto o “Assistente Social” é o profissional de nível superior graduado em Serviço Social, capacitado para trabalhar nos diferentes espaços da sociedade, sejam na esfera pública ou privada.

Estabelece o compromisso com a organização e com a própria profissionalidade, a partir da formação para o que constituem as competências e atribuições privativas do Assistente Social no mercado de trabalho. Dispõe-se que o conjunto CFESS/CRESS – entidade com personalidade jurídica e forma federativa,

tem por objetivo básico disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo território nacional (CRESS, 2009).

Consideradas as competências individuais de cada órgão²⁶ resguarda-se ao conjunto aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, realizar reuniões conjuntas – fórum máximo de deliberação da profissão, que inclusive fixarão limites de sua competência e forma de convocação (CRESS, 2009). A lei dispõe sobre a constituição de seus membros (art. 20º) e proventos de manutenção (art.19º), assim como as penalidades aos infratores dos dispositivos da lei (art. 16º).

2) O Código de Ética – CFESS n.º 273 de 15 de março de 1993²⁷ - instituído nesta resolução, subscreve o debate da ética e os fundamentos histórico-filosóficos expressos no conjunto de valores dos onze princípios, elaborados numa lógica que os articula (BONETTI et.alii 2007).

Na revisão textual do código, esta articulação orienta para o reconhecimento da liberdade - como valor ético central que conjuga os direitos humanos, a política social, a cidadania, a democracia, a justiça social, a diversidade, o pluralismo e a opção por um projeto profissional em que entretecem excêntricos significados na negação dos pressupostos da ordem burguesa e do tradicional conservadorismo, a medida que, desvela a necessidade dos fundamentos ontológicos do ser social²⁸ – ao tratar do compromisso com os indivíduos envolvidos no processo social.

Institui, no entanto, fundamentos apoiados em valores humanistas no processo de inovação do Serviço social brasileiro, e estabelece em seus quatro títulos organizativos: as disposições gerais; dos direitos e das responsabilidades gerais do Assistente Social; das relações profissionais; da observância, penalidades, aplicação e cumprimento deste código, que determinam as bases para a realização do exercício profissional.

Intermitente aos títulos mencionados, dispõe-se capítulos e artigos nas prerrogativas supra correspondentes em que circundam as competências do Conselho Federal de Serviço Social, o que constituem os direitos e deveres do Assistente Social e o que lhe é vedado; das relações com os usuários, com outros

²⁶ Refere-se ao que compete ao Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, na qualidade de órgão normativo de grau superior, no exercício de suas atribuições e ao que compete aos Conselhos Regionais de Serviço Social, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância nas áreas de sua jurisdição – respectivamente art. 8º e 10º (CRESS, 2009).

²⁷ A resolução é aprovada em 15 de março de 1993 com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94.

²⁸ Sobre a ontologia do ser social valem os estudos de Lukács, 1979.

profissionais e Instituições empregadoras; do sigilo profissional, das relações do Assistente Social com a justiça e as penalidades (CRESS, 2009). “Nesse sentido, o novo código realizou um esforço com vistas a tradução e materialização de diversas situações inerentes ao processo de trabalho do assistente social, no intuito de abranger os dilemas ético (PAIVA e SALES, 2007, p.178).

Considera-se, no entanto, que a Lei de Regulamentação e o código de ética de 1993 traduzem o sustentáculo jurídico-formal da inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho na sociedade contemporânea, sob regulamentação do Estado. Caracterizam-se por uma construção de caráter coletivo, heterogêneo e passíveis de mudanças em consonância com as transformações societárias em curso.

Tratam-se de trabalhadores que podem exercer com liberdade e autonomia a sua profissão, com ou sem vínculo empregatício, desde que regulamentado pelos organismos fiscalizadores. Há que considerar, como expropria a realidade atual da organização da profissão de que “não tem essa tradição na sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2004), pois, como a própria história remonta, os profissionais do Serviço Social provém de uma formação que o intitula Bacharel em Serviço Social – a exercer a profissão de Assistente Social. Sendo assim,

É um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam esta força de trabalho qualificada e a contratam. Esse processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário faz com que o Serviço Social ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor. (IAMAMOTO, 2004 p. 24).

Neste raciocínio e de acordo com a autora, a profissão constitui-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade. O profissional passa a empregar suas forças qualificadas à condição de trabalhador no imperativo das relações de capital e trabalho e as conseqüentes implicações de divergentes concepções e interesses – que perfaz a divisão social de classes.

3) As Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social - A propósito de aprofundamentos e avaliação da formação profissional na realidade brasileira, as estruturas organizativas da profissão mobilizam-se para a revisão do Currículo

Mínimo – vigente desde 1982²⁹ e o debate da “Proposta de diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social” (ABESS, 1996, p.58).

Com base nos princípios e valores firmados no *estatuto do trabalho* – Lei de Regulamentação e Código de ética difunde-se o debate no interior da categoria, para a aprovação do documento – Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social³⁰. Na XXIX Convenção Nacional da ABESS – Recife 1995 – aprovou-se a “Proposta básica para o projeto de formação profissional” que, nos seus desdobramentos, em 1996 origina-se a “Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate”. Em Novembro de 1996 este documento é aprovado na ocasião da II Oficina Nacional de Formação Profissional e Assembléia Geral da ABESS, sendo que a promulgação da Lei de Diretrizes de Bases – LDB em dezembro de 1996, facilita o seu processo de normatização (ABESS, 1996).

Considerando o conteúdo deste documento, em três de abril de 2001 são aprovadas as *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social* – Parecer CNE/CES 492/2001 – retificadas 12 de dezembro do mesmo ano – Parecer CNE/CES 1363/2001 - em que se estabelecem as normas a serem observadas pelo sistema de ensino, formulando o projeto de Resolução específico para as referidas diretrizes e resolve que estas devem orientar a formulação do Projeto Pedagógico do curso em âmbito Nacional.

Fundamentalmente o documento considera a historicidade do Serviço Social e apresenta três núcleos temáticos que precisam ser compreendidos de forma indissociável, à medida que atribuem relevância de conteúdos a serem desdobrados nas disciplinas e atividades de formação que congregam a direção social da profissão, na acepção do trabalho. São eles: o Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

²⁹ A proposta do Currículo mínimo, efetuada pela ABESS em 1979 e aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1982, foi implementada pelas unidades de ensino a partir de meados da década (IAMAMOTO, 1993)

³⁰ Este debate teve deliberação a partir dos encaminhamentos da Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) - ocorrida em Londrina (PR) em outubro de 1993 – e na articulação da ABESS, CFESS e ENESSO para a mobilização de unidades acadêmicas e realização de oficinas (regionais e nacionais – no período de 1994 a 1996) em face de um trabalho de reavaliação do processo de formação profissional.

O *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social* busca a compreensão do ser social enquanto totalidade histórica e apresenta um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-político para conhecer o ser social na dinâmica das particularidades na sociedade brasileira. A centralidade do ser social – historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa – para a apreensão dos elementos que dinamizam continuidade e ruptura no decorrer do desenvolvimento histórico (CRESS, 2009).

O *Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* indica a apreensão do movimento que consolida o desenvolvimento capitalista do país – impactos econômicos, sociais e políticos, culturais e suas conseqüências. Remete à análise conjuntural de onde emergem as expressões da questão social, sugerindo como objeto de análise a relação entre Estado e Sociedade, o significado do Serviço Social e seu caráter contraditório na sociedade de classes e as particularidades dos diferentes projetos políticos presentes na sociedade.

O *Núcleo de fundamentos do trabalho* “considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (CRESS, 2009, p. 49). Assim, compreende os elementos que constituem as particularidades do Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo e requer o entendimento de suas características de institucionalização e desenvolvimento histórico.

Nesta perspectiva, pressupõe o resgate do rigor teórico-metodológico e o acompanhamento da dinâmica societária – que permitirá um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão, assim como a articulação das estratégias – mediações - e técnicas de operacionalização aos referenciais teórico-críticos, a fins de trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção.

O conteúdo do texto das Diretrizes informam que os pressupostos formativos relevam o Serviço Social nas particularidades das relações sociais da produção e reprodução da vida social. A questão social – expressa pelas contradições do desenvolvimento capitalista monopolista - é o fundamento básico de sua existência, sendo que seu agravamento determina inflexões que rebatem no mercado do trabalho onde perpassam os desafios conseqüentes da reestruturação produtiva e ideologia neoliberal.

Dentre os princípios que fundamentam a formação, destaca-se a flexibilidade de organização dos currículos, a dimensão investigativa e interventiva, o caráter interdisciplinar, exercício de pluralismo, debate das tendências teóricas em luta pela direção social, indissociabilidade entre estágio e supervisão, superação da fragmentação de conteúdos, a ética como princípio e a expressa direção teórico-metodológica que implica rigoroso trato teórico, histórico-metodológico da realidade social e “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (CRESS, 2009, p. 43).

Os fundamentos das Diretrizes Curriculares veiculam os pressupostos formativos do Assistente Social e estabelecem parâmetros de acordo com o fio condutor do debate, com ênfase nos anos noventa sob empenho dos órgãos que, no caráter de coletividade, historicamente dedicam-se à organização, normatização e representação do Serviço Social no país.

Considerando “a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve” (CRESS, 2009, p.42). Torna-se relevante mencionar que no ano de 2002 retifica-se o parecer CNE/CES 492/2001 e, decorrente deste, é aprovada a Resolução CNE/CES nº15/2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares³¹ que devem orientar a formulação do projeto pedagógico do curso de Serviço Social. Este projeto deve explicitar o perfil dos formandos, as competências e habilidades gerais e específicas, a organização e os conteúdos curriculares, o formato do estágio supervisionado e o trabalho de conclusão, assim como as atividades complementares.

Destaca-se a centralidade da questão social e o desafio da capacitação para o enfrentamento de suas expressões a partir da compreensão do significado da profissão e seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário Nacional e internacional. Preconiza uma revisão dos princípios fundamentais (acima descritos) *suprimindo* alguns aspectos textuais e referindo que a estrutura curricular sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos³² de fundamentação da formação profissional supra mencionados.

³¹ As diretrizes estabelecem como perfil dos formandos, um profissional que atua nas expressões da questão social e dentre as competências e habilidades gerais, a viabilização da capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito para o exercício das atividades técnico-operativas.

³² Permanecem três núcleos de fundamentação que apresentam de forma sucinta os seus elementos constitutivos, neste momento não objetiva aprofundamentos.

Entende-se, no entanto que o projeto profissional não é estático, mas produto de constantes mudanças da sociedade e diferentes projetos em disputas, inclusive no interior da categoria, o que remete ao desafio de decifrar este processo. Considerando a explicitação dos documentos que materializam o Projeto ético-político na década de 1990, segue no próximo item sob o propósito de apresentar o debate teórico acerca dos componentes e elementos que constituem o projeto profissional e os avanços das discussões no decorrer destas duas décadas.

4.1.1 Os componentes e elementos que o constituem

Sustenta Netto (1999, p.97-8) que o projeto profissional implica e envolve uma série de componentes distintos que devem ser articulados coerentemente: “*uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas práticas, etc*”.

Parte-se do entendimento que implícito a esta definição, dinamizam-se os elementos da teoria crítica marxiana, que nuclearmente fundamentam a proposta do projeto de formação do Serviço Social e incorrem nas demais orientações da profissão. Este redimensionamento aproxima uma análise crítica da dinâmica em que se inserem os profissionais, assim como o processamento de suas atividades. Neste sentido, vale a aproximação de Marx referindo que “os elementos simples do processo de trabalho são atividades orientadas a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios” (MARX, 1996, p.298) e, neste “fim” que o mesmo autor chama de *processo de trabalho*, “obtem-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente” (idem).

Neste sentido, se a formação profissional faz o sujeito tornar-se um trabalhador Assistente Social, a idealização do Projeto ético-político, gesta-se neste movimento e desafia o desempenho das funções profissionais, ainda que seja para a afirmação ou negação deste mesmo projeto (considerando o pluralismo no interior da categoria). Logo, é possível apreender em Netto (1999) de que entre os *componentes* que caracterizam o Projeto ético-político articulam-se: a Lei de Regulamentação, o código de ética e a produção de conhecimento no âmbito da profissão, sob algumas observâncias:

a) A Lei de Regulamentação – Regulamenta o Serviço Social como profissão. Esta não dispõe de uma teoria própria e não é ciência, o que não impede a

realização de pesquisas e investigações para a produção teórica, inserido no âmbito das ciências sociais e humanas;

b) O Código de ética – Considera-se a importância da fundamentação sobre os valores da natureza da ética, mas requer o entendimento de que estas disposições não esgotam-se nos códigos pois, “a valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele” (NETTO, 1999, p.98). Há que considerar que os elementos éticos não se limitam as normatizações, mas envolvem as escolhas teóricas, ideológicas e política dos profissionais.

c) A produção de conhecimento – Se refere desde os princípios da produção teórica, na passagem dos anos setenta e oitenta à sua acumulação teórica com o surgimento dos cursos de pós-graduação. Expressa-se a relevância da *massa crítica*³³ que facilitou uma interlocução da profissão com as ciências sociais e a criação de intelectuais no âmbito do Serviço Social e outras áreas.

Todo o empenho foi dirigido no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas seja pelo enfrentamento, em um marco demográfico, da questão social potenciada pela ditadura, sejam pelas exigências intelectuais que a massa crítica em acumulação poderia atender (NETTO, 1999, p.102).

Neste sentido, dinamiza-se a abertura da utilização das vertentes críticas, com destaque para as inspiradas na tradição marxista (já expressas neste estudo) e a expressão do pluralismo político na categoria frente às demandas democráticas e populares que requalificam o trabalho profissional. Estas diferenças confluem para que desde o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), os segmentos mais ativos da categoria vinculem-se aos movimento dos trabalhadores, o que acabou por redimensionar a organização da categoria (NETTO, 1999).

Neste contexto, sustenta o autor que esta articulação é imprescindível para a hegemonia de um projeto profissional, sendo que é complexa e não se faz em curto espaço de tempo, pois exige recursos político-organizativo, debates, investigações teórico-práticas e elaborações. Considerando o pluralismo profissional e se tratando de um projeto hegemônico, este comporta um pacto entre os seus membros, ou seja, um acordo sobre os componentes que são imperativos e indicativos do projeto.

³³ Massa crítica: “o conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber” (NETTO, 1999, p.102)

Os componentes imperativos são os componentes obrigatórios para todos que exercem a profissão, que em geral são objetos de regulamentação estatal. No Serviço Social situa-se a formação acadêmica sob os padrões curriculares e a inscrição nos Conselhos Regionais. Já, os indicativos, são aqueles aos quais não se tem consenso, que garanta o cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros da categoria (NETTO, 1999).

Nestas considerações, os componentes imperativos também expressam divergências, que não se tratam de violações dos códigos, mas a contestação de princípios que os mesmos consagram, conforme cita o autor:

Um exemplo eloqüente diz respeito aos códigos de ética das profissões: mesmo sendo um componente imperativo do exercício profissional (inclusive, na maioria dos casos, com força legal) são comuns os debates e discrepâncias acerca de alguns de seus princípios e implicações – e isto constitui um outro índice das disputas e das tensões que se expressam no interior das categorias profissionais (NETTO, 1999, p.98)

Neste sentido, os componentes que historicamente contribuíram para a superação do conservadorismo na profissão, conjugaram-se para a construção do projeto ético-político do Serviço Social que, comumente não realiza-se sem tensões, devido o pluralismo de idéias existente no interior da categoria.

Seguindo a direção teórica de Netto (1999) e referindo-se aos “componentes que materializam o Projeto ético-político”, Braz (2001) sistematiza que estes constituem-se de elementos que podem ser apresentados sob três dimensões articuladas, como representa a figura:



Figura 2 - As dimensões que emprestam materialidade ao Projeto ético-político

Nesta perspectiva, o autor sinaliza que a materialidade do projeto pode se efetivar a partir desta tríplice articulação, considerando os significativos aspectos que veiculam suas particularidades, seja a dimensão investigativa da profissão sob as tendências teóricas do pensamento social da área, seja o aparato jurídico-político e institucional da profissão ou a dimensão organizativa que abrange o pluralismo intrínseco na categoria.

Evidencia-se o esforço em explicitar como se processam as articulações para materialização do projeto profissional neste contexto histórico. Importante considerar que, para além do aparato jurídico estritamente profissional (Lei de Regulamentação, código de ética e diretrizes curriculares), atribui-se visibilidade para o aparato de caráter mais abrangente que consiste no conjunto de Leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 que, embora não exclusivo da categoria, foi fruto de lutas que envolveram os Assistentes Sociais (BRAZ, 2009).

Nesta dimensão, envolvem-se as leis e resoluções, documentos e textos políticos da categoria, assim como os instrumentos de direitos que valem ao exercício do trabalho no âmbito das políticas públicas. Trata-se da tecitura dos compromissos e princípios que compõem a materialidade do Projeto ético-político que deve ser compreendido como uma construção coletiva sob uma determinada direção social³⁴.

Neste sentido, faz-se pertinente abordar alguns redimensionamentos da discussão da temática a partir da recente contribuição teórica. Os componentes supra mencionados são expressos como a base para os elementos que materializam o Projeto ético-político, ou seja, estes angariam os elementos que se objetivam na realidade social e de alguma forma se expressam por meio do trabalho do Assistente Social. Estes elementos são expressos na figura a seguir:

³⁴ Direção social que envolve valores, compromissos sociais, princípios que estão em permanente discussão dado o movimento vivo e contraditório das classes na sociedade (BRAZ, 2009).



Figura 3 - Elementos constitutivos do Projeto ético-político

A abrangência destes elementos impacta no significado do trabalho profissional na sociedade contemporânea. Implica compreender que os componentes (sobre o influxo de outros fatores que incidem sobre o universo profissional) são os instrumentos que viabilizam o projeto profissional na realidade objetiva, considerando além das atividades profissionais isoladas, a projeção coletiva dos assistentes sociais (BRAZ e TEIXEIRA, 2009).

Percebe-se o aprofundamento elementar da “crítica radical á ordem social”, ao encontro do que dispõe o Código ética: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária” (CRESS, 2009, p.27) já referido por Netto (1999, p.105) como as “escolhas que o fundam”. Os referidos elementos exponenciam o compromisso firmado nos princípios e valores fundamentais que expressam as contradições que particularizam a profissão na sociedade atual e representam as “escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes” que colidem com a ordem do capital (BRAZ e TEIXEIRA, 2009, p.193).

Na afirmação de Netto (1999) os projetos profissionais, designados como projeto ético-político, revelam que uma indicação ética adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional. Neste sentido, o debate acerca da materialização do Projeto ético-político imprime a qualificação dos elementos que o constituem e aprofundamento da dimensão política da categoria neste contexto.

Nos rumos de análise de lamamoto (2008), além da regulamentação legal do projeto de profissão, a autora expressa que a *realização* deste projeto ocorre em *diferentes dimensões* do universo da profissão, dentre elas nas expressões e manifestações coletivas da categoria, por meio de suas entidades representativas, que afiançam posições políticas frente ao Estado e sociedade, às políticas públicas e às profissões nas articulações com outras entidades do Serviço Social e com outras categorias profissionais e movimentos organizados que integram esforços e lutas comuns, assim como no trabalho profissional realizado nos diferentes espaços ocupacionais, onde se busca preservar a qualidade dos serviços e o fortalecimento da noção de direito social.

Cumprido salientar de que tratam-se de dimensões importantes que, como base da profissão, expressam as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, adjunto à formação e o exercício profissional. Logo, diante dos desafios que metamorfoseiam os diferentes processos de trabalho a que se inserem os profissionais na realidade, lamamoto (2008, p.233) considera que “o maior deles é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de uma implementação efetiva”. A mesma autora considera que nas últimas duas décadas do Serviço Social redimensionou-se num embate contra o tradicionalismo e conservadorismo, perfazendo um “radical giro” no debate da dimensão da ética por meio da disposição dos princípios e valores radicalmente humanistas no código de ética profissional.

Neste contexto, identifica-se a relevância do artigo de Netto (1999) que augura aspectos conceituais sobre o Projeto ético-político do Serviço Social e seus componentes tornando-se base para os rumos da análise *a posteriori*, ressalvadas algumas complementações no que compreende a objetividade da materialização na realidade, por meio do trabalho profissional. A seguir, o propósito é apresentar alguns aspectos identificados na revisão teórica, que abrange a hegemonia conquistada na década de noventa, a incorporação da ética e os desafios contemporâneos ao projeto profissional.

4.2 ENTRE A HEGEMONIA E OS DESAFIOS DO PROJETO PROFISSIONAL

A partir do desígnio constitutivo do Projeto ético-político e a identificação dos elementos substanciais à sua materialização, a perspectiva é de reconhecer alguns

indicativos do debate que vem acumulando desde a década de noventa acerca da racionalidade hegemônica e os desafios deste projeto no solo histórico deste início de século.

“É incontestável que este projeto, na primeira metade da década de 90, conquistou a hegemonia no interior da categoria profissional” (NETTO, 1999, p.107) e a aprovação do conjunto de documentos para a orientação profissional possibilitara esta completude. Neste sentido, estas conquistas tiveram uma contribuição da vontade político-organizativa das vanguardas profissionais, na articulação de uma definida direção social estratégica.

Destaca-se o envolvimento crescente da categoria em organização e participação de eventos profissionais de discussão da área e a sintonia do projeto com o movimento das classes sociais. No Congresso da virada (1979) afirma-se o pluralismo político da categoria e a incorporação das aspirações democráticas e populares provindas dos trabalhadores que consolida a direção social do referido projeto.

Todavia, a própria construção do Projeto ético-político incorre num universo heterogêneo, sendo que os indivíduos que engendram na profissão emanam visões de mundo diferentes, assim como experiências e expectativas de vida diversas. Logo, o pluralismo é recorrente na categoria dos assistentes sociais brasileiros e supõe o confronto de idéias que disseminam-se nos diferentes contextos.

Há que compreender que o projeto profissional do Serviço Social dispõe-se na contracorrente do projeto da sociedade capitalista. E, neste sentido, refere Netto (1999) que esse confronto de projetos profissionais com o projeto societário têm limites que se expressam nas condições institucionais do mercado de trabalho, pois, estes tem uma dimensão política que envolve relações de poder.

Na década de noventa rebatem sobre este projeto os influxos da crise social, marcadamente pelas inspirações da ofensiva neoliberal e reformas estatais, traduzindo condições adversas para a manutenção e aprofundamento do Projeto ético-político do Serviço Social, uma ameaça à sua hegemonia (NETTO, 1999).

Nesta linha, Braz (2001) sustenta de que diante da ordem social, o projeto ético-político brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade e esta vinculação ocorre pela exigência da dimensão política da intervenção profissional. Reitera que o sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização bem como de

ações políticas coerentes com seus compromissos e iluminadas pelas mesmas análises (BRAZ, 2001).

A maturidade teórica e política realiza-se a partir da ampliação dos conhecimentos filosóficos e do pensamento político moderno e contemporâneo, orientado pela reflexão ética marxista e pela aproximação da ontologia de Marx (na década de 1980). Este debate incide nos princípios e valores eleitos para o código de ética de 1993 ao mesmo tempo que amplia os espaços para a dimensão ética, embasamentos para a pesquisa no meio acadêmico, para a docência e enfrentamento criativo dos desafios éticos do trabalho profissional. Por estes vieses, Barroco (2004) sustenta a orientação normativa de um novo *ethos* profissional para o Serviço Social na década de noventa:

A década de 1990 é significativa em termos de quantidade e de qualidade dos debates e atividades centralizadas em torno da questão ética. Se a sociedade coloca demandas para que esta questão não perca sua atualidade, a categoria por intermédio de suas entidades, locais de estudo e de trabalho, investe estrategicamente de forma a materializá-las, buscando consolidar a hegemonia do projeto ético-político profissional (BARROCO, 2004, p.37).

Assim, a ética engendra na dinâmica da profissão como tema de discussões teóricas e estratégias de capacitação dos profissionais. Há que ressaltar o rebatimento dos direitos humanos que são incorporados nos princípios do código de ética. A defesa dos direitos é um desafio incorporado pelo novo código como frente de luta para a objetivação do Projeto ético-político.

É inegável que o código de ética de 1993, confere legitimidade ao conjunto dos assistentes sociais, o que não significa ausências de contradições e antagonismos, assenta na hegemonia da vertente teórico-metodológica, mas não confere identidade profissional homogênea (BARROCO, 2006).

Não parece ser descabido sugerir que tudo aquilo que o código de 1993 representa está longe de significar uma hegemonia indiscutível. [...]se os valores eticamente legitimados expressam conquistas sócio-históricas essenciais, sua permanência ou “perda” é sempre relativa e não depende somente da categoria profissional, mas do conjunto das forças sociais democrático-populares. Sendo assim, a hegemonia que este código sinaliza vincula-se a sua capacidade teórico-prática de responder positivamente a tais desafios (BARROCO, 2006, p.207-208).

Neste sentido, ampliam-se as bases para a dimensão ética e as reflexões neste âmbito, no universo da profissão, porém os enfrentamentos dos dilemas e os desdobramentos das tensões, não findam nas escolhas, mas dependem do conjunto de forças sociais.

É recorrente, no entanto, o debate de projeto profissional e projetos societários, entendidos como forças sociais, relações de poder, etc. Montaño (2006) discorre sobre as transformações sociais contemporâneas que, devido a programática neoliberal trazem desafios aos trabalhadores e ao próprio projeto profissional desafiando um enfrentamento com competência e compromisso no interior dessas forças contraditórias. O enfrentamento das tendência neoliberais valem as considerações a seguir:

“Deve ser determinada a partir da construção/ consolidação não apenas de ações individuais, mas de um projeto profissional hegemônico que integre e articule as dimensões ética e política” (MONTAÑO, 2006, p.144). Neste sentido, o pluralismo não substitui ou elimina a hegemonia da maioria, e o fato do assistente social inserir-se no contexto dos conflitos entre classes, no papel de mediador, torna-o um ator político.

Considerando o caráter referencial das contribuições de Netto (1999) para as discussões do Projeto ético-político, busca-se revisar o texto de 2007 onde o autor atualiza àquelas discutindo as ameaças da atualidade ao Projeto Ético-Político. Para o autor, se tomar como referência a conjuntura em que o Projeto tomou forma, é importante sinalizar que ocorreram mudanças para um quadro no qual a conversão daquele projeto vê-se nuclearmente problematizada.

Na afirmação do autor, os objetivos do Serviço Social tem sido minimizados à centralização funcional ao plano assistencial o que entende como regressão, a tempo que considera as incidências dessa nova conjuntura como extremamente negativas para o projeto profissional, sendo que contribuem significativamente para sua inviabilização no processo real de qualificação do Serviço Social.

Considera dois níveis em que se verifica o *processo de inviabilização* do “projeto ético político”:

a) *No que se refere aos objetivos e funções profissionais*: “O elenco de objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado diante da centralização de suas funções no plano assistencial”.

b) *Consiste nos requisitos teóricos, práticos e institucionais para o exercício profissional: insere-se a “problemática da formação profissional”* (NETTO, 2007, p.38).

Incide a crítica de que o serviço social tem sido minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial, o que reduz o serviço social à “profissão da assistência”, entendido como estratégias equívocas da redução da pobreza, assim como o aviltamento da formação inviabilizarão o “projeto ético-político”. Neste sentido, refere o autor que “[..] o enfrentamento supõe mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas” (NETTO, 2007, p.40).

A hegemonia “não se confunde com supremacia, nem tampouco com maioria” (BRAZ, 2007, p. 5). Neste sentido reincide o debate teórico considerando polêmica a afirmação de que o Projeto Ético-Político goza de hegemonia no Serviço Social brasileiro, a medida que é tensionado pela conjuntura que se abre com o Governo Lula (2003) e consuma-se à uma crise, que se deve à dois problemas centrais: o primeiro diz respeito à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, o segundo está centrado em fatores objetivos que incidem sob as bases materiais do projeto profissional.

Nesse sentido, de um lado é emergente o debate acerca do projeto e sua hegemonia, de outro, centra-se a discussão em torno das condições que se apresentam para o processo de formação e exercício profissional, pois “ele só se materializa se objetivar na existência efetiva, a partir de diversas mediações sócio-profissionais e das variadas demandas que determina o Serviço social” (BRAZ, 2007, p. 7). Sendo assim, menciona que as saídas se encontram no próprio Projeto Ético-Político a partir da defesa radical de seus princípios e resistência às políticas neoliberais.

Em se tratando da relação entre o projeto profissional e exercício profissional, orientar-se por um projeto profissional crítico significa “uma possibilidade de os profissionais tomarem consciência dos fundamentos sob os quais a prática se desenvolve” e também a “possibilidade de construção permanente de perfis profissionais, dentre eles do profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações, com uma direção crítica clara e consciente que visa a defesa permanente dos direitos sociais e humanos”, assim como a consideração das conquistas históricas de superação do conservadorismo (GUERRA, 2007, p. 8-9).

Na perspectiva das discussões sobre a efetividade do projeto profissional crítico para o exercício profissional, exige-se uma aproximada leitura de realidade, domínio do referencial heurístico-dialético e clareza dos objetivos e finalidades das ações, sob o desafio de fazer a crítica dos fundamentos da cotidianidade, do exercício profissional e do cotidiano dos sujeitos sociais a quem prestam serviços. Neste sentido, fortalece-se o requisito de profissionais com postura investigativa para apreender as tendências do desenvolvimento histórico da sociedade.

Dessas premissas, centraliza-se o debate do projeto de formação e do mercado de trabalho que desafia a profissão. A conjuntura atual imprime um contexto contraditório, caracterizado por mudanças aceleradas, uma nova sociabilidade e “novas” políticas, assim como as conseqüências confusas e desafios para o exercício profissional, dentre eles, a necessária reafirmação do Projeto Ético-Político e a busca coletiva de práticas alternativas ao Neoliberalismo (YAZBEK, MARTINELLI E RAICHELIS, 2008).

Segundo Iamamoto (2008) pensar o projeto profissional supõe articular as condições macrosociedade e as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas dos profissionais aos espaços a que se inserem. Assim, o projeto profissional torna-se indissociável dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores, “é fruto da organização da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior” (IAMAMOTO, 2008, p.224).

Considerando o redimensionamento da profissão nas últimas décadas, o embate ao conservadorismo e o protagonismo no debate da ética, da política e do trabalho profissional, o maior desafio é “tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional” (IAMAMOTO 2008, p.233). Aponta, no entanto, para a necessária articulação das dimensões organizativas, acadêmicas e legais que sustentam o trabalho cotidiano do profissional, sob o risco de deslizar para uma proposta idealista e abstraída da realidade histórica.

Neste item, apresentou-se uma revisão, que contempla alguns aspectos abrangentes do debate atual acerca do Projeto ético-político profissional, a fim de contribuir para a análise e interpretação das informações empíricas. A seguir, o propósito é de apresentar a base metodológica e suas especificidades para a realização da investigação.

5 BASE METODOLÓGICA

Neste capítulo, busca-se apresentar a direção e o percurso da investigação realizada. As etapas do estudo identificam, de forma conjugada, os planos que se complementam nas fases de organização epistemológica e cronológica da pesquisa para aproximação dos resultados que, *a priori*, perpassam necessariamente o processo de planejamento, observância aos preceitos éticos implícitos à dinâmica da coleta de dados, a exploração do material, a análise e interpretação dos resultados com precisão científica.

Segue-se, no entanto, o intuito de apresentar o ciclo investigativo como um todo, atribuindo visibilidade ao método, à metodologia, a natureza da pesquisa, os procedimentos técnicos para a coleta e análise das informações, o movimento e as implicações objetivas e subjetivas implícitas ao processo de aproximação às particularidades do objeto em estudo, na acepção das questões e objetivos que norteiam e fundamentam respectivamente a pesquisa.

5.1 O MÉTODO

Na elaboração deste estudo utilizou-se o método dialético-crítico, originário da corrente filosófica materialista. Este considera o conhecimento como parte das condições objetivas, assim como o pensamento assimila as contradições dos fatores concretos da realidade, que impulsionam o movimento.

Na afirmação de Lukács (1979, p.38) “o método consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado”. Assim, o método formula as leis do movimento, atravessa as mediações (LEFEBVRE, 1991) e perfaz o processo da pesquisa para a apreensão da realidade objetiva.

Karl Marx, em *Miséria da Filosofia*, busca o conceito em Hegel: “O método é a força absoluta, única, suprema, infinita, à qual nenhum objeto poderia resistir, é a tendência da razão para se reconhecer a si própria em todas as coisas” (MARX, 2007, p.98). Travando uma crítica as análises metafísicas, afirma a análise a partir da formulação das categorias lógicas que se movimentam dialeticamente.

Neste sentido, afirma que as relações sociais determinadas pelas relações de produção estão intimamente ligadas às forças produtivas e, sendo assim, “os

mesmos homens que estabelecem as relações sociais em conformidade com sua produtividade material produzem também os princípios, as idéias, as categorias, em conformidade com as relações sociais” (MARX, 2007, p.100).

As categorias centrais do método dialético-crítico são: a totalidade, a historicidade e a contradição, as quais busca-se explicitar a seguir:

A Categoria *totalidade* - é entendida como a totalidade concreta, que na concepção dialético materialista do conhecimento, significa um processo indivisível, em que norteia a destruição da pseudo-concreticidade, indicando para o conhecer o fenômeno na sua objetividade, e também o conhecimento do caráter histórico do fenômeno (conteúdo e significado), sua função objetiva e o lugar histórico que ocupa no corpo social (KOSIK, 2002).

No Serviço Social, a teoria social crítica articula-se a uma perspectiva de apreensão da realidade como uma totalidade concreta e contraditória, na dinâmica de processos contínuos e complexos da sociedade, onde dinamiza-se o trabalho dos Assistentes Sociais. Produzir conhecimento, no entanto, implica apreender as articulações dialéticas entre as partes e o todo, reconhecendo as particularidades e a processualidade dos fenômenos em curso em determinado tempo histórico.

Difunde-se a concepção marxista de que tudo se relaciona sob o alicerce do materialismo histórico e o materialismo dialético. O primeiro apresenta-se como um conhecimento racional do mundo e que os indivíduos humanos nem sempre fazem a história dentro de condições por eles escolhidas, realçando a importância de estudar os fenômenos orientando-se metodicamente e embasado em fatos objetivos; o segundo sintetiza a teoria das contradições (de Marx a partir da dialética de Hegel). Captar as contradições reais exige analisar o conjunto em suas parte constituintes para compreendê-lo no plano da totalidade.

A categoria contradição - está no próprio movimento onde se mutabiliza. Significa admitir que as contradições têm um sentido objetivo e uma fundamentação na realidade e rejeitar o plano metafísico de que as contradições são aparentes e superficiais de forma que não possamos capturar a verdade³⁵ (LEFEBVRE, 2009). Assim, a razão dialética facilita a compreensão das condições concretas da pesquisa, e o caráter objetivo da realidade e suas contradições.

³⁵ Nesse caso, supõe-se que a verdade existe por si mesma é eterna, imóvel e imutável e que o homem poderia ou deveria atingi-la por meio de uma intuição ou de uma revelação misteriosa (LEFEBVRE, 2009).

A contradição “tem sua raiz profunda no conteúdo, no ser concreto: nas lutas, nos conflitos, nas forças em relação e em conflito na natureza, na vida, na sociedade no espírito humano” (LEFEBVRE, 1991, P.192). Neste contexto, deve ser entendida como sintoma da realidade, considerando que o real está naquilo que apresenta contradições.

A categoria *historicidade* - implica o movimento, mas também uma determinada direção na mudança, que se expressa em transformações qualitativas de determinados complexos, tanto em si quanto em relação com os outros complexos (LUKÁCS, 1979). Pressupõe o movimento de transformação da realidade concreta tendo em vista as suas relações e conexões que perfazem a totalidade, mas sob condições determinadas e determinantes no contexto histórico em voga.

A escolha do método não é aleatória aos pressupostos hegemônicos norteadores da profissão, que elegem o materialismo dialético para o direcionamento da análise e apreensão da realidade.

O elemento central a ser considerado diz respeito à direção marxista que ao se abrir à interlocução teórica e política com as demais teorias sociais e disciplinas do conhecimento, busca imprimir uma perspectiva de atualização analítica para a apreensão dos fenômenos que circunscrevem a totalidade da vida social (ABESS, 1996, p.42).

Nesta perspectiva, entende-se que conhecer e analisar as informações qualitativas e quantitativas que emergem do real, requer uma sistematização articulada da natureza dos fenômenos e o processamento da matéria prima (objeto), ou mediações realizadas para modificá-la, que é o próprio trabalho dos assistentes sociais.

4.2 A METODOLOGIA

Na sua origem etimológica, do grego *método* + *logia* (estudo) significa a arte de dirigir o espírito na investigação da verdade (FERREIRA, 2004). Dessas premissas conceituais, pensar na produção e socialização de conhecimento nas ciências sociais, não encerra-se numa questão semântica, mas em significações que se dinamizam no contexto histórico.

O interesse pelo estudo da sociedade, de suas transformações e fenômenos movem esforços intelectuais nas mais diferentes áreas do conhecimento, assim

como são conduzidos sob diferentes linhas de pensamento e vertentes teóricas na busca de explicações para objeto de estudo e realidade. Enquanto atividade intelectual, a pesquisa sofre as limitações e contradições mais amplas do campo científico, dos interesses específicos da sociedade e das questões consagradas de cada época histórica (MINAYO, 1992).

No campo das ciências sociais, a investigação dos fenômenos pressupõe uma necessária interlocução com a totalidade e o conhecimento historicamente acumulado, e como uma atividade de aproximação sucessiva da realidade, a direção social das investigações parecem residir nos *significados* atribuídos a partir das diferentes perspectivas de pensamento e concepções de quem se insere na acepção de conhecer a realidade objetivada, ou seja, os próprios pesquisadores.

Por esse viés, entende-se que a denominada “ordem social contemporânea” (NETTO, 2006) encaminha a pesquisa para diferentes rumos, assim como complexifica a busca e sustentação de uma verdade. Para Minayo (1992, p.35), “dadas as especificidades das ciências sociais, o que é possível é a objetivação que inclui o rigor no uso instrumental teórico e técnico adequado, num processo interminável e necessário de atingir a realidade”. Sendo assim, a abordagem tende uma análise da situação objetiva da sociedade, considerando as implicações do todo, o que nos leva a repudiar o discurso ingênuo ou malicioso da neutralidade.

Marx (2007) já admitia que a história, segundo a ordem dos tempos é a sucessão histórica na qual as idéias, as categorias e os princípios se manifestaram. Neste sentido, a metodologia assume centralidade em face da construção de conhecimentos, numa dimensão que os princípios metodológicos identificam as concepções intrínsecas aos respectivos processos investigativos, assim como a matricialidade de pensamento pelo qual se orientam as pesquisas e a direção que perseguem.

Obviamente tratam-se de opções metodológicas que são imanentes e condizem às particulares formações sociais dos indivíduos ou grupos que se empenham em pesquisar. Nas ciências sociais, as teorias renomeiam a indissociável relação de metodologia e produção de conhecimento, pois, a metodologia “faz parte intrínseca da visão social de mundo veiculada na teoria” (MINAYO, 1992, p.22).

A metodologia compreende o encadeamento articulado dos pressupostos teóricos fundamentais e o arcabouço técnico-instrumental definido *a priori* pelo pesquisador para nortear o percurso da investigação e o circuito da análise. Cabe-

Ihe explicitar o tipo de abordagem, as opções de cunho técnico, as providências de atenção aos aspectos éticos, as etapas e as perspectivas sistemática de desenvolvimento do ciclo investigativo, evidenciando as previsões e procedimentos ordenados para a abordagem da realidade. Do conceito de Minayo (1992, p. 22) a metodologia é entendida como “o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade”.

Assim, a dinâmica metodológica compreende um *processo sistemático, articulado e dinâmico* permeado de fundamentos lógicos e epistemológicos que identificam o tipo de pesquisa e facilitam a abordagem do pesquisador na realidade e no universo em que está implícito o objeto, assim como pressupõe uma opção orientada à finalidade de validação científica da pesquisa traduzindo-se na revisão, produção e aprofundamento de saberes nas respectivas áreas em que se realiza.

Em se tratando da área do Serviço Social, a escolha metodológica não é aleatória ao pensamento social da profissão que consolida-se no Projeto ético-político na década de noventa. Iamamoto (2000) enfatiza a importância de defender uma perspectiva teórico-metodológica que se afirme como matriz para a explicação da vida social e disponha de um acervo heurístico para a leitura da sociedade e iluminar as ações profissionais. Deste debate, a metodologia é entendida como:

[...] un modo de conocer al ser social históricamente dado – la sociedad burguesa – lo cual orienta una modalidad de intervenir en la vida social, según proyectos sóciopolíticos (que no son inmunes a las luchas de clases, a las correlaciones de fuerzas políticas), respondiendo a demandas profesionales puestas por la sociedad (IAMAMOTO, 2000 p.97-98).

Dimensiona-se a centralidade do ser social na dinâmica da sociedade burguesa e que pela própria natureza interventiva da profissão desafia a legitimidade das finalidades que ancoram suas projeções profissionais. Por tratar-se de uma profissão impregnada de significados históricos que são latentes e impulsionam o desenvolvimento do projeto profissional na sociedade, tornam-se coadjuvantes as discussões implicadas na dimensão teórica e prática e os embates a cerca das propriedades de sistematização e produção de conhecimentos na área. Mediante esta breve explicitação conceitual de metodologia e a interlocução nos processos investigativos, busca-se explicitar a natureza da presente pesquisa.

5.2.1 Natureza da Pesquisa

O universo das ciências sociais inspira apropriações, a rigor do que se pretende investigar, os rumos a seguir e uma acepção teleológica a partir da natureza da pesquisa a que se propõe. Neste sentido, “conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, relação esta que se estabelece graças a atividade prática humana” (VÀZQUEZ, 1986, p.153).

Sob estes aspectos, a pesquisa está imbricada a precípuas correlações entre o ser social e a dinâmica do mundo em que vive, e pesquisar subentende o interesse pelo estudo desse mundo em mudanças, movendo esforços na direção de uma delimitada temática, ainda que parte de uma totalidade articulada de produção e reprodução de relações neste meio.

A presente pesquisa, no entanto, é de natureza qualitativa e tem como perspectiva de análise os significados que se estabelecem e se expressam dialeticamente na realidade.

Essa corrente não se preocupa de quantificar, mas de lograr explicar os meandros das relações sociais consideradas essência e resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional, que pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência e da explicação do senso comum (MINAYO, 1992, p.11).

Nas ciências sociais, a pesquisa qualitativa se preocupa em explicar um universo de significados que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, não são captáveis em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 1994, p.22). Assim, nesta pesquisa interessa abstrair os aspectos qualitativos da realidade, embora não desqualifique a complementaridade de dados quantitativos emergentes, pois conforme Lefebvre (1991) todo ser é um devir, apresenta qualidade e quantidade que não pode ser separado do universo.

Essa pesquisa tem por objetivo trazer a tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado (MARTINELLI, 1999) convergindo para a conjugação da visão do pesquisador em relação ao problema e as informações que os sujeitos proferem. Segundo a autora, nestas pesquisas,

Trabalhamos com os fatos de forma a poder aprofundar tanto quanto possível a análise, e não para conhecê-los apenas de forma sumária, a partir de uma primeira apresentação. Priorizamos não os fatos épicos, os fatos de grande dimensão, mas aqueles que estão mais próximos do sujeito e que repercutem diretamente na sua vida (MARTINELLI, 1999, p. 22).

Sob o abrigo de diferentes orientações e tendências que se conjugam na abordagem qualitativa, torna-se indispensável considerar a aproximação entre o pesquisador e sujeitos participantes. Nesta pesquisa destaca-se a aproximação *in loco* da pesquisadora (acadêmica) no campo onde os sujeitos (Assistentes Sociais) vivenciam e estabelecem o trabalho e as relações que perfazem o sentido às particularidades da experiência de cada um.

A pesquisa, no entanto, desenvolve-se diante do cenário das transformações da sociedade, de forma que os nexos locais e regionais são indissociáveis da ordem global. Importa perceber que o desafio de desvendar o enredo do objeto neste universo pressupõe a participação do pesquisador no processo da pesquisa. Para Minayo (1992, p.21) “a visão de mundo do pesquisador e dos atores sociais estão implicadas em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho”.

Preocupa-se em apreender a realidade de modo a interpretar o significado dos fenômenos e a visão de mundo dos sujeitos fundadas nas suas experiências objetivadas na realidade em que realizam seu trabalho, sem ocultar a inter-relação de quem investiga, pois, na própria reflexão para o planejamento da investigação está implícito os princípios que orientam o caráter teleológico da pesquisa (projeto de pesquisa).

Numa perspectiva de tratamento analítico pelo viés da vertente-crítico dialética, a orientação é que possa transcender a aparência dos fenômenos, apropriada pelos sujeitos. Em se tratando processo do conhecimento NETTO (2000) considera que esta vertente,

[...] arranca de la expresión empírica para aprehender la procesualidad que la disuelve y resuelve, en la búsqueda de sus tendencias y regularidades; entretanto, [...] la sistematización del material empírico no brinda el cuadro a partir del cual se construye un modelo – más que eso, constituye un elenco de determinaciones simples que permite el movimiento de la razón en el sentido de agarrar y reconstruir el movimiento inmanente del proceso objetivo, el movimiento del objeto real (NETTO, 2000 p. 81).

Neste contexto, a reflexão teórica não constrói um objeto e sim reconstrói o objeto num processo historicamente dado e, sendo assim, o que distingue os processos investigativos é a própria natureza da pesquisa. Quanto a esta perspectiva, refere que a razão abstrai a legalidade intrínseca dos processos objetivos, que indica a tendência à ontologia do ser social -

[...] se pretenden otras diferencias, e incluso oposiciones y antagonismos, extremadamente significativos, que envuelven la consideración del método, de la relación entre teoría y práctica etc. (NETTO, 2000 p.82).

A ontologia do ser social funda-se na unidade materialista (contraditória) de lei e de fato. Enquanto a lei se realiza no fato, o fato recebe sua determinação que se afirma na intersecção das interações (LUKÁCS, 1979). As leis são objetivas, são leis do real e do pensamento, isto é, do movimento (LEFEBVRE, 1991). É na realidade em movimento que se encontram as condicionalidades que embatem nos processos de mediações das inter-relações, sendo que estas condicionalidades podem ser entendidas a partir do ponto de vista ontológico,

[...] legalidade significa simplesmente que, no interior de um complexo, ou na relação recíproca de dois ou mais complexos, a presença factual de determinadas condições implica necessariamente, ainda que apenas como tendência, determinadas consequências (LUKÁCS, 1979 p.104).

Entende-se imprescindível a compreensão das categorias do método que orienta a abordagem na realidade, pois, na cientificidade da dialética marxista, impregnam-se as explicações das contradições do pensamento e as crises do contexto histórico em que se inscreve e de quem a ele está inserido, em termos de relações coletivas e particulares que se produzem e reproduzem no âmago da sociedade. Sendo assim, o sentido da pesquisa qualitativa é social, assume um caráter de construção coletiva, pois deve retornar ao sujeito pesquisado. Além de buscar incessantemente os significados atribuídos pelos sujeitos e suas experiências, é um exercício político pleno de intencionalidades (MARTINELLI, 1999).

A natureza desta pesquisa tem um caráter investigativo. Conforme Kosik (2002) a investigação visa diretamente a essência, ela deseja chegar à realidade através de um salto que a coloca acima das aparências fenomênicas. Para além dos pressupostos sistemáticos e técnicos para conhecer o objeto, esta pesquisa preside

uma fundamentação teórica e histórica no projeto de pesquisa que tende a aprofundar-se no decorrer do processo reflexivo. A construção do projeto é que aglutina a dúvida da própria legitimidade investigativa (KOSIK, 2002), legitimidade científica (MINAYO, 1992) a cosmovisão do pesquisador e a elaboração dos caminhos a percorrer para a inclusão dos significados na dimensão de totalidade histórica de acordo com a opção metodológica de análise.

A abordagem qualitativa abriga a possibilidade de uma análise e interpretação que partilha o significado das interações humanas e sociais a partir de livres e latentes revelações originárias do “mundo” que é próprio do sujeito pesquisado. Neste sentido, perseguir o problema em questão, “como os assistentes sociais materializam o projeto ético-político do Serviço Social no trabalho realizado no âmbito das políticas públicas das Prefeituras Municipais da Região fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul”, leva a privilegiar esta abordagem de pesquisa, tendo em vista a orientação para o estudo, que não encerra-se no pensamento, mas busca a dimensão prática de intervenção na realidade objetiva.

Essencialmente, a própria definição do problema expressa a importância do contato direto com os sujeitos participantes (assistentes sociais), de forma que as informações relativas às suas interações³⁶ e conexões objetivas e subjetivas na peculiar condição de profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho, possam indicar elementos significativos para responder as questões norteadoras e venham ao encontro aos objetivos do estudo. A propósito, a seguir busca-se explicitar os procedimentos metodológicos que possibilitaram a realização do processo investigativo.

5.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos articulam-se à fase exploratória da pesquisa, assumem importância na construção do projeto de pesquisa e a sucedem, implicados nas definições e estratégias para a interlocução com a realidade na

³⁶ Na interpretação de Lukács (1979) para a obra de Marx, as **interações** se articulam de acordo com o modo de produção, sendo que as relações econômicas são regulamentadas necessariamente de interação entre os grupos humanos organizados em estratos superpostos. A produção é entendida no sentido ontológico, como produção e reprodução da vida humana que leva à teoria geral de Marx, segundo a qual o desenvolvimento essencial do homem é determinado pela maneira como ele produz (grifos meus).

coleta de subsídios para responder os objetivos propostos. Neste item, busca dar visibilidade aos procedimentos e a dinâmica em que se realizaram.

a) *Definição dos sujeitos participantes* – consistiu na seleção intencional e representativa no universo da categoria profissional do Serviço Social. Para fins da investigação, buscou-se identificar um conjunto de participantes que particularizassem características comuns e que pelos referenciais que fundamentam a pesquisa, indicasse-os na protagonista condição de contribuir por meio de suas manifestações.

Nesta pesquisa, os sujeitos compreendem uma parcela de assistentes sociais que trabalham nas políticas públicas da Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul³⁷. Estes particularizam a condição de fazerem parte da mesma categoria que institui-se no Projeto ético-político da profissão, imbuídos do desafio de sua materialização, e de estarem inseridos na esfera pública estatal (prefeituras) desenvolvendo o trabalho em estreita relação com as políticas sociais (assistência social, saúde, habitação, educação) instituídas nos respectivos campos abordados.

Sob esta orientação, a seleção dos sujeitos caracteriza-se como não probabilística do tipo dirigida ou intencional (MARCONI e LAKATOS, 2002). Compreende-se que por este meio, a interação do pesquisador com o pesquisado circunda a captação de elementos manifestos pelas opiniões e informações latentes da vida cotidiana, e pela própria função que assumem na acepção de materializar o projeto profissional no respectivo trabalho.

Neste sentido, Minayo (1999) refere que a pesquisa qualitativa privilegia aproximação aos sujeitos pesquisados, objetiva explicitar o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado. Assim, a realidade é conhecida a partir dos significados que ele próprio atribui a si mesmo, à experiência e os processos dinâmicos da totalidade.

Para a imersão neste processo de cercar a objetividade da pesquisa, selecionou-se, *a priori*, oito profissionais Assistentes Sociais, sujeitos em pleno exercício do trabalho nas Prefeituras Municipais. Os critérios de inclusão/exclusão legitimam os profissionais devidamente registrados no Conselho Regional do

³⁷ Registra-se de que os Municípios em que se inserem os participantes da pesquisa não serão nominados na pesquisa, considerando o aspectos éticos assumidos no termo de consentimento (não identificação dos participantes). Dada as particularidades da região, assim como os espaços ocupacionais (identificadas na fase exploratória) contam com reduzido número de profissionais Assistentes Sociais atuantes, o que facilita a identificação e nomeação dos mesmos.

Serviço Social, que estejam exercendo a atividade profissional há um período mínimo de doze meses, reservando a possibilidade da participação de sujeitos que desenvolvem o trabalho numa única política social ou concomitantemente em diferentes políticas nas prefeituras, conforme as particularidades para a formação do quadro de trabalhadores de cada Município. Registra-se o critério de livre adesão nas instituições contatadas que contam com mais de um profissional.

Implícito à definição dos critérios, abrigam-se conhecimentos prévios desta realidade, um mapeamento que combinou com a fase exploratória para a elaboração do projeto de pesquisa e verificação da viabilidade da pesquisa. Exige-se uma disponibilidade do pesquisador para uma interlocução direta aos pesquisados nos respectivos espaços de trabalho, tendo em vista o contato presencial com os participantes.

b) A construção e revisão dos instrumentos - consistiu no processo de elaboração e qualificação dos instrumentos para realizar a pesquisa. A definição dos instrumentos para a proposta desta investigação acompanha o desenvolvimento da delimitação da temática, articulada com o problema lançado. A opção metodológica a que se vincula flexibiliza o uso de técnicas e instrumentos e “abre-nos um campo fecundo de possibilidades” (MARTINELLI, 1999), a uma dimensão política e crítica reflexiva dada na dialética relacional das partes (sujeito e objeto) que se envolvem no processo.

Neste sentido, definiu-se a utilização do questionário e da entrevista para coletar informações pertinentes ao estudo. O questionário “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI & LAKATOS, 2002, p.98). A partir dessa orientação buscou-se elaborar o questionário num plano que se divide em questões fechadas e na combinação de questões fechadas e abertas.

Realizou-se entrevista como um instrumento revelador das particularidades da realidade investigada. Esta é entendida como a técnica mais usada no processo de campo, uma “conversa com finalidade” (MINAYO, 1992, p.99) que visa informações que venham ao encontro dos objetivos em pauta. Elegeu-se o tipo semi-estruturado combinado à um formulário elaborado previamente para orientar a realização da entrevista. O formulário caracteriza-se pelo “contato face a face entre pesquisador e informante” (MARCONI & LAKATOS, 2002, p.112) e faz “parte da

relação mais formal do trabalho de campo em que intencionalmente o pesquisador recolhe informações através da fala dos atores sociais” (MINAYO, 1992, p.107).

A opção metodológica considerou que a entrevista semi-estruturada permite maior espontaneidade e liberdade entre as partes, o que enriquece a investigação, considerando que as perguntas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa (TRIVIÑOS, 1987).

Neste sentido, a elaboração do respectivo formulário considerou substancialmente os objetivos da pesquisa, os fundamentos que sustentam as concepções pelas quais se desenvolve a pesquisa, já identificadas nos princípios epistemológicos que encadeiam a metodologia. Inicialmente o formulário continha quatro questões, contemplando os principais eixos temáticos do estudo, no entanto, buscou-se ampliar com questões de aprofundamento, tendo em vista a amplitude da temática e o intuito de delinear e focalizar o objeto em questão.

Concluído o projeto de pesquisa, realizou-se a “pesquisa-piloto” ou pré-teste para a testagem preliminar e revisão dos instrumentos, sendo aplicado a um profissional assistente social. Este procedimento considerou a seleção intencional do participante, tendo em vista a verificação da viabilidade e validade dos instrumentos antes de serem aplicados definitivamente. O mesmo contribuiu no sentido da revisão da linguagem das perguntas formuladas, no reordenamento de questões no contexto do formulário prévio de entrevista e a identificação de reações da respondente no momento da aplicação, o que suscitou revisões teóricas principiantes a imersão no campo para a coleta de dados.

Considerando a heurística dos instrumentos para a coleta das informações, e as estimativas da testagem a que se refere, não elimina-se a possibilidade da emergência de dados quantitativos, especialmente provindas do questionário, que podem confluir complementarmente e de forma articulada às informações qualitativas, enriquecendo a análise e a produção de conhecimentos.

A escolha do “campo” e o levantamento do universo - A escolha do espaço da pesquisa designa o local físico e social onde os dados foram coletados (CHIZZOTTI, 2006). É indissociável da escolha do grupo de pesquisa que se pretende atingir, que neste estudo, refere-se aos assistentes sociais que estão inseridos no âmbito da esfera pública estatal, nas Prefeituras Municipais da Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Conforme Minayo (1992) pouco se tem a

dizer sobre estes itens, mas vale lembrar a sua adequação prática ao delineamento do objeto teórico. “Sabemos que esse momento envolve interação, conhecimento e contatos anteriores, experiências e lastros de trabalho e envolvimento que ultrapassam as preocupações lógicas do pesquisador” (MINAYO, 1992 p.101).

Sendo assim, é no lastro das interações e experiências anteriores que delimitou-se a escolha do campo para a pesquisa. No que diz respeito a região geográfica, ainda que não seja a região de origem da pesquisadora, converge de forma significativa no que compreende a formação e experiência profissional da mesma. Os anos vividos, as interações sociais e políticas, assim como a formação em Serviço Social³⁸ e a experiência de trabalho na peculiar condição de assistente social nesta região possibilitaram conhecimentos importantes na área de interesse e despertaram o anseio por aprofundamentos. Com a definição do objeto delinea-se a área de interesse “que é um campo de práticas” (MINAYO, 1992) e que requer a *priori*, uma concentração ou um “recorte” intencional para facilitar a validade e viabilidade da pesquisa.

Neste sentido, a credibilidade do campo vincula-se ao atendimento dos requisitos elencados para conhecer o objeto. Ou seja, a região conta com estabelecimentos públicos estatais e conta com profissionais Assistentes Sociais engajados nas equipes multiprofissionais, que na acepção metodológica do estudo, propõe-se contatá-los. Sendo assim, a delimitação da região e a escolha do campo são indivisíveis, porém dentre os diversos campos da mesma região, a elegibilidade está condicionada ao princípio ético da pesquisa na condição de autorização e aprovação dos coordenadores dos serviços, aos critérios indicados na seleção dos participantes, assim como da aceitação dos convidados a contribuir de forma livre e esclarecida.

A partir da própria caracterização desta pesquisa, designa-se metodologicamente o universo a que se inspira a investigação e que demanda aproximações e contatos para as tratativas circundantes ao processo de conhecer e colher as informações. Considerando que a realidade compreende um “todo articulado”, pesquisar uma determinada temática suscita identificar e acessar uma

³⁸ Graduação em Serviço Social na Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUI).

parte deste “todo” de modo que forneçam elementos que venham ao encontro do objeto e os questionamentos que norteiam a pesquisa.

Para a seleção dos participantes, buscou-se mapear as Prefeituras Municipais da região que contam com Assistentes Sociais nos quadros ocupacionais das diferentes políticas sociais, assim como a alocação dos mesmos nestes espaços, a fim de facilitar os contatos posteriores. Partindo dos critérios de elegibilidade para a participação na pesquisa (explícitos no item que refere-se aos sujeitos), passou-se aos primeiros contatos por meio da rede de comunicação disponível, seja por telefone ou correio eletrônico, com vistas a esclarecer os pressupostos e objetivos da pesquisa e verificar a viabilidade da realização da mesma. Cabe salientar de que buscou-se contatar inicialmente os coordenadores dos serviços a fins de obter a aprovação para realizar a pesquisa, haja vista que o processo veicula a interação e circulação do pesquisador nos campos diretamente com os pesquisados.

Contatos preliminares (Institucional e com os participantes) – consistiu na formalização dos contatos no sentido de aprovação e aceitação, respectivamente. Tendo em vista os postulados éticos que veiculam esta pesquisa, o reconhecimento da organização hierárquica que enquadram-se os profissionais Assistentes Sociais na divisão técnica do trabalho na esfera pública, providenciou-se contatar com a imediata coordenação dos serviços.

A mobilização seguiu-se no intuito de legitimar a aprovação para a coleta de dados nestes espaços, mediante uma “carta de autorização do coordenador dos serviços³⁹”. Os coordenadores correspondem aos Diretores da Secretaria de Assistência Social, *a priori* o *lócus* privilegiado da inserção dos profissionais assistentes sociais nas prefeituras.

Neste sentido, utilizou-se inicialmente da comunicação verbal por telefone para dirigir a informação da realização da pesquisa na região e a inclusão do respectivo serviço como possível contribuição para o estudo. Neste mesmo contato acordou-se sobre a melhor forma de encaminhamento do documento de aprovação. Os acordos foram os mais variados, desde o envio e retorno com assinatura digitalizada por correio eletrônico (e-mail), por intermédio do correio e outros pelo

³⁹ Documento para formalizar a solicitação de autorização para a realização da pesquisa no respectivo Município. Ver modelo em anexo.

contato pessoal sob prévio agendamento para a explicitação oral do projeto de pesquisa.

Ha que ressaltar alguns entraves, em casos específicos, no que se refere ao retorno dos documentos, devido ao peculiar período de transição de governabilidade executiva dos municípios, por ocasião das eleições municipais. Nesta situação, coordenadores encontram-se em fase de possíveis transições ou incertezas quanto a continuidade na ocupação do respectivo cargo. Esta realidade unânime dos municípios impactou em atrasos para o retorno dos documentos e dúvidas quanto a autorização da pesquisa, uma vez que os coordenadores em exercício buscaram contato e explicitação para com os possíveis ingressantes nos cargos de coordenação/direção, já que a proposta da pesquisa apresentara um caráter de continuidade. Contudo, não considera-se prejuízos quanto a inclusão dos participantes na realização da pesquisa.

Concebendo que os sujeitos da investigação são construídos teoricamente como componentes do objeto de estudo (MINAYO, 1992) preferiu-se o convite aos assistentes sociais a participarem da pesquisa. Inicialmente realizou-se contato verbal por telefone, no intuito de informar da realização do estudo abrangendo esta região e a possibilidade da participação dos mesmos. Acordou-se o encaminhamento formal do convite por meio de correio eletrônico (e-mail). O retorno, também obtido por este meio, possibilitou a continuação da aplicação dos instrumentos e técnicas, questionários e entrevistas respectivamente. Ressalva-se que um dos profissionais convidados não correspondera o critério de tempo de atuação, no entanto, contou com livre adesão de outro sujeito da mesma instituição, perfazendo os mesmos critérios.

Nesta fase, realizou-se encaminhamento do questionário e “termo de consentimento⁴⁰” por correio eletrônico, certo de recolher os mesmos no dia da entrevista. A interlocução por meio eletrônico, possibilitou o agendamento das entrevistas de acordo com os horários indicados pelos profissionais do campo, ressaltando a estimável consideração e adaptações aos horários favoráveis à condição de estudante da pesquisadora.

⁴⁰ Documento que formalizou o convite aos selecionados. Ver modelo em anexo.

5.4 O PERCURSO INVESTIGATIVO E A COLETA DAS INFORMAÇÕES

O projeto de pesquisa teve apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa desta mesma universidade. Sob o conhecimento do registro de aprovação da pesquisa e inexistência de aspectos éticos que inviabilizem a realização do projeto (CEP - PUCRS 09/04517), iniciou-se sistematicamente o processo de coleta de dados.

Os “caminhos da pesquisa” demandaram disposição de tempo da pesquisadora, deslocamentos e viagens para o acesso aos campos, conforme previsto no quadro de recursos e orçamentos do projeto de pesquisa. Com base no planejamento da pesquisa, no cronograma que conduzia a sistemática das atividades elencadas, persegue-se a fase do trabalho de campo.

O trabalho de campo tem que ser pensado a partir de referenciais teóricos e também de aspectos operacionais que envolvem questões conceituais. A forma de realizá-lo revela as preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam tanto os fatos a serem coletados como o modo de recolhê-los. [...]o campo social não é transparente e tanto o pesquisador como os atores, sujeitos-objeto da pesquisa interferem dinamicamente no conhecimento da realidade (MINAYO, 1992 p.107)

Neste estudo de cunho qualitativo, entende-se por “campo”, “o recorte espacial que corresponde a abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação” (MINAYO, 1992 p.105), neste caso a região supra citada, a ser abordada.

Sob a influência dos contatos prévios de apresentação da proposta, bem como a formalização pelas cartas de autorização dos coordenadores e convite aos participantes, a entrada no campo ocorreu de forma prevista. É possível mencionar que as etapas se interpenetram e o esforço de delinear esse começo de caminho tem sua raiz na teoria e na prática (MINAYO, 1992). No intuito de recorrer aos fundamentos originários da pesquisa guiou-se na perspectiva da interação com os sujeitos e com os espaços onde se encontram.

Ávido pela busca das informações foi importante a interação com os sujeitos que estavam na condição de informantes, numa “situação ideal de fala”. Considera-se esta, uma fase essencial, “em que intencionalmente o pesquisador recolhe informações através da fala dos atores sociais” (MINAYO, 1992 p.107).

A entrada no campo perfaz um momento distinto no processo de investigação: a pesquisadora tem a preocupação intrínseca ao valor do projeto de

pesquisa por ele elaborado e revisado, assim como o dispêndio de esforços para aproximar-se dos objetivos traçados; o sujeito pesquisado encontra-se na peculiar condição de sistematizar e explicitar discursivamente significados ao objeto em questão, pois, os dados relevantes na pesquisa qualitativa emergem desta interação entre aquele que pesquisa e aquele que responde.

Dentre os pressupostos da pesquisa qualitativa, há que reconhecer a singularidade do sujeito e a sua experiência social, tendo em vista que cada sujeito revela o que é cognoscível de sua experiência e de sua visão de mundo, o que remete um caráter único para cada entrevista (MARTINELLI, 1999).

A identificação e apresentação da pesquisadora desdobraram-se no decorrer do processo dos diversos contatos. No entanto, a apresentação de cada participante tornou-se relevante ao estabelecer a interação para a entrevista, num momento que Minayo (1992) denomina de “conversa inicial”. Ainda que a “situação ideal de fala” fora provocada pela própria pesquisadora, a disponibilidade, receptividade e o interesse em contribuir prevaleceram com unanimidade. A acolhida no primeiro contato pessoal, nos respectivos campos, caracterizou-se favorável à explicitação do estudo e afirmação do conteúdo especificado no termo de consentimento previamente direcionado.

A proposição técnica do termo de Consentimento considerou a “declaração de consentimento” convergente à uma relação de mútuo respeito e considerações aos princípios éticos básicos da pesquisa científica com seres humanos, especialmente no que tange as decisões autônomas de cada participante. O consentimento voluntário dos sujeitos é essencial, as pessoas devem ter conhecimento e compreensão suficiente do assunto em estudo para tomar uma decisão informada e esclarecida (LUNA, 2008).

Para além da entrevista, a inserção no campo permitiu conhecer a realidade num âmbito mais amplo, desde o reconhecimento da localização e espaço físico onde instalam-se os Assistentes Sociais, os recursos materiais disponíveis, observar o movimento das demandas, os usuários que por ora aguardam, as reações e relações interpessoais que se dinamizam por instantes, enfim, um universo que não passa despercebido pelo sujeito que adentra neste meio imbuído de uma finalidade: pesquisar! Obviamente esta abstração imprime-se no decorrer da análise e na gênese deste estudo.

Torna-se relevante destacar de que o zelo pela observância de um espaço adequado à realização da entrevista deve-se à iniciativa dos participantes desta pesquisa, não ocultando, porém, situações pontuais de interrupções devidas a solicitações de demandas aos profissionais, porém sem prejuízo no tempo destinado para a interação com a pesquisadora. Conforme prerrogativas metodológicas, utilizou-se de equipamento de áudio para a captação dos discursos orais, por considerar um registro fidedigno aos dados coletados.

Desvelam-se elementos de uma visão particular de perceber o movimento da interação enquanto pesquisadora para com os pesquisados. Na heurística do processo de investigação, a abordagem para a realização da entrevista impacta substancialmente no plano ontológico⁴¹ dos sujeitos participantes, pois, estes situam-se na peculiar condição de explicitar aquilo que é latente nas suas experiências e está ligado à sua formação humana e interpretação da realidade, enquanto a pesquisadora busca aproximações ao tema de estudo guiada por orientações prévias, que objetiva explicitar o pensamento e percepções dos sujeitos. Esta dinâmica leva a perceber uma “situação de desigualdade em que a entrevista se processa” (MINAYO, 1992, p. 113) em busca de objetividade na coleta das informações, ainda que na abordagem semi-estruturada o pesquisador esteja liberado para dinamizar o nível das informações.

Conforme previsto metodologicamente, utilizou-se do formulário previamente elaborado para orientar a entrevista. Inicialmente, o formulário constituía-se de cinco questões, pelas quais creditara cercar o objeto. No entanto, ampliou-se com perguntas de aprofundamento, tendo em vista o foco dos objetivos. Implicitamente a esta situação, é inelutável a recorrência imediata dos participantes ao esforço de organizar das idéias e elaboração de respostas acerca da temática.

Com efeito, não oculta-se uma auto-avaliação diante da introdução do estudo, como incitam as respondentes da entrevista: “essas pesquisas sempre ajudam a gente parar pra pensar e refletir, porque só o trabalho leva ao comodismo” (extrato de fala, P4; P6). Preocupam-se com o domínio teórico do que possa emergir na entrevista: “vou tentar te ajudar no que eu sei, porque na teoria é uma coisa, na prática é outra bem diferente. Vocês vêm com toda uma teoria, a gente

⁴¹ No plano ontológico devem ser encaradas as relações e conexões que fundam-se na unidade materialista-dialética (contraditória). Uma ontologia do ser social deve levar em conta os objetos que imediatamente parecem pertencer apenas ao mundo da natureza, mas que são produto o trabalho social dos homens e as categorias sociais, sobretudo o próprio valor (LUKÁCS, 1979).

tem a realidade pura. Se é isso que você precisa [...]” (extratos de fala, P2); expressam dúvidas quanto à contribuição para o respectivo estudo, mas afirmam-se no conhecimento da operacionalização cotidiana: “não sei se tenho o que você quer, mas vou tentar contribuir com o que sei da minha prática do dia-a-dia” (extratos de fala, P3; P5; P6) e manifestam intimidação às estratégias metodológicas de pesquisa, “a gravação é sempre um desafio!” (extrato de fala, P2; P4; P7).

Contudo, é neste processo dialético de inseguranças e afirmações de entrevistado e entrevistador que decorre o processo de “entrevistar”. Um processo dinâmico, uma relação intersubjetiva que passa para um nível de legítima explanação da “experiência social” que lhe é particular enquanto profissional, de percepções, opiniões, interpretações, porém, sem dispensar sua condição de ser social, conecto às estruturas que o circundam. Concluído o percurso investigativo e de posse das informações, passa-se para o processo de análise e interpretação das informações, a partir das orientações a seguir.

5.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Concluído o processo de coleta das informações, concentrou-se na organização e sistematização dos dados para possibilitar a análise e interpretação das informações de acordo com os objetivos que circundam o estudo.

Para o tratamento das informações e dados originários do questionário e entrevista orienta-se pela técnica de análise de conteúdo, expressão mais comumente usada para uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 1992) e, conceitualmente,

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN 2009, p.44).

A análise de conteúdo compreende essencialmente três fases, desencadeadas pela pré-análise, a exploração do material e o tratamento das informações (BARDIN, 2009). A seguir a descrição das fases:

A pré-análise: substancia a fase de organização do material coletado os dados e informações. Consistiu nos cuidados com os questionários respondidos e a

conversão dos registros (gravados em áudio) para uma unidade descritiva – a transcrição das entrevistas. Neste processo buscou-se conservar a linguagem oral e seus “vícios”, tal como se expressam, posteriormente organizou-se a lógica estrutural das frases de acordo com as normas ortográficas e sintaxe, ocultando os vícios de linguagem, porque não dizem respeito ao objetivo final deste estudo.

Particulariza um momento de seleção e elaboração das hipóteses (ou questões norteadoras) que fundamentam a interpretação e análise. A leitura flutuante do material, que “consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2009, p.122) propiciou a escolha dos documentos para a constituição do *corpus* de análise⁴² – a partir das informações do questionário e do texto base das entrevistas, indissociáveis dos objetivos da pesquisa.

A constituição deste *corpus* implica escolhas, seleções e regras. Das principais regras⁴³, utilizou-se da pertinência e homogeneidade para a elaboração do *corpus* desta pesquisa. A regra da pertinência prima pela adequação dos documentos enquanto fonte de informação – em relação aos objetivos da análise, e a regra de homogeneidade presume obediência aos critérios de escolha dos documentos. Neste sentido, a pesquisa cumpre esta regra, à medida que o tema é comum para todos os instrumentos e técnicas aplicados e estes são idênticos para a obtenção das informações dos participantes.

A exploração do material: fase de codificação dos dados de acordo com as regras escolhidas. Consistiu na decomposição e classificação dos elementos constitutivos do *corpus* de análise e a sinalização das categorias emergentes oriundas da pesquisa de campo.

No processo de exploração organizou-se parte dos dados quantitativos do questionário em representações gráficas, elaborou-se uma disposição qualitativa das respostas – das perguntas abertas dos questionários e das perguntas das entrevistas advindas das contribuições dos participantes.

Considerando a natureza da abordagem (qualitativa) faz-se pertinente frisar a realização de leitura, releituras e leituras alternadas dos dados coletados, no

⁴² “O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2009, p.122)

⁴³ Regras: Da exaustividade – completada pela não seletividade; da representatividade – a análise pode-se efetuar numa amostra, os resultados para a amostra serão generalizados ao todo; da homogeneidade; da pertinência (BARDIN, 2009).

intuito de sucessivas aproximações ao geral e a essência das informações. Realizou-se a seleção de elementos – por *unidades de contexto* - de modo a identificar as *unidades de significados* e palavras que emergem das informações da realidade concreta.

O tratamento das informações: fase de interlocução de conhecimentos existentes, categorias (do método e explicativas da realidade) e a mediação dos elementos da investigação – a propósito dos objetivos da pesquisa, da base teórica, conteúdo descrito e categorias emergentes da análise. A categorização tem como objetivo fornecer uma representação simplificada dos dados em bruto (BARDIN, 2009).

Para envidar o *tratamento dos dados e informações*, realizou-se uma descrição analítica⁴⁴ que consistiu em uma síntese articulada dos dados empíricos e suas representações, valorizando as informações contidas nas expressões dos participantes. Conforme previsto, os dados numéricos emergentes foram tratados estatisticamente e inseridos na dissertação por representação gráfica e articulada à análise das demais informações que perpassam as interpretações. Os dados quantitativos nos instrumentalizam e não descaracterizam a abordagem qualitativa (MARTINELLI, 1999).

A elaboração da dissertação consolida a socialização dos resultados da pesquisa. A partir desta, pretende encaminhar para apresentação em seminários e/ou congressos da categoria, publicação de artigo e devolução para os sujeitos participantes. A socialização e publicização dos resultados da pesquisa, vem ao encontro do compromisso acadêmico, social e ético da pesquisa no âmbito do Serviço Social, não limita-se às implicações acadêmicas, mas envolve diferentes dimensões da profissão na sociedade – a formação, o trabalho nos diferentes espaços ocupacionais, investigação social, assim como as perspectivas teleológicas do Projeto ético-político. No próximo capítulo, o propósito consiste em dar visibilidade aos resultados da pesquisa, análise e interpretação das informações coletadas.

⁴⁴ “Funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2009, p.37).

6 OS RESULTADOS DO ESTUDO

No presente capítulo, guia-se pelo compromisso de dar visibilidade aos resultados e análise das informações coletadas no processo investigativo que viabilizaram este estudo. Consiste em conhecimentos que expressam o contexto e o período em que se realiza a pesquisa, portanto, trata-se de um processo de aproximação ao objeto, que não deve ser compreendido como imutável, mas sim, um processo passível de ressignificações, de acordo com o movimento e transformações da sociedade.

6.1 OS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Reservado os cuidados éticos, o propósito deste item é apresentar alguns elementos que caracterizam os sujeitos⁴⁵ participantes deste estudo, tendo em vista a abordagem de natureza qualitativa da pesquisa. Os sujeitos resultam de uma seleção diretamente relacionada ao objeto da pesquisa e os objetivos traçados.

O convite para a contribuição no estudo realiza-se a partir das premissas coesas entre intencionalidade e viabilidade para a obtenção de informações acerca do problema e questões que norteiam o estudo, a fins de subsidiar a análise numa dialética relação entre teoria e realidade e suas interconexões.

Considerando que as questões que norteiam o estudo convocam para desvendar aproximações ao problema, acerca de como os Assistentes Sociais materializam o Projeto ético-político do Serviço Social no trabalho realizado no âmbito das políticas públicas das Prefeituras Municipais da Região Fronteira Noroeste do RS, fez-se relevante o esforço de “ir ao encontro” destes sujeitos, Assistentes Sociais em exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais das Prefeituras Municipais da Região Noroeste do RS.

Intencionalmente buscou-se valorizar as expressões emergentes da realidade e do universo concreto de onde se efetivam as relações de produção e reprodução da vida social, e de onde estes sujeitos são protagonistas pela própria natureza da profissão que exercem. A valorização da inscrição do profissional no

⁴⁵ Os sujeitos da pesquisa serão referenciados por uma letra e número (Participante 1 = P1, Participante 2 = P2, Participante 3 = P3, Participante 4 = P4, Participante 5 = P5, Participante 6 = P6, Participante 7 = P7 e Participante 8 = P8), tendo em vista que este estudo não prima por revelar as identidades dos sujeitos participantes – prima pelo sigilo e respeito ao consentimento livre e esclarecido.

respectivo Conselho Regional da profissão – CRESS 10ª região, vem ao encontro à afirmação da formação (assistente social) e da condição de partícipe do processo de materialização do projeto profissional a que se refere: o Projeto ético-político.

Neste mesmo sentido, a valorização do exercício profissional num período mínimo de doze meses, é circundante ao entendimento da importância de vivências concretas do participante na dinâmica da divisão social e técnica do trabalho e suas coadjuvantes implicações, que não reservam-se às relações jurídico-formais, mas exprimem a peculiar condição de protagonismo profissional no universo do trabalho no âmbito das políticas sociais (público-estatais) que, *a priori*, conforma o espaço para “materializar o projeto profissional” que lhe é imanente.

Considerando os contatos prévios, como se descreve na metodologia deste estudo, a aplicação dos questionários e interação *in loco* para a realização das entrevistas, compreendem um movimento articulado entre os meses de fevereiro a maio de dois mil e nove (2009), envolvendo a pesquisadora e oito assistentes sociais que, na ocasião das interações da pesquisa, alocam-se em Departamentos de Serviço Social e Centro de Referências da Assistência Social – CRAS - nos Municípios integrantes.

As informações advindas do questionário⁴⁶ – um instrumento previamente elaborado para aproximações iniciais aos sujeitos da pesquisa – possibilitou desvelar algumas características, das quais: dados de identificação, da formação profissional, do trabalho que realizam e da participação política.

a) Identificação: Oito participantes do sexo feminino. Este dado não perfaz critério de elegibilidade de gênero para a realização da pesquisa, mas é possível relacionar com o perfil geral dos trabalhadores da categoria que é fundamentalmente feminina⁴⁷ na realidade brasileira.

A idade corresponde a faixa etária dos 31 aos 40 anos de idade (quatro sujeitos), os demais perfazem a faixa de 21 e 30 anos (dois) e mais de 51 anos, dois participantes, deixando em aberto o intervalo dos 41 e 50 anos. Este resultado também não é aleatório ao quadro geral da categoria que conta com profissionais com idades prevaletentes nas faixas entre 35 a 44 anos (38%), 25 a 34 anos (30%) e 25% entre 45 e 59 anos (IAMAMOTO, 2009). Reconhece-se um quadro de

⁴⁶ Registra-se que obteve-se retorno de 100% dos questionários enviados aos convidados a participar da pesquisa.

⁴⁷ A pesquisa realizada pelo CFESS no ano de 2004 evidencia, entre outros dados do perfil dos profissionais, que 97% é feminino e 3% homens (IAMAMOTO, 2009).

profissionais numa faixa etária intermediária no mercado de trabalho que tende a adensar-se, considerando a recente expansão da oferta de vagas nos cursos de Serviço Social em unidades privadas e federais de ensino, sob o risco do aumento do contingente trazer implicações para o exercício de trabalho, para as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais se realiza⁴⁸.

b) Escolha profissional e formação: Para quatro profissionais a opção primária pelo curso de Serviço Social deve-se as seguintes motivações:

- Por trata-se de um curso de recente oferta na Instituição que tinham como referência na época da referida escolha;
- Convivência com profissionais mestres na área;
- Convivência com a prática do Assistente Social – que instigara a busca de material bibliográfico a respeito da profissão. Ou seja, sobre as escolhas incidem, de um lado um curso desconhecido, de outro, a influência do contato com os profissionais e o trabalho que realizam.

Para os demais respondentes (quatro) evidencia-se que a primeira opção por cursos conhecidos (Direito, pedagogia e fonoaudiologia) mas que possuíam clareza dos objetivos e finalidades da área. As desmotivações para a continuidade nos respectivos cursos não são esclarecidas, salvo a “descoberta de não identificação com a área”.

No que interessam as determinações para ingresso no Serviço Social expressam: opção por um curso menos concorrido (em Universidade Federal); a descoberta de identificação com a profissão; a possibilidade de realizar o curso no turno inverso (noturno) ao trabalho, tendo em vista o pagamento em universidade particular. Neste contexto, emergem as motivações de realização pessoal e determinações objetivas de condições sócio-econômicas para a sustentação dos investimentos na formação, seja na busca de gratuidade em unidade federal ou conciliação com atividade remunerada.

Os dados afirmam que a formação dos participantes realiza-se essencialmente em Unidade de Ensino de razão social privada (particular), com exceção de uma respondente que conclui o curso em Universidade Pública (federal). Ou seja, predominantemente os sujeitos dispõem-se a condição de articular a

⁴⁸ Importante o estudo de Iamamoto (2008) sobre o ensino universitário e a formação acadêmico-profissional, que não se objetiva aprofundamentos neste momento.

formação em turno inverso ao trabalho identificando-se como estudantes trabalhadores.

O período cronológico da formação profissional (em relação ao ano da realização da pesquisa) evidencia intervalos de 4-7 anos de formação (dois sujeitos); 8-11 anos (três sujeitos); 12-15 anos (dois sujeitos); mais de 16 anos (um sujeito). Considerando o período de realização desta pesquisa (2009) os participantes perfazem formação a partir de 1993, quando da consolidação do Projeto ético-político do Serviço Social, o que contribui de forma elementar para a pesquisa, pois estes vivenciam as premissas da renovação da profissão adensada na tríade dos documentos que materializam o projeto profissional (Lei de Regulamentação, Código de ética e Diretrizes Curriculares).

Emerge a justificada busca de cursos de qualificação para o trabalho: especialização interdisciplinar, em gestão de pessoas, educação especial inclusiva e saúde da família - e capacitação interdisciplinar. Ou seja, o profissional defronta-se com os desafios na dimensão técnico-operativa, a qual exige qualificações específicas às complexidades das demandas com as quais trabalha a fins de buscar alternativas profissionais frente às singularidades dos processos sociais. Pois, a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho – as múltiplas expressões da questão social, depende do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, sob demandas e prioridades a serem atendidas (IAMAMOTO, 2009).

c) Trabalho: O tempo de atuação profissional foi considerado como um critério para a participação na pesquisa (como expressou-se no início deste item). A representação gráfica a seguir apresenta o tempo de atuação respectivo ao critério, independente da área que tenha vinculado.



Gráfico 1 - Tempo de Atuação Profissional
 Fonte: Sistematização da pesquisadora

Destes indicativos, o período de atuação profissional está diretamente proporcional ao tempo de formação profissional, ou seja, àqueles formados de quatro a sete anos, perfazem o tempo de atuação entre um e sete anos, os formados de oito a onze anos, perfazem o mesmo intervalo de tempo de atuação, e a mesma relação ocorre com os intervalos de doze a quinze anos e mais de dezesseis anos.

A condição de estudantes trabalhadores sinaliza a necessidade de concluir a formação para ingressar no mercado de trabalho como um profissional especializado – assistente social. Pois este torna-se “proprietário de sua força de trabalho especializada. Ela é produto da formação universitária que o capacita realizar um ‘trabalho complexo’ nos termos de Marx” (IAMAMOTO, 2009, p.352).

Um dado que também não é aleatório ao perfil geral da categoria, confirma que os profissionais atuam predominantemente na Política de Assistência Social. No entanto, devido a características específicas da região pesquisada, os profissionais vinculam-se organicamente em outras políticas sociais, tendo em vista a restrita disponibilidade de profissionais e as demandas qualificadas sob diferentes expressões, que não restringem-se às prerrogativas da Política de Assistência Social. Como mostra o gráfico a seguir, os participantes movimentam-se na seguinte distribuição:



Gráfico 2 - Área de Atuação na Instituição
 Fonte: Sistematização da pesquisadora

Para cinco dos participantes destaca-se a dedicação exclusiva à atividade profissional, sendo que três deles referem mais de um vínculo empregatício. A modalidade de ingresso nos respectivos vínculos se realiza por concursos públicos e “outra modalidade” (não especificada) para a vinculação complementar. Ao encontro a estes elementos, a carga horária total de trabalho semanal para cinco participantes é de 31 a 40 horas, e os demais referem mais de 41 horas. A vinculação complementar expressa os rebatimentos da insegurança do trabalhador e a busca por melhores condições salariais, ainda que exija dedicação excessiva de horas trabalhadas. Os vencimentos mensais, para sete respondentes rendem “mais que cinco salários mínimos”, para o outro de um a três salários.

Os participantes apontam atividades desenvolvidas no âmbito do exercício profissional, com destaque ordenado para coordenação de grupos – com famílias (08 participantes); supervisão direta e indireta de estagiários (06); estudos, laudos e perícias sociais (05); coordenação de equipes (04); coordenação de equipes multidisciplinar/multiprofissional – PAIF” (02); capacitação (02); e para um (01) dos respondentes a elaboração de projetos sociais; assessoria; Investigação; pesquisa e orientação de projetos de pesquisa e visitas domiciliares.

Ou seja, o destaque para o trabalho com famílias, a supervisão de estágio, estudos, laudos e perícias suprimem as ações de coordenação, elaboração de projetos, investigações e visitas domiciliares. Sinaliza-se a tendência de atuação aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias e a atuação como um serviço de registro e controle das famílias para acesso a benefícios de transferência

de renda (CFESS, 2009) em detrimento do protagonismo de um trabalho estruturado a partir de uma leitura crítica da realidade de forma a sugerir respostas contundentes por meio de mecanismos da esfera pública às demandas concretas.

Atividades estas que não realizam-se sem tensões, dadas as condições de submissão ao estatuto assalariado, às demandas dos sujeitos e a relativa autonomia para a realização do trabalho. Nestes termos, os Assistentes Sociais contam com a regulamentação da profissão e funções privativas das competências e atribuições, além da articulação com outros agentes da equipe interdisciplinar para desenvolver seu trabalho.

No âmbito da Assistência Social (área que abrange maior número de Assistentes Sociais) as competências específicas assumem uma abrangência de dimensões interventivas⁴⁹ indissociáveis. Requisita-se um profissional dinâmico e criativo, pois, a materialização das diferentes dimensões pode desdobrar-se em diversas competências, estratégias, procedimentos específicos e complexos, destacando-se: realizar pesquisas para a identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população; formular e executar programas, projetos; realizar estudos sistemáticos na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações; acessar os movimentos sociais; realizar visitas; exercer funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social; elaborar projetos coletivos e individuais de fortalecimento do protagonismo dos usuários, organizar e coordenar seminários e eventos para debater e formular estratégias coletivas para a materialização da política de Assistência Social, etc. (CFESS, 2009).

Quanto a participação em ações de gestão no trabalho, emergem a elaboração de projetos, seguida da formulação de programas e administração de recursos diretamente ligados ao CRAS – PAIF e PETI. Importante mencionar que na gestão do trabalho situam-se as competências e atribuições profissionais que contemplam três dimensões: as atividades exercidas pelos trabalhadores, as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras e os meios e instrumentos necessários ao exercício (CFESS, 2009).

Considerando a condição de trabalhador que vende sua força de trabalho para Instituições empregadoras, neste caso de natureza pública estatal, o Assistente

⁴⁹ Os Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social apresenta especificidades sobre as dimensões interventivas (CFESS, 2009).

Social faz parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais (IAMAMOTO, 2008). Neste sentido, impactam as determinadas e determinantes condições para gerir o seu trabalho que variam desde os meios e recursos disponíveis aos interesses em disputa na arena das instituições.

d) Participação política: Enquanto três dos participantes identificam-se como participantes efetivos em entidade de representação política no âmbito da profissão, os outros cinco não consideram-se participantes, salvo uma “representação do Serviço Social de forma autônoma” (P1). É significativo o contingente dos participantes que não possuem engajamento em qualquer entidade de representação política da categoria, aqueles que registram algum tipo de participação, trata-se do Núcleo Regional de Assistentes Sociais. Há que considerar que esta característica de restrita participação também é resultado da pesquisa realizada pelo CFESS no ano 2004⁵⁰.

Neste contexto, os participantes da pesquisa compreendem um contingente feminino, com uma recente formação profissional (a partir de 1993) e que situam-se essencialmente na Política de Assistência Social, mas não restringem-se a esta, devido as determinações Institucionais, demandas recorrentes das demais políticas sociais e a ausência de profissionais Assistentes Sociais para atuar nestas.

No exercício do trabalho prevalecem atividades com grupos de famílias, seguida da supervisão de estagiários e nas relações de trabalho destaca-se a dedicação exclusiva, seguida de uma jornada com atividade complementar, o que implica em estender a carga horária. A investigação da participação política resulta em baixo índice, embora apareça o indicador da participação no Núcleo Regional de Assistentes Sociais.

A investigação possibilitou desvendar elementos significativos dos sujeitos participantes que perfazem características comuns aos rumos da análise do perfil da categoria na realidade brasileira. Sob estas considerações que são coadjuvantes aos demais resultados e análise, segue o próximo item, no propósito de apresentar os resultados acerca da apreensão do Projeto ético-político do Serviço Social, por parte dos profissionais em exercício na região pesquisada.

⁵⁰ A pesquisa identifica que no que se trata da participação em atividade política 68% não registram qualquer participação; 32% algum tipo de participação: em movimento da categoria de assistente social (44, 89%); em movimentos sociais (32,18%), em movimento partidário (12,62%) e no movimento sindical (10,40%) (IAMAMOTO, 2009).

6.2 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: “EIXO NORTEADOR” DO TRABALHO PROFISSIONAL

Evidenciou-se na contextualização da construção do Projeto ético-político do Serviço Social que, sendo um projeto profissional de caráter coletivo, apresenta a auto-imagem da profissão na sociedade brasileira e antecipa idealmente a finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e os meios para atingí-la (NETTO, 1999). No entanto, prescinde de um sujeito dotado de meios ideais e materiais para a organização, articulação e condução dos processos sociais de trabalho aos quais se vinculam.

Neste sentido, o projeto profissional elucida o empenho coletivo dos profissionais Assistentes Sociais brasileiros desde o Movimento de Reconceituação e, conquista o caráter hegemônico na década de noventa dinamizando o debate no interior da categoria, neste início de século. O mesmo caracteriza-se pelos seus componentes e elementos constitutivos, determinantes da direção social que o identifica, e que, pela própria natureza, estabelece as balizas para o trabalho dos Assistentes Sociais, desafiando a torná-lo um “guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva” (IAMAMOTO, 2008, p.233).

Como tema que centraliza esta pesquisa, uma das expectativas que objetiva a investigação empírica, consiste em evidenciar a apreensão dos sujeitos profissionais no que tange esta recente denominação de Projeto ético-político, a partir das concepções emergentes da efetiva interação e experiência de trabalho na realidade concreta dos espaços de trabalho.

Num movimento dialético de pensamento, ação e realidade, os participantes buscam sistematizar os seus entendimentos: Projeto ético-político [...] não existe um conceito, depende muito do profissional (P1); [...] depois que eu entrei na academia que eu comecei me dar conta do que é o ético-político, porque enquanto tu é só profissional, tu está só na prática, tu fica alienada em relação à isso (P2); [...] de um tempo pra cá esse termo passou a fazer parte do cotidiano profissional, vamos dizer assim, e das reflexões (P3); [...] ele existe, o Projeto ético-político está aí presente [...] (P4).

As diferentes menções incidem desde a inexistência de um conceito, a importância da academia para compreender o significado do termo em detrimento do

exercício prático, assim como o reconhecimento da recente presença do termo no cotidiano e nas reflexões profissionais.

Como lembra BRAZ (2001) a precoce⁵¹ inserção do tema no debate do Serviço Social e a parca produção de conhecimentos acerca do tema podem justificar o relativo desconhecimento do Projeto ético-político pela categoria, o que não elimina a incorporação deste entre a categoria dos assistentes sociais e a presença no cotidiano nas diversas situações profissionais.

Côncios de suas realidades, e buscando enfatizar as singularidades que imbricam-se na intervenção profissional, os participantes elaboram suas narrativas e desvelam significados a partir do *lôcus operandi*, atravessado de particularidades e condições objetivas de realização profissional, que não encerram em si mesmo, mas ensejam um intrínseco cariz de totalidade⁵².

O encadeamento da análise, neste item, sustenta-se no arcabouço do referencial teórico, considerando as categorias explicativas, buscando apresentar e explorar as categorias emergentes no intuito de interpretar as informações e realizar uma interlocução entre teoria e realidade. Neste sentido, vale explicitar a apreensão do Projeto ético-político como “eixo norteador do trabalho profissional”.

A partir do reconhecimento do Serviço Social como uma profissão especializada na divisão sócio-técnica do trabalho e inserido no âmbito das Instituições de natureza pública ou privada, o Projeto ético-político é concebido como o norte para a condução das particularidades do trabalho profissional, em se tratando das especificidades da esfera pública estatal, *lôcus* privilegiado desta investigação. Destaca-se a expressão da participante: “Eixo norteador, vejo de uma forma simples, o projeto político como eixo norteador. Porque o serviço social ele é muito amplo e complexo” (P7).

Esta amplitude vai sendo desvendada a partir dos significados atribuídos ao próprio projeto e as implicações no universo em que se desenvolve o trabalho profissional, onde parece residir a referida complexidade da profissão. Assim, supõe-

⁵¹ Mais precisamente a partir do IX CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) - julho de 1998 em Goiânia sob o tema “Trabalho e Projeto ético-político profissional (BRAZ, 2001).

⁵² A totalidade entendida como “a realidade num todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 2002 p.44).

se as contribuições teóricas⁵³ de que o projeto ético-político realiza-se em diferentes dimensões do universo da profissão, tendo em vista a proposta que ostenta enquanto projeto coletivo.

Na transversalidade das informações emerge o entendimento do Projeto-ético-político como uma construção representativa da profissão. Trata-se de uma categoria intermediária projetada pela Dimensão jurídico-política: legislação; dimensão jurídico-política: princípios ético-políticos e dimensão político-organizativa: isolamento.

Numa primeira perspectiva, implica-se uma leitura da particularidade para a totalidade, a medida que a participante busca apreender o projeto profissional a partir da realidade empírica e suas premissas de construção teórica. Afirma-se o sentido de idealização por uma população representativa da categoria, como expressa:

[...]ele [projeto ético-político] foi idealizado por uma certa população, uma quantia de profissionais que se reuniram, enfim, mas pra quem está bem aqui na ponta a gente sabe que ele não existe bem visualizado nem na vida profissional, nem na cabeça das pessoas, dos assistentes sociais(P3).

Talvez seja um tanto quanto utópico por parte de quem planeja ele [...] eu acho que ele é planejado sim por profissionais, mas nem sempre por profissionais que estão no teu dia-a-dia, vendo se isso é possível ou não (P4).

Não eximindo o caráter de construção coletiva, implicam-se as condições reais de viabilidade do projeto profissional nas particularidades do trabalho na cotidianidade do trabalho profissional. Nestas premissas, emerge o entendimento de que o planejamento e elaboração do mesmo deve ser realizado por profissionais que vivenciam as condições reais diárias do exercício profissional nos espaços de atuação.

A dimensão da historicidade do Serviço Social, coadjuvante à dimensão jurídico-política da profissão apresenta-se como referência nos discursos. Perfila-se a afirmação da legislação, especialmente o código de ética do Assistente Social, como a sustentação dos princípios e valores que legitimam a profissionalidade e inscrevem a proposta das finalidades profissionais.

⁵³ Conforme contribuições dos autores que embasam a discussão do Projeto ético-político a partir da década de 1990, destacados nesta dissertação, entre eles: Netto (1999), Braz (2001), Iamamoto (2008), Braz e Teixeira (2009).

[...] o Projeto Ético-político pra mim, é toda essa construção do serviço social, desde a sua implantação aqui no Brasil, até os dias de hoje, as discussões que aconteceram, como a nossa profissão se configura, a legislação que nós temos, que nos ampara, nosso código de ética (P2).

Eu acho que é na defesa da questão dos direitos. Os direitos humanos, os direitos sociais, da questão que está inscrita no código de ética, os princípios que tem autonomia do indivíduo (P5).

[...] ele é coerente com a proposta do SUAS, da LOAS da Constituição, ele é altamente coerente, coerente com o que a categoria profissional quer buscar, quer pra profissão, mas, ele é audacioso (P7).

A incidência da dimensão jurídico-política como categoria, expressa ainda aspectos elementares da investigação, que traduz a referência dos sujeitos participantes aos princípios ético-políticos da profissão. Estes compreendem os princípios fundamentais dispostos no código de ética dos Assistentes Sociais. A seguir os enunciados discorrem neste sentido:

[...]eu relaciono o Projeto ético profissional com os princípios da profissão na direção social, bem determinada, e principalmente com os 11 princípios balizadores (P3).

[...]ele foi construído num propósito enfim, de a gente ter princípios que regulamenta nossa profissão, que é desenvolvido, que a gente tenha um respaldo no processo de trabalho, estar tendo argumentos para uma intervenção profissional e tendo motivos, enfim, porque que o profissional age dessa forma ou estar defendendo ele (P5).

[...]o assistente social, ele só consegue executar, ele só consegue trabalhar em conformidade com esses princípios todos que a nossa profissão tem no momento em que ele conscientiza que ele internaliza isso (P7)

Relevante a estes enunciados, evidencia-se que a apreensão do Projeto ético-político vincula-se organicamente ao código de ética profissional, como instrumento que regulamenta a profissão e determina a sua direção social. Para além de sua representação formal de regulamentar a profissão, os princípios que o constituem assumem centralidade como respaldo para a intervenção profissional na dinâmica do processo de trabalho. Estes influenciam nas escolhas para a defesa do projeto profissional, de forma que se faz imprescindível o conhecimento e internalização dos mesmos.

Neste contexto, os princípios fundamentais expressos no código de ética vigente, presumem a incorporação da ética como pressuposto teórico-político que tem como suporte a ontologia do Ser social, oriunda do pensamento político e filosófico contemporâneo que respalda a maturidade teórico-metodológica do

Serviço Social e a capacidade teleológica do trabalho. Nessas premissas, os princípios que consta no código são focos que iluminam os caminhos a serem trilhados, “é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano” (IAMAMOTO, 2004, p.78).

Nesta óptica, o código de ética incorpora o novo direcionamento da profissão coroado na década de noventa, tendo em vista a ressignificação da prática que requer compreensão da própria operacionalização às formas institucionais nas quais se vincula. Sustenta Netto (2001, p.73) que “o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais”.

Neste sentido, sustenta a orientação para o exercício do trabalho profissional, sinalizando uma direção hegemônica do compromisso ético que não é sinônimo homogeneidade no interior da categoria, pois, a realização objetiva do compromisso com os valores depende, entre outros fatores, do nível de consciência ético-política expressa pela categoria profissional (BARROCO, 2006).

Como sustenta lamamoto (2009, p.348) “os princípios éticos alimentam projeções profissionais historicamente determinadas, materializando a dimensão teleológica do trabalho do Assistente Social”. Supõe-se a afirmação como sujeito profissional e a reafirmação do Projeto ético-político profissional em conexão com outros projetos presentes na sociedade contemporânea.

Perfilando a dimensão político-organizativa, situa-se o empenho em articular os profissionais em atividade, as instituições que o formam, pesquisadores, estudantes e organismos corporativos e sindicais (NETTO, 1999) ou movimentos que partilhem debates acerca dos traços gerais do projeto profissional (BRAZ, 2001) contraditoriamente o indicativo empírico desta pesquisa emerge o isolamento profissional, que passa-se a desvendar.

O isolamento profissional permite compreender o fenômeno a partir de situações em que grupos ou indivíduos restringem-se – voluntária ou obrigatoriamente – do movimento mais ampliado da sociedade. A manifestação a seguir, imprime as especificidades que caracterizam esta situação na investigação:

Diante da realidade que o profissional trabalha hoje, lá naquele cantinho nos municípios, naquela prefeitura pequena, ele [projeto ético-político] é difícil. Ele é difícil porque ele é solitário junto com o profissional [...]. Fica nós, o

nosso gestor, nosso usuário, o projeto ético político pra que a gente execute e se ampare nele, mas de uma forma muito solitária. Ele não é concebido, fortalecido, divulgado pela categoria como aquele eixo norteador. É o profissional e o projeto ético-político e suas dificuldades. Então, eu acho que ele tá, na prática, ele está descolado dos conselhos, de quem deveria estar presente conosco divulgando junto nas prefeituras [...] nos falta primeiro, mais envolvimento do conselho enquanto defensor da categoria, [...] e segundo, a questão da conscientização dos gestores sobre o serviço social (P7).

A narrativa exprime o isolamento do profissional Assistente Social que, comumente, veicula o ideal do Projeto ético-político da profissão na malha das equipes multiprofissionais dos municípios onde atuam. Enseja-se que a efetivação dos princípios deste projeto nos municípios interioranos “prefeitura pequena” (P7) torna-se difícil. As dificuldades resultam das relações que se estabelecem entre gestão social das políticas públicas municipais e a profissão do Serviço Social. A menção da falta de “divulgação” do projeto profissional como um “eixo norteador”, desvela que os profissionais enfrentam situações em que os sujeitos que movimentam-se nestes espaços, desconhecem a proposta da profissão. Os dados revelam que o profissional sente-se solitário para realizar esta divulgação, não conta com apoio do Conselho regional e, em conseqüência torna-se fragilizado para desenvolver suas competências profissionais.

As manifestações evidenciam a insegurança e fragilidade:

[...] se tu vai discutir numa equipe multiprofissional por exemplo, ai já fica complicado, esses profissionais já não compreendem. Então, [...] o nosso Projeto Ético-político, a discussão dele, a prática dele, fica muito restrita à só nós profissionais. Isso eu acho que dificulta um pouco até o nosso reconhecimento enquanto profissionais dentro da sociedade⁵⁴ (P2).

É evidente o esforço de legitimar-se na divisão técnica do trabalho e ter reconhecimento nos processos sociais onde trabalha. Pensando em possibilidade de expandir informações ou chamar uma comunidade para discutir, a participante reitera que esse processo deve acontecer no dia-a-dia da profissão: “depende de cada profissional, da conduta dele, de como ele faz o serviço social no dia-a-dia. Isso talvez vá ajudar o Projeto ético-político a aparecer mais[...]” (P2).

A apreensão e entendimento que o Projeto ético-político é “solitário” amplia a preocupação pelas estratégias de fortalecimento e divulgação do projeto profissional como “eixo norteador” da profissão, sob a expectativa de que por este viés

⁵⁴ Grifo meu.

descortinam-se possibilidades de valoração e reconhecimento do trabalho profissional, atribuições e competências do assistente social nos espaços ocupacionais e na sociedade.

Sobretudo, as dificuldades “práticas” aludem à necessidade do apoio para a divulgação do referido projeto na sociedade. Neste sentido, a referência no Conselho Regional de Serviço Social, prospecta defesa da categoria nos espaços em que inserem-se. Entende-se que as causas apontam para a ordem estrutural da categoria, no que compreende restrição das articulações e/ou potencialização de ações que possam subsidiar o enfrentamento das fragilidades político-organizativas da categoria em suas respectivas regiões.

Estas condições convocam a acionar meios para fortalecer a “imagem” da profissão na sociedade e seus respectivos espaços de trabalho. Trata-se de movimentos que impulsionem a valorização do próprio Projeto ético-político em sintonia com as particularidades das diferentes realidades sociais, na perspectiva de defesa, valorização e fortalecimento da profissão, sobretudo, o respaldo à relevância da profissão e o aprofundamento do potencial organizativo dos trabalhadores⁵⁵.

6.3 - O PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: SIGNIFICAÇÕES A PARTIR DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

No mesmo sentido de identificação com a sociedade, os projetos profissionais são projeções humanas, na sua gênese, dotadas de intencionalidades individuais e coletivas. Estes, afirmam parâmetros coletivos para perseguir uma direção político-profissional que identifica “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (NETTO, 1999 p.98).

O retrato dos interesses políticos-partidários presentes nos espaços públicos estatais de âmbito municipal, que emerge dos resultados da pesquisa, mostram que as estruturas Institucionais estão permeadas de interesses, que são constitutivos de projetos distintos que se movimentam nestes espaços, e, não significa harmonia nos

⁵⁵ As dimensões que orientam a versão atualizada da Política Nacional de Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente Social preconizam alguns destes elementos, disposto entre eixos, diretrizes e objetivos que dependem de um conjunto de um conjunto de mediações técnicas-políticas construídas a partir da finalidade das ações (CFESS, 2009).

seus valores e teleologia. A afirmação a seguir, explicita a noção da formação histórica e sinaliza o “paternalismo” como um mecanismo estratégico de representatividade neste espaço público.

Aqui como é uma Instituição pública, ela tem essa questão do paternalismo ainda muito enraizada na sua estrutura. [...] a estrutura como um todo da instituição está viciada no sentido da reprodução de modelos para manutenção de interesses políticos partidários, o que compromete seriamente a mudança (P8).

Neste sentido, recuar na história da formação da sociedade brasileira e perceber a conjuntura estabelecida na década de sessenta, quando da instalação autoritária do período do Regime de Ditadura Militar que marcou a nação, o povo e suas instituições, num verdadeiro confronto entre forças políticas e sociais, confluem para compreender que os reflexos deste processo transcendem o tempo histórico e manifestam-se nas estruturas Institucionais, embora profundamente ressignificados pelo movimento de democratização, em que os projetos que aderem esta direção social acirram disputas e tensões na arena política. Como evidenciou-se, nesta elaboração vincula-se organicamente o Projeto ético-político do Serviço Social na defesa de valores e princípios humanistas.

O sentido da reprodução dos modelos para a manutenção dos interesses político-partidários que *compromete a mudança*, remete para uma sinalização do significado dos partidos políticos na sociedade e nas Instituições. Na afirmação de Dagnino (2002, p.279) os partidos políticos na sociedade brasileira, sempre inclinaram na direção do Estado, “limitando a busca de representatividade da sociedade civil aos momentos eleitorais e aos mecanismos vistos como os mais eficazes nestes momentos: o clientelismo, as relações de favor, o personalismo, etc.” Na percepção de Brum (1998) os partidos políticos são indissociáveis da democracia, veiculam naturalmente a representação política e apresentam-se com as mais variadas características, sendo que significaram instrumentos organizativos para o exercício efetivo da democracia.

Nos seus aspectos constitutivos, é elementar o programa e a doutrina: O programa consiste na proposta de sociedade e de atuação concreta no processo histórico; a doutrina contém os princípios ideológicos e as concepções fundamentais sobre o humano e a sociedade – postulados éticos que orientam a política (BRUM, 1988). Logo, a menção de que “[...] a estrutura como um todo da instituição está

viciada no sentido da reprodução de modelos para manutenção de interesses políticos partidários” (P8), eleva a interpretar que os partidos políticos possuem elementos importantes para a efetivação de seus objetivos, por exemplo, a organização, formação de quadros de pessoal, articulação ampliada de interesses (nos âmbitos municipal, estadual e nacional) e a comunicação interna e externa.

Ainda que seus elementos sejam comuns, os âmbitos de atuação⁵⁶ podem ser diferentes. Em se tratando dos partidos locais (contexto da pesquisa) são de âmbito municipal, que orientam sua atuação por interesses locais, em função dos quais almejam a obtenção do poder político municipal (DALARI, 1998). Numa perspectiva qualitativa de abstração, na leitura da participante, a gestão (das políticas sociais) possui influência ideológica dos partidos políticos locais, como evidencia-se na afirmação:

[...] é que assim, os partidos políticos, eles tem ideologias, eles tem projetos de como administrar uma prefeitura municipal. Então a gestão anterior tinha um projeto político totalmente diferente desses, onde a valorização do profissional era muito mais, era maior, assim, se valorizava muito mais o profissional e, essa gestão ela já tem, ela vai por outro prisma, ela já tem uma outra concepção (P2).

A ideologia, na caracterização de Marx, deixava claro que era a expressão da incapacidade de cortejar as idéias com o uso histórico delas ou com a inserção prática no movimento da sociedade, mas que não são meras ilusões e aparências, são uma realidade objetiva e atuante. Logo, a distorção ideológica deriva de uma fragmentação da comunidade humana, que restringe a visão do conjunto deformando o sentido de uma totalidade do movimento⁵⁷. Nesta lógica, é resultante da investigação, que os partidos políticos apresentam-se nas Prefeituras numa perspectiva de objetivação ideológica. Neste sentido, o impacto para o profissional do Serviço social, atuante nestes espaços, é perceptível e objetivado por meio da gestão da seguida hierarquia (gestão das políticas públicas municipais).

A gestão ganha significado no ato de gerir, administrar, tomar decisões, e, sendo assim, a gestão das políticas sociais⁵⁸ perfaz o sistema gerencial do Estado.

⁵⁶ Os âmbitos de atuação dos partidos: Partidos de vocação universal, Partidos Nacionais, Partidos Regionais e Partidos Locais (DALARI, 1998).

⁵⁷ Os aspectos conceituais de ideologia são grifos da referência de Konder (2002) em A questão da Ideologia.

⁵⁸ A gestão proposta pela Política de Assistência Social, “pauta-se no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações sócio-assistenciais, em conformidade com a LOAS e NOB, a partir das indicações e deliberações das

Os estudos têm demonstrado que a discussão da gestão ganha relevo nos anos oitenta com as mudanças na administração pública brasileira. Uma que diz respeito às novas exigências do Estado Democrático de Direito firmado pela Constituição Federal de 1988, outra, imposta pela reforma do Estado na década de noventa. Nesta perspectiva faz sentido o debate da “gestão social” na contemporaneidade. Parece unívoco que o emprego do termo está relacionado à própria noção, mas resulta de diferentes determinações.

Embora o significado seja heterogêneo, atém-se em explicitar que o reconhecimento enquanto gestão das políticas públicas estatais, na gestão das demandas e necessidades dos cidadãos, implica uma óptica crítica de um processo social inferido pela Reforma do Estado e o influxo do pensamento neoliberal nos anos noventa, de modo que envida a tensão de projetos em disputas na sociedade.

Na afirmação de Silva (2004) a relevância da gestão social aufere estas transformações estatais, entendendo a articulação da política social com a política econômica como uma estratégia de governo numa arena de confrontos de interesses contraditórios em torno do acesso à riqueza social. Para o autor, o Estado é “o *locus* privilegiado de luta social, que se distingue, mas não se separa da sociedade civil e do mercado, totalidade histórica no interior da qual se confrontam interesses e projetos societários” (SILVA 2004, p.53).

No processo das transformações, ávidas de um legado de impasses e repercussões profundas, difundem-se os projetos societários⁵⁹, organicamente estruturados e com orientações definidas que selam valores da ordem social convencionada como ideal à reprodução do capital, e tendem a atrair adeptos à sua ideologia. Estes projetos apresentam uma imagem de sociedade a ser construída que reclamam determinados valores para justificá-la e privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la (NETTO, 1999 p. 93).

Vinculado a estes projetos (societários) o projeto profissional do Serviço Social busca sistematizar formas para a *gestão do trabalho profissional* na gênese de sua direção teleológica. Assim, pressupõe a intermediação com outros projetos

Conferências, Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada [...]” Frente ao desafio de enfrentar a questão social, a descentralização o desenvolvimento de formas inovadoras e criativas na sua implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação. No entanto, a compreensão de que a gestão democrática vai muito além da inovação gerencial ou de novas tecnologias é bastante limitada neste país. A centralização é uma marca a ser superada (MSD 2004, p. 13-14)

⁵⁹ Sobre os projetos societários, referencia-se m Netto (1999), já explícito nesta dissertação.

coletivos profissionais, ainda que caracterizem antagonismos e contradições na dialética de interesses distintos. Neste sentido envidam os relatos:

[...] os interesses políticos, eles também vão na contramão, digo políticos partidários, vão na contramão do nosso projeto ético político, [...] a gente sente muito presente essa dificuldade de tentar clarear, de tentar mostrar esse projeto de emancipar sujeitos, de trabalhar fortalecendo coletividade: isso não é algo prioritário (P8).

As dificuldades que pra mim é muito evidente, é essa tensão de interesses, o que se diverge muito, a intenção do gestor e a intenção do trabalho técnico. “[...] exige um debruçar-se cotidianamente na contramão de um sistema instalado, enraizado, cheio de vícios e interesses contraditórios com o serviço social [...]” (P8).

[...] nós estamos lutando entre dois interesses distintos que seriam o dos usuários e de quem está nos contratando. [dia-a-dia] muito tumultuado e complexo, por vezes até contraditório, com entraves e embates em função desses interesses (P7).

Entre as menções que emergem do empírico, as características divergentes, manifestas da intencionalidade da gestão das políticas e a gestão do trabalho profissional, dificultam a realização das ações à medida que as relações de poder⁶⁰ (autoritárias) que se espraiam nestes espaços interferem nas conquistas históricas do Serviço Social e traçam limitações diretas e indiretas para a materialização dos princípios do projeto profissional, por não convergirem às prioridades do projeto político ideológico da gestão das políticas sociais. Os extratos de fala elucidam:

[...] a gente sabe que tem todas essas questões de politicagem por trás, de um envolvimento de questões de poder, de quem está no poder. E isso acaba afetando o trabalho profissional e interferindo na questão que já foi propriamente construída (P5).

O Serviço Social entra em conflito com o sistema por entender que o processo deva ocorrer de forma diferente, o que acaba muitas vezes, por fragilizar relações de trabalho [...] (P8).

As manifestações do poder indicam a direção originária desta força: “um envolvimento de quem está no poder”. Ou seja, implica a idéia da hierarquização das estruturas e a condição do Serviço Social constituir-se uma profissão especializada da divisão do trabalho, portanto, na condição do estatuto assalariado⁶¹, que comumente, implica relações de subordinação. Para Dalari (1998)

⁶⁰ Num retrospectivo histórico, nas sociedades primitivas, o poder quase se confunde com idéia de força material (DALARI, 1998).

⁶¹ O assistente social vende sua força de trabalho aos empregadores em troca de um equivalente monetário (salário ou proventos), sendo que no circuito do valor, o produto do assalariado é equivalente aos seus meios de vida (IAMAMOTO, 2009, p.349 -351).

a Manifestação de poder como força é outorga de poder aos indivíduos dotados de maior capacidade econômica. Logo, suas configurações atuais sintetizam o poder reconhecido como necessário, que quer o reconhecimento de sua legitimidade, o que se tem mediante o reconhecimento dos que a ele se submetem.

Segundo Dalari (1998) o processo de objetivação do poder dá precedência à vontade dos governos. Neste sentido, o campo de trabalho em que se inscrevem os profissionais do Serviço Social, em se tratando dos espaços de natureza pública, conforma-se numa arena favorável aos encadeamentos deste processo que se desdobra em condições e relações de trabalho para o trabalhador Assistente Social.

Na afirmação de Iamamoto (2008) verifica-se uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, perspectiva esta, que as informações confirmam e justificam a partir das vivências e interações cotidianas. Para a mesma autora, o que determina o cotidiano das ações profissionais são as condições e relações sociais que circunscrevem este trabalho.

Os resultados mostram que, na gênese destas relações concretas, as manifestações de falta (re) conhecimento do trabalho ganham peso para a viabilidade e resultados das ações do Assistente Social, assim como para a própria legitimidade do profissional no espaço que interage, no incentivo e motivação do mesmo. Cita-se os relatos:

[...] no início de uma gestão a gente sente muita dificuldade por falta de conhecimento dos gestores com relação às atribuições dos profissionais do Serviço Social. [...] os resultados começam ser visualizados no momento em que começa a ter uma compreensão. No momento em que tu consiga passar isso, consiga transmitir isso, no momento que tu consiga ser valorizado enquanto profissional dentro do município (P5).

Tu tem dificuldades de recursos, não percebem a importância de certas ações que tu realiza. Não valorizam o teu trabalho como deveria ser valorizado. Eu acho que a valorização do trabalho não acontece, sabe. E isso desmotiva muito também (P4).

[...] falta de reconhecimento profissional faz com que os poucos profissionais que estão inseridos no campo ficam sobrecarregados e quase que impossibilitados de pensar o fazer (P2).

As informações elucidam que a viabilidade das ações pressupõe disponibilidade de recursos e, como já explícito, imbrica-se ao processo organizativo da gestão. Sobretudo, a viabilidade e os resultados sofrem a condicionalidade do (re)conhecimento da legitimidade das propostas e ações. Como demonstra a investigação, esta restrição, impacta no condicionante que é reconhecer o próprio Assistente Social como partícipe das equipes inter-disciplinares nas especificidades

de suas competências e atribuições profissionais. As mudanças provocadas pelas alterações de gestão rebatem diretamente nestas questões, uma vez que, a ocupação do cargo de *gestor das políticas sociais municipais (ou Secretarias Municipais)*, nem sempre cumpre a qualificação para tal desempenho. Logo, o desconhecimento acerca do trabalho interdisciplinar⁶² torna-se recorrente, e sob estes aspectos, perfaz um processo desmotivador, permeado de equívocos e tarefas atribuídas.

Nestas considerações, os dados do perfil profissional apresentados nesta elaboração, transversalizam o restrito contingente de trabalhadores para as complexas demandas existentes, como refere a participante: “os poucos profissionais que existem no campo ficam sobrecarregados” (P2). Elucida, no entanto, que, resultante das transformações societárias e mudanças nas formas de organização e gestão das instituições estatais, o influxo sobre a organização do trabalho sofre impactos restritivos, dentre os quais o profissional do Serviço Social, devido seus vínculos com o processo produtivo (relação capital e trabalho).

A noção de condições e relações de trabalho permite aproximações de informações significativas nas premissas da categoria denominada de autoritarismo e hierarquia, como identifica o extrato de fala:

[...] existe uma hierarquia forte. Até por causa da questão do poder. [...] se tenta trabalhar democraticamente dentro de um autoritarismo, de uma hierarquia muito fechada, muito tradicional ainda (P3).

Primeiro a afirmativa, denunciando a hierarquia “muito fechada, e muito tradicional ainda” existente no espaço de trabalho. Na causalidade, a questão do poder parece ser inevitável e natural, está intrínseca a estes espaços e a teleologia é que se “tenta trabalhar” em meio a esta realidade. No entanto, esse caráter teleológico das ações, orientadas pelo Projeto ético-político dispõem-se num cenário adverso aos seus valores e desafia o profissional que veicula este ideal de efetivação.

Não é aleatório dos processos sociais e da própria busca de afirmação do redimensionamento da profissão que o código de ética de 1993 institui como um dos

⁶² A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento de debates conjuntos a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional. A interdisciplinaridade surge do processo coletivo de trabalho e demanda uma atitude ante a formação e conhecimento (CFESS, 2009).

princípios: a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo (CRESS, 2009). Neste momento, a revisão histórica permite resgatar alguns aspectos importantes para compreender que estas determinações que incorrem na interação do profissional nas equipes de trabalho carregam uma lógica de reprodução de relações autoritárias e hierárquicas, marcada pela expansão do capitalismo na sociedade brasileira.

As contradições veiculadas pelo capitalismo monopolista, em que o Estado torna-se funcional às suas finalidades econômicas e imperativos da classe dominante (NETTO, 2001) articula-se ao traço peculiar do Serviço Social de integrar-se ao setor público em especial, diante do controle da ação estatal sobre a sociedade civil, em que o Assistente Social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora – a demanda de sua atuação não deriva daqueles que são alvo de seus serviços, os trabalhadores, mas de quem diretamente os remunera. Neste sentido, os serviços sociais prestados pelos contratantes do profissional mediatizam o acesso do usuário, e o Assistente Social, como um dos agentes Institucionais, participa da implementação desses serviços⁶³.

As redefinições da relação de Estado e Sociedade, reatualizam os traços conservadores e autoritários presentes na formação histórica da sociedade. As expressões da ideologia neoliberal que se aprofundam na década de noventa, apresentam-se como desafio ao Serviço Social. No entanto, por vezes, a profissão torna-se vulnerável para o enfrentamento das relações conservadoras que se produzem e reproduzem nos espaços ocupacionais e que impactam direta e indiretamente na mobilização de suas ações e projetos na realidade em que atuam. O recorrente “isolamento profissional” desafia cotidianamente a busca de afirmação e conquista de espaços valorização do trabalho e conquista de espaços.

Neste sentido, a vinculação profissional às estruturas de relações hierarquizadas que mantêm princípios do conservadorismo, pode ser determinante para as dificuldades de defender e efetivar os princípios profissionais atualizados. A superação dessa herança conservadora é pressuposto fundamental do Projeto ético-político, sendo que o código de ética orienta para escolhas e posicionamentos a serem observados, “todavia para que se materializem, é preciso que ganhem

⁶³ Revisão e sistematização com base no texto de Iamamoto e Carvalho, 2003.

efetividade na transformação da realidade, na prática social concreta” (BARROCO, 2009 p.181).

Logo, Identifica-se que a autonomia, como um princípio de trabalho, carece de ser conquistada na dinâmica mesmo do trabalho. Embora tenha significativa relevância para perseguir os rumos do projeto profissional, este processo não se realiza sem tensões, dilemas e embates cotidianos.

No âmbito investigativo, reuniu-se informações que retratam qualitativamente a autonomia relativa como uma categoria no sentido da objetivação do trabalho profissional do Assistente Social, na gênese das condições e relações de trabalho:

[...] nós tentamos sempre ser autônomos pelo que a gente faz, mas nem sempre conseguimos. Eu acho que a autonomia é um foco muito importante. (P4)

[...] a gente tem uma certa liberdade de criar projetos de colocar nossas idéias, a gente esbarra muito nessa questão burocrática porque não se há interesse de que aconteça(P8)

[...] tudo tu necessita tá justificando pros gestores, e tá fazendo com que eles consigam primeiramente compreender a importância disso (P5).

[...] [autonomia] mais no discurso do que prioritariamente na prática. [...] a autonomia fica muito atrelada ao canetaço final do gestor. Mas a gente ainda tá muito preso nessa tensão que há entre os gestores e os técnicos. (P8).

Esta tensão, *a priori*, relaciona-se a condição da profissão ser uma especialização do trabalho e os sujeitos a esta pertencentes, trabalhadores que vendem sua força de trabalho para aquele que os contrata, em troca de uma remuneração. Nesta interface, os assistentes sociais que atuam em Instituição pública de natureza estatal - no âmbito municipal – portanto, funcionários públicos em interação com as formas de gestão nesta esfera de governo, movimentam-se sob limites e condicionalidades para desenvolver o seu trabalho e atingir suas finalidades.

Não obstante, os projetos que difundem-se nos espaços públicos, podem não convergirem em valores, objetivos ou finalidades. Neste sentido, a investigação confirma a existência destas divergências, expressos em limites burocráticos às propostas de trabalho e subordinação à aprovação da gestão em desempenho na Instituição. A burocracia inspira formalismo, hierarquia sob o princípio de culto à autoridade do poder do Estado (IAMAMOTO, 2008).

Verifica-se uma transversalidade dos dados, na medida em que, as implicadas situações de explicar e justificar as propostas, projetos ou ações para os

gestores, requerem competências ético-políticas num processo de lutas e estratégias na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais. Assim, fragiliza o princípio da liberdade do Assistente Social planejar e implementar suas atividades profissionais de forma autônoma.

Neste contexto, os princípios do Projeto ético-político demandam fortalecimento dos profissionais, para munirem-se de estratégias de mediação nestas interações públicas a fins de salvaguardar a relativa autonomia da profissão na gênese dos processos de trabalho nestas esferas de governo. Pois, a ofensiva das tensas relações no trabalho assalariado, tendem a ruir a liberdade de realizar projeções na defesa da classe subalterna e a autenticidade da gestão e condução do seu trabalho.

O “canetaço final do gestor” (P8) ou mesmo a “questão burocrática” veiculam significações que expressam as tensões entre gestores e técnicos, implicadas em potenciais condicionalidades dos *meios* para a realização das ações. Recorrendo a Marx (1996, p.298) “os meios de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca em si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto”.

Ou seja, pela própria natureza de profissão que vende sua força de trabalho a outrem, a disposição dos meios está condicionada as Instituições que lhe contratam. Engendram numa dinâmica em que as propriedades dos meios que lhe são indispensáveis como meios de *poder* sobre seus objetivos exige uma processual conquista, que torna-se possível pela direção teórica e prática do trabalho profissional. Significa, superação das forças que impactam como diretrizes ideológicas coadjuvantes ao projeto político-partidário. Como afirma Yamamoto (2008) as atribuições delegadas, os recursos autorizados, cuja força decorre das relações de poder econômico e político, repercutem no conteúdo e qualidade do trabalho dos profissionais.

No presente item buscou-se identificar o Projeto ético-político na correlação dos projetos de interesses distintos que coexistem no âmbito da esfera pública estatal – municipal – e as significações a ele atribuídas a partir das condições e relações de trabalho do Assistente Social. No item a seguir, o propósito é de aprofundar a análise de como se processa a materialização do projeto profissional a partir das mediações, considerando as expressões supra e a interpretação das categorias emergentes.

6.4 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: O SENTIDO DAS MEDIAÇÕES

No presente item, busca-se desvendar o movimento dos componentes e elementos que constituem o Projeto ético-político, na gênese das mediações sociais, que atravessam as particularidades do trabalho profissional implicadas às conexões que se estabelecem nos espaços onde exercem a profissão. Já apresentou-se nesta elaboração o entendimento de que, implícito a conceituação de Netto (1999) dinamizam-se os elementos da teoria marxiana, que nuclearmente sustentam a renovação do projeto de formação e, no geral, as orientações para a profissão no limiar no século XX.

O ponto de partida é o reconhecimento do Serviço Social como partícipe da divisão sócio-técnica do trabalho e a dimensão histórica da profissão, que abrange a incorporação da teoria social crítica⁶⁴ como fundamento de análise a partir da década de oitenta deste mesmo século. Nesta historicidade articulam-se as transformações societárias que culminam com as recorrentes mudanças na relação entre Estado e Sociedade e que impactam na profissionalidade do Serviço Social.

Sustenta Iamamoto (2008) que no alvorecer deste novo século, espaços ocupacionais e as fronteiras profissionais – enquanto resultados históricos – sofrem significativas alterações pela própria característica de transitoriedade que modificam nuclearmente o processamento do exercício do trabalho do Assistente Social. Estas transformações imprimem um problema teórico-analítico, em que a profissão precisa mover-se no sentido de compreender o significado das particularidades da profissão nestes complexos sociais.

Estes desafios resultam na construção do Projeto ético-político do Serviço Social que, nos seus aspectos constitutivos, abrange os princípios e valores que passam a sustentar a profissão e identificá-la na sociedade, bem como estabelece as bases para a regulação do trabalho profissional⁶⁵ na sociedade. A direção social idealizada neste projeto de construção coletiva respalda, entre outros componentes,

⁶⁴ A teoria social crítica compreende a incorporação da teoria marxiana, apoiada na obra *O capital*, que oferece o percurso metodológico e o arsenal de categorias teóricas na análise do significado social da profissão – que apresenta o Serviço Social como uma especialização do trabalho (IAMAMOTO 2008).

⁶⁵ Sobre a regulação do trabalho profissional, considera-se a apresentação anterior que explicita os documentos de caráter jurídico que legitima a profissão no âmbito do Estado: A Lei de Regulamentação; que orienta a profissão: O código de ética.

o projeto de formação profissional do Assistente Social, sujeito trabalhador que veicula os pressupostos para a efetividade desta pactuação, que imprime a identidade profissional.

Em sintonia com o acúmulo teórico-crítico, trata-se do processo de materialização como uma categoria explicativa, a fins de elucidar os fundamentos em que perpassam os significados teórico-empíricos das relações sociais. Considera-se, no entanto, a dinâmica dos processos de trabalho e o movimento teórico e prático das atividades que são desenvolvidas, tendo em vista uma finalidade⁶⁶ ou objetivos que se pretende atingir.

A incorporação da concepção de materialização no Serviço Social é indissociável da renovação teórico-metodológica (explícita nos núcleos de fundamentação teórica das Diretrizes Curriculares que perfilarão na construção do Projeto ético-político). A preocupação em elucidar a *matéria*⁶⁷ do Serviço Social contribuiu significativamente para a emergência desta denominação na produção teórica acumulada, sob inspiração marxista. Neste sentido, a materialização, intrínseca ao materialismo dialético, une ao mesmo tempo, um caráter material (de condições objetivas da realidade) e dialético (de conflitos e contradições) da relação sujeito e objeto – questão social⁶⁸.

O processo de trabalho, em seus elementos simples e abstratos (trabalho, seus objetos e seus meios) é atividade orientada a um fim, para produzir valores de uso, à medida que estas atividades (pretendidas desde o início) prescindem de meios de trabalho para realização. Neste sentido, o trabalho se une aos objetivos de forma que sua objetivação realiza-se no objeto (MARX, 1996). Neste sentido, as mediações estreitam as vinculações com a intervenção na realidade concreta, ou o trabalho mesmo, por sua própria ação. Na afirmação de Lukács (1979) o Ser Social relaciona-se por intermédio de mediações que inter-relacionam forma e conteúdo.

⁶⁶ A finalidade é a expressão de certa atitude do sujeito em face da realidade. Prefigura o resultado de uma atividade real, prática que não é pura atividade da consciência. Esse domínio nunca é absoluto, já que se encontra limitado pelo objeto da ação e pelos meios com que se leva a cabo a materialização dos objetivos (VAZQUEZ, 1986, p.190).

⁶⁷ O termo é expresso na Lei de Regulamentação da profissão (nº 8.662/93) no que constituem as atribuições privativas do Assistente Social (art. 5º). Iamamoto (2002) sustenta a concepção de materialização do Projeto ético-político. Também valem as referências: Iamamoto (2004, 2008, 2009).

⁶⁸ No Serviço Social a questão social é concebida como o objeto de trabalho e suas expressões são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2004), na literatura específica, é tratada como a base de fundação do Serviço social enquanto especialização do trabalho (IAMAMOTO, 2008).

Nesta perspectiva, é preciso considerar a dialética hegeliana em que o real é um processo que desenvolve-se através de conflitos, de onde a descoberta das mediações. Na interação de universal, particular e singular, o particular é o termo médio que realiza a mediação entre o singular e o universal, portanto ele é causa e razão de ser, de onde a dinâmica das contradições e seus fundamentos objetivos que desafia a abstração e a ação sobre a realidade concreta. Nesta óptica, a noção dialética busca a concreticidade e “a finalidade implica uma relação das partes e dos elementos num sentido interno” (LEFEBVRE, 1991, p.208).

Neste estudo, a mediação consiste numa categoria teórica e empírica, a medida que na teoria social crítica da profissão as mediações são tratadas como categorias instrumentais, reflexiva e ontológica que possibilita a transformação (MARTINELLI, 1993) e na investigação, também emergem da realidade. A partir das afirmações da mesma autora, são as mediações que permitem apreender os dados substanciais da vida social, a partir da compreensão de que os fenômenos se estruturam numa realidade complexa, que exige-se penetrar neste complexo para apreender esta realidade enquanto totalidade composta por determinantes político, sociais, econômicos, culturais e históricos.

Neste contexto, o agrupamento qualitativo das informações, possibilita elucidar elementos fundamentais da realidade pesquisada. Norteando-se nas questões que orientam este estudo, a categoria empírica competência ético-política: lutas e estratégias coletivas angaria conteúdo do movimento ético-político do Assistente Social no enfrentamento das expressões da questão social na dinâmica dos espaços sócio-ocupacionais em que realiza seu trabalho.

Considerando a identificação do perfil dos participantes, em que se registra um contingente significativo atuantes na Política de Assistência Social, as informações empíricas exponenciam a importância do fomento à participação da sociedade civil na esfera pública municipal. Sobre a esfera pública apóia-se em Raichellis, citada por Sales (1999) que sustenta como comunidade politicamente organizada e baseada no reconhecimento do direito de todos à participação na vida pública, na perspectiva de dar visibilidade e tornar públicos os interesses em disputa democrática. Remete a construção e aprofundamento da democracia pela via do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expresso fundamentalmente pela inscrição dos interesses das maiorias nos processos de decisão política, a partir,

sobretudo da criação e garantia de espaços de interlocução entre os diferentes sujeitos sociais.

Na perspectiva da participação, emerge a importância do fomento a participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social⁶⁹ para fortalecer a implantação da Política de Assistência Social nos espaços ocupacionais. Os extratos de fala ilustram:

Os espaços de participação da sociedade civil, que é o Conselho de Assistência, as pessoas não tem noção do que elas estão fazendo lá. Nós temos que atingir essas pessoas, fomentar essa participação, capacitar esses conselheiros, para eles terem noção da sua importância no processo de implantação da política de assistência, e conseqüentemente o que envolve o projeto ético (P7).

[...] a estratégia mais potente, que tem potencial maior pra desarticular essa questão política partidária são os trabalhos comunitários. [...] é um espaço que a gente tem de falar da autonomia, e de falar com quem busquem, uma estratégia coletiva. [...] se reúne pra refletir com eles [...]. Quando é um trabalho que vem pronto [...] que não funciona por que? Porque não há interesse coletivo. [...] que seja de interesse comum de resolver um problema comum a todos [...](P8)

Verifica-se que a inserção do profissional neste espaço, pressupõe competências gerais de análise para compreender os processos sociais e o andamento das instâncias deliberativas de controle social, assim como a dinamização de capacitações para os integrantes nestas mesmas instâncias. A concepção advinda da Constituição Federal de 1988 apresenta o controle social como instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa e financeira, com caráter democrático e descentralizado, presumindo o fortalecimento dos princípios democráticos firmados nos preceitos constitucionais. Assim, estabelecer as competências que permitam estas articulações tem significativa relevância para a direção social hegemônica da profissão, sob inscrição do projeto profissional que vem se referindo. Logo,

Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos (IAMAMOTO, 2008, p.424).

⁶⁹ A Lei Orgânica da Assistência Social dispõe (art. 16) os Conselhos Municipais de Assistência Social como instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil (CRESS, 2009)

Este processo é permeado por interesses contraditórios, considerando que os Conselhos conformam espaços de disputas político-ideológicas. Neste sentido, a investigação evidenciou que a estratégia que possibilita a desarticulação da “questão político-partidária” (P8) legitima-se nas atividades projetadas e executadas com a participação coletiva dos demandantes das necessidades sociais. A efetivação das estratégias de organização coletiva dos membros da comunidade favorece a emergência dos interesses comuns da população que potenciam reivindicações na defesa da ampliação dos direitos e responsabilização estatal.

No que remete à realização de capacitações para os integrantes destas instâncias deliberativas, tem relevância a medida que os conhecimentos essenciais ao desempenho de suas atribuições, tende a fortalecê-lo enquanto segmento organizado na luta pelo controle social. O fomento à participação da sociedade civil e apoio aos movimentos sociais relacionados à coletividade, constituem elementos da lei de regulamentação da profissão (competências).

Evidencia-se que estas diretivas que conduzem o exercício profissional na dimensão de princípios progressistas no âmbito do trabalho, prescindem de lutas para a conquista de espaços propícios a este movimento e engajamento ético-político do profissional Assistente Social.

A possibilidade de estar capacitando, de estar reunindo, discutindo, é conquistada dentro do trabalho (P3).

Os profissionais todos trabalharão no sentido de estar convivendo com o seu público alvo fora do seu gabinete, uma coisa mais direta, uma ligação mais direta do profissional com o usuário. O profissional tem que estar engajado no que ele aprende e acredita [...] (P4).

Uma luta constante para obter espaço profissional. [...] essas lutas já tive retornos, mas também precisa ser batido muito às vezes em cima de uma situação (P5).

Afirma-se, a centralidade das iniciativas coletivas e a importância do empenho no incentivo dos indivíduos (usuários) ou grupos sociais, ao encontro do que dispõe os princípios do código de ética. Expressa-se, no entanto, a emergente necessidade de aproximação do profissional Assistente Social ao público alvo e veicula a importância do conhecimento da realidade dos sujeitos para além das aparências, de modo que possam apreender as conexões e o fundamento das demandas sociais, que não obstante, resguardam propriedades, relações e significados complexos. Neste sentido, sela a importância da totalidade, sobretudo como

princípio metodológico para o conhecimento da realidade e a teleologia de suas estratégias, que suspende imediatismos.

O conhecimento da realidade (objeto) não cessa na observação e percepção da existência dos fatos ou conjunto de fatos na realidade, tão somente presume a veracidade dos fenômenos na trama das relações, sem apreender suas complexidades. Assim, considerando que as competências “expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade para determinado assunto” (IAMAMOTO, 2009, p.21), as competências na luta e estratégias coletivas presumem o requisito de aprofundar o conhecimento do *real*⁷⁰, pois o trabalho realiza-se sob condições de realização que não limitam-se aos profissionais. Nesta perspectiva os extratos de fala apontam:

[...]tu tem que ser estratégico, tem que ser articulador, tem que ser dinâmico. Articulando com a secretaria, articulando com profissionais, você tem que estar buscando informações, você tem que estar sempre se apropriando de coisas novas [...] (P1).

[...] as grande chefias tem a cabeça que tem que ser assim, eu já acho que não, então eu tenho que articular muito pra mudar isso. Articulação que é o principal (P6).

Nestes aspectos, as condições para a efetividade profissional precisam ser elaboradas, criadas e articuladas na dinâmica dos processos de trabalho aos quais se inserem. É possível desvendar que a contradição é intrínseca a estes processos à medida que divergem as concepções e finalidades de contratantes e profissional assalariado, como elucidou a participante: “as grande chefias tem a cabeça que tem que ser assim, eu já acho que não [...]”(P6).

A contradição tem raízes profundas nas lutas, nos conflitos, nas forças em relação, na sociedade (LEFEBVRE, 1991). Os dados exprimem uma perspectiva que vem ao encontro aos princípios organizativos da categoria na defesa do projeto profissional na sociedade, com ênfase ao elemento de materialização do Projeto ético-político, que, na denominação de Braz e Teixeira (2009) trata-se da organização política: luta e posicionamento.

A investigação elucidada a dialética do que é legítimo e o que é possível no trabalho do Assistente Social e os desafios que incidem às suas mediações, sendo

⁷⁰ No pensamento dialético, o real é entendido e representado como um todo que não é apenas um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua criação, estrutura e gênese (KOSIK, 2002, p.51).

que as possibilidades perfilam a “arte da conquista” nas interações sociais. Afirma Vázquez (1986) que a causa de ação⁷¹ determina – como futuro – nossos atos presentes, sendo que enquanto antecipação ideal de um resultado real que se pretende alcançar, o objetivo é também expressão de uma necessidade humana que só se satisfaz atingindo o resultado que aquele prefigura ou antecipa.

As competências teórico-metodológicas fazem-se indissociáveis dos rumos que perfilam o movimento que é imanente ao exercício profissional, que possui conexão com os processos sociais mais amplos. Neste sentido, destaca-se o conteúdo temático expresso nos enunciados dos participantes:

“[...] o assistente social, ele consegue ter um olhar do todo. [...] a gente consegue ter um olhar do contexto socioeconômico das situações particulares [...] então, acho que essa é uma das coisas que facilita muito no trabalho cotidiano (P8).

Confirma-se a relevância de decifrar as situações particulares do exercício profissional em conexão com a totalidade social. Ou seja, uma leitura que possibilita decifrar o significado das demandas, das situações singulares dos indivíduos ou grupos humanos, assim como as implicações dos processos de trabalho em que inserem-se profissionais especializados.

Concorda-se com a sustentação de que as situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias são atravessadas por determinações de classes. E, assim, o processo de desvendar a vida destes sujeitos, que atendem dimensões universais e particulares, é uma tarefa que requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e os fios que integram o singular no coletivo, quanto a incorporação da pesquisa, sensibilidade e vontade política que move as ações (IAMAMOTO, 2009).

A postura profissional emerge como uma categoria que agrupa elementos empírico importantes no que compreende suas competências nas relações inter-equipes. Desvela-se características pormenores do cotidiano, mas que fazem a diferença para a *imagem* do Assistente Social nos espaços que ocupam e na trama das relações com outras profissões, como expressam as afirmações:

[...]tu tem que ter uma postura bem firme diante do teu parecer, do que tu entende [...].Tu tem que ser bem clara, bem específica bem agente do que

⁷¹ A atividade teleológica traz implícita uma exigência de realização, em virtude da qual se tende a fazer da finalidade uma causa de ação real (VÁZQUEZ, 1986).

tu é. Que é bem complicado! Tu tem que saber articular [...] quando eu vejo que a coisa tá demais eu uso meu código de ética[..](P6)

Se você é um profissional que argumenta tecnicamente, que tem uma postura profissional, que tem atitudes condizentes com uma atitude técnica, um vocabulário decente, automaticamente tu impõe respeito, e tu impondo respeito, autonomia é uma consequência (P7).

A postura profissional, o conhecimento técnico, a atitude é que vão fazer o projeto ético político acontecer na prática. Isso depende de cada um (P7).

É possível interpretar que a postura profissional está compreendida em duas dimensões: do conhecimento técnico e científico, qualidade e segurança nos serviços prestados pelo Assistente Social. Estas implicam-se direta e indiretamente na imagem do profissional em seus espaços e no seu reconhecimento nas equipes multidisciplinares.

O conhecimento técnico e científico serve de base para a sustentação da capacidade argumentativa na dinâmica da operacionalidade. Ou seja, é preciso ter domínio das próprias competências e atribuições, das legislações que facilitam a implementação de serviços e políticas sociais às quais se vincula a Instituição. Neste sentido, é possível intervir com atitudes técnicas e tornar-se reativo e crítico no processo de trabalho em que se insere.

Na qualidade e segurança nos serviços prestados, situa-se a requisição de um profissional que, possa articular teoria e prática para qualificar as suas ações, de modo que demonstre clareza e especificidade nas suas deliberações profissionais (pareceres), ou mesmo na forma de expressar-se em suas interações (vocabulário). Requer também segurança no desenvolvimento de suas competências e atribuições, sinalizando assim, o caminho indispensável para a autonomia.

Para Vázquez (1986) o homem age conhecendo, do mesmo modo que se conhece agindo. Sendo assim, o conhecimento se dispõe em relação às finalidades dos sujeitos para realizar determinada ação, é passível de ressignificações e determinante de um processo contínuo e inacabado. A materialidade dos objetivos, não cessa nos instrumentos materiais, mas inclui a atividade subjetiva, perfazendo uma relação indissociável, já que da concepção marxiana de trabalho, o homem põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão de forma a apropriar a matéria numa forma útil a sua própria vida (MARX, 1996).

A investigação confirma a utilização do código de ética profissional como instrumento de defesa e respaldo do Assistente Social em direção à materialização

do Projeto ético-político. Parafraseando Barroco (2006, p.205) a competência ético-política “não depende somente de uma vontade política e de adesão a valores, mas da capacidade de torná-los concretos, donde sua identificação como unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, na direção da prestação de serviços”.

O código de ética, para além da defesa das ações, é concebido como instituinte das próprias ações na operacionalização das políticas públicas. Os valores e princípios que o instituem significam o próprio desafio para a profissão, a medida que estabelece o campo de mediações do profissional. As menções dos participantes ilustram estas interpretações:

[...] o Serviço Social é um desafio constante. [...]todas as ações desenvolvidas pelo profissional enfim estão dentro de um código de ética [...] nas ações então, é um profissional que tem um respaldo, enfim (P5).
O operativo do Serviço Social, ele ta vinculado ao trabalho com relação à questão social, à essas interfaces da questão social como questão de habitação, saúde, saneamento básico, tudo essa estrutura que o profissional tem o desafio de estar realizando dentro de um processo de capital e trabalho [...]a gente trabalha enfim, em uma luta constante de que esses direitos sejam disponibilizados à população usuária através das políticas sociais, a princípio dentro de uma política [...] (P5).

A investigação mostra que a operacionalidade do Serviço Social está vinculada ao trabalho com a questão social. O entendimento consiste que as demandas de habitação, saúde, saneamento básico perfazem interfaces da questão social, mas entendem que a estas vincula-se o trabalho profissional.

Neste processo, o significado emergente da realidade é o desafio na relação capital e trabalho, que é perceptível na produção das relações de trabalho: “Isso que o capitalismo nos fez ser, é também um jogo de poder muito grande” (P3). O desafio objetiva-se na execução das políticas sociais - a *priori*, de uma política pública.

Nesta ordem, as perversas relações entre capital e trabalho, imprimem as faces da desigualdade social e os desafios de defesa dos interesses das classes subalternas que, devido ao intenso e acelerado processo de mobilização do capital em torno de suas prerrogativas, marginaliza a sociedade e garante um distanciamento de concentração de miséria em uma classe e riqueza em outra. Assim,

Se o indivíduo é expressão da singularidade e o gênero humano é uma dimensão de universalidade, a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condições de similitude em sua existência

concreta, no mundo da produção e reprodução social (ANTUNES 2006, p.119)

Os Seres Sociais são os mais diversos, membros de diferentes segmentos subalternizados e estigmatizados da sociedade, entre eles, os desempregados, minorias sociais – idosos, crianças, pessoas com deficiência, adolescentes infratores, etc. Sobretudo, uma população vitimizada pelas desigualdades nas suas múltiplas expressões e, que se objetivam em situações singulares de pobreza, exclusão e marginalização social.

É com estes sujeitos que o Assistente Social assume o compromisso ético-político das mediações – que transitam no campo das políticas sociais na interlocução com Estado e Sociedade. As afirmações elucidam este compromisso:

A proposta ético-política [...] tendo como objeto o nosso usuário [...] seja lá qual for a sua necessidade. São duas coisas que caminham juntas [projeto ético-político e objeto], não tem como separá-las, porque claro que o projeto você vai adequar dependendo da necessidade de cada cidadão, de cada indivíduo (P1).

O que eu entendo é que o objeto é o usuário.[...] Eu tenho que intervir em prol dele, em benefício dele. Também ao mesmo tempo mediando [...] (P6).

No entanto, expressa-se uma distorção no entendimento do objeto de trabalho do Serviço Social. Como pressupõem os relatos, a questão social emerge como o próprio “usuário”, quando o fenômeno manifesta-se por meio destes. A questão social compreende o próprio objeto sobre o qual incide a ação profissional e, historicamente, o núcleo básico para a profissionalização do Serviço Social como especialização do trabalho e a consolidação do Projeto ético-político.

As *políticas públicas*, no entanto exprimem uma categoria fundamental, dada as particularidades desta pesquisa, que se realiza com profissionais em exercício no âmbito das políticas sociais da esfera pública estatal (Prefeituras Municipais). A política social está dialeticamente relacionada ao Estado e sociedade firmando o desígnio de política pública⁷².

Neste sentido, esta política possui um objetivo *social* ao encontro das demandas exponenciadas pelas manifestações das desigualdades sociais, sob o

⁷² As designações de política social e política pública são políticas de ação integrantes do conhecimento *policy science*, sendo que a política social é uma espécie do gênero política pública (*public policy*). Requerem participação ativa do Estado sob controle da sociedade, no planejamento e execução. O termo público refere-se à coisa pública - para todos, que compromete todos no atendimento às necessidades sociais. Neste caráter de política pública tem dimensões que ultrapassam os limites do Estado, dos coletivos ou corporações sociais (PEREIRA, 2009).

desafio de reconhecer as necessidades sociais, suas origens e singularidades para um qualificado enfrentamento. Na realidade brasileira, as políticas sociais constituem o conjunto da seguridade social instituída na Constituição Federal de 1988, que consiste no sistema de proteção social, convergente à garantia e ampliação de direitos sociais sob a responsabilidade do Estado.

Historicamente, o veio de desenvolvimento da profissão ocorre através da inserção de Assistentes Sociais nas organizações públicas e privadas para a implementação de tais políticas. Neste início de século, o trabalho do Serviço Social realiza-se predominante⁷³ na esfera pública estatal. Também é predominante neste início de século, o trabalho nas particularidades da Política de Assistência Social e, neste momento, convergem os resultados desta pesquisa. A investigação exponencia o compromisso do Serviço Social no processo de implantação, implementação e efetivação da política de Assistência Social nas Prefeituras Municipais:

[...] a questão do Serviço Social ter uma formação de nível Superior, é ter um comprometimento muito forte com a implantação, implementação a efetivação da Política de Assistência Social (P7).

A LOAS/1993 dispõe, em seu primeiro artigo a Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva que prevê mínimos sociais para atendimento às necessidades básicas (CRESS, 2009). Neste sentido, a inserção na seguridade social tem caráter de Política de proteção social articulada a outras políticas no campo social, voltadas à garantias de direitos e condições dignas de vida dos sujeitos demandantes. “A Assistência Social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo” (MDS, 2004, p.31).

Neste contexto, a Política Pública, marca suas especificidades no campo das políticas sociais, pois preconiza garantias e seguranças próprias da natureza humana a serem asseguradas aos que dela demandarem. Nestas premissas, o

⁷³ “Com base em dados de 2004, consta que no nível nacional 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40, 97% atuam no âmbito municipal, 24% estaduais e 13, 19% federais. Assim, o assistente social no Brasil é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas públicas com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras” (IAMAMOTO, 2009, p.345).

projeto profissional do Serviço social compartilha de princípios desta política, como a universalidade de direitos, a autonomia dos sujeitos, etc. e protagoniza a relação com a intervenção profissional numa direção: na garantia de acesso aos direitos.

Políticas públicas pro cidadão, que é [pausa], a relação entre isso. Bom, o nosso projeto ético-político discute o acesso aos direitos, entre outras coisas, e como fazer com que isso aconteça? Se hoje nós temos uma política pública de Assistência Social fantástica, coisa de primeiro mundo, no papel! Deixar bem claro é em virtude das conquistas que várias categorias empreenderam nesses anos todos, inclusive o assistente social. [...] Na prática, claro, nós temos tudo aqui pra colocar, mas isso é outra questão de como se colocar em prática esse discurso [...]? (P2).

A participante reconhece o Projeto ético-político na discussão do acesso aos direitos, relaciona a conquista de espaços dos profissionais na elaboração e planejamento das políticas públicas e exclama que os avanços da política pública de Assistência Social tornaram-se possíveis no plano teórico, levando os profissionais a interrogar-se como colocar em prática o discurso do Projeto ético-político, que não desvincula-se na execução final – do acesso efetivo aos direitos. Descortinam-se as fragmentações das políticas sociais infundidas pelo aparato neoliberal e os desafios aos profissionais que anseiam a defesa da garantia dos direitos e a legitimidades dos princípios que norteiam o exercício profissional.

As demandas exigem respostas da gestão social das políticas e da gestão do trabalho do Assistente Social, como aquele profissional que detém o compromisso de “implantar, implementar e efetivar” (P7) de forma articulada e interdisciplinar.

Nós construímos um setor, nós construímos a sala pra respaldar o sigilo do usuário, [...] a dificuldade maior é a gente fazer a provocação dos gestores para que eles olhem para o serviço social e conseqüentemente para o que eles se propõem a fazer (P7).

É nesta base, particular das políticas sociais, que muito comumente encontra-se o profissional, ávido da responsabilidade de intervir diretamente com as singulares particularidades dos indivíduos, grupos ou comunidades.

Contudo, evidenciou-se que primariamente o acesso aos direitos está condicionado à criação e legitimação de espaços que respeitem o usuário, de onde ele possa manifestar-se e expressar suas dificuldades. A afirmação da entrevistada refere a defesa do reconhecimento de “pertencimento social” dos sujeitos nos espaços públicos: “[...]a gente efetivou o espaço de respeito ao nosso usuário” (p7).

A sistematização das informações empíricas possibilitam evidenciar as competências técnico-operativa: mediações advindas do liame da realidade. Os resultados mostram que, na dinâmica dos processos de trabalho aos quais se vinculam os profissionais, o desafio situa-se na relação dialética de defesa dos interesses do “usuário”⁷⁴, tendo em vista os limites para a realização do trabalho. No enfrentamento destes limites, expressos como as relações antagônicas e contraditória de interesses da gestão social das políticas e o direcionamento das ações do Assistente Social, situa-se a “linha de fogo” das mediações.

Porque o assistente social ele precisa atender ao patrão, atender ao usuário, atender a si próprio [...]. Então, tu tem que sempre estar na linha de fogo, mediando (P6).

[...] vai atuar mediando relações ou entre-relações [...] relações que são conflituosas, que são do mundo moderno (P8).

[...] existe uma dificuldade de entendimento dos gestores do que é também o serviço social e de perceber se a gente está aqui trabalhando em benefício do usuário, fazendo esse trabalho de protagonizar o usuário, e o gestor quer apenas beneficiar o usuário com assistencialismo (P4).

É possível inferir que espraia-se a tensão acerca dos meios para processar as ações num verdadeiro jogo de forças, que não limita-se à disposição material, mas remete luta de classes da sociedade. Pois, no âmbito do Estado dinamiza-se a lógica da valorização do capital, e, suas funções estão nos conflitos entre as classes sociais na contradição que opõe a funcionalidade com os processos da estrutura da sociedade capitalista.

Importante reconhecer que o espaço estatal não se esgotou. Porém, é na trama dos “interesses” que a funcionalidade torna-se perversa. As políticas sociais situam-se num processo complexo e contraditório de produção e reprodução das relações econômicas e sociais sob a égide do capital e mercantilização das relações sociais. Logo, articular estratégias de mediações para garantia dos direitos, a partir da percepção de totalidade, permeia a arena da “gestão”, atributo da lógica emergente da articulação entre as diferentes esferas da sociedade (pública estatal, privada ou da sociedade civil) para editar projetos na conformação de um espaço público não estatal e a qualificação de um sistema de gestão eficiente e eficaz.

Neste sentido, um grande desafio ao projeto profissional do Serviço Social na luta pela garantia de direitos sociais está na própria contradição da funcionalidade

⁷⁴ “Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos [...]” (MDS, 2004, p.33).

do Estado contemporâneo, pois, “a questão social como se internaliza na ordem econômico-política” (NETTO, 2001, p.30). Significa, porém, de um lado a inegável mediação com os projetos societários, de outro, a adesão a um projeto que implica decisões de valores, e que na gênese das mediações, revelam-se contraditórios.

A partir da investigação, uma mediação fundamental parece residir na própria cotidianidade, nas estratégias e lutas, que perfazem as competências ético-políticas do Assistente Social numa racionalidade de contraposição às regras institucionais burocráticas e autoritárias – fazendo-se valer da inspiração teórico-metodológica do Serviço Social.

A partir dos conteúdos, evidencia-se a base teórico-metodológica, projetada pelas informações empíricas que associam-se a esta dimensão e que se articula a conhecimentos acumulados no pensamento social da profissão. Na aceção de identificar os conteúdos implícitos ao que se denominou no decorrer da investigação de “embasamento teórico-metodológico para o trabalho profissional no âmbito das políticas públicas”, cita-se os enunciados:

Assim, eu nunca parei, hoje assim, às vezes eu me pego pensando, eu digo, mas que linha eu sigo? Mas se eu te disser, eu sigo essa linha, aquela linha [...]. Eu não sei que linha eu sigo, depende de uma visão, enfim[...] (P1).

[...] depende muito de como você vê o mundo, das leituras que você faz, daquilo que você gosta de ler. Então, definir mesmo que linha metodológica eu uso na minha prática é complicado. E fica muito na teoria mesmo! (P2).

Muito embora com pouca visibilidade teórica na prática, precisa disciplina para aplicação nos moldes descritos no CEPAS e *experiências* precisam ser descritas não apenas nos discursos teóricos da profissão (P3).

Desvela-se a indefinição (P1, p2), invisibilidade prática (P3) ou o ocultamentos à informação acerca deste embasamento no trabalho, sob menção de que “fica muito na teoria mesmo” (P2). Mas que teoria é esta? As implicações que residem na relação teoria-prática, confluem para a relativização do embasamento teórico à visão de mundo do assistente social.

A visão de mundo como uma categoria emergente, a *priori*, sinaliza para a concepção dos sujeitos envolvidos, para a leitura comprazem as suas condições intelectuais e preferências teóricas ou ideológicas acionadas nas suas inter-relações cotidianas. Na dialética materialista, a concepção de visão de mundo propõe que considere a história da sociedade com a história das pessoas que vivem em metabolismo com a natureza, ou seja, a partir da reprodução do *homo faber*, aquele que se faz pelo trabalho (MARX, 1996).

Já referia anteriormente nesta elaboração que, uma “*maneira de ver*” permite que se tenha, *não apenas uma ligação a partir de fatos de seu surgimento, o modo de apreender a realidade como processador da cosmovisão individual ou coletiva, tem como recorrências já firmadas anteriormente e reformuladas permanentemente que produzem novas explicações*. Neste sentido, o homem é um ser social e enraizado num terreno histórico, sendo que sua própria atividade prática é condicionada nestas dimensões e sua consciência nutre-se de idéias, valores, juízos e preconceitos, etc. (VÁZQUEZ, 1986).

Reconhecer esta dimensão limitada da base teórica no âmbito do trabalho elucida resultados, no mínimo complexos, considerando os reflexos e transversalidade da categoria. O caráter limitado, que não exige, ao seu modo de ver, uma base teórica, desnuda o trabalho profissional do rigor teórico-metodológico como pressupostos fundamentais do Projeto ético-político, no sentido ontológico de Marx. A teoria que Marx critica é a teoria do conhecimento como visão ou contemplação, sob aceção de que remete a um papel passivo do sujeito, ou seja, o objeto do conhecimento é produto da atividade objetiva, material. Para Marx, não basta interpretar o mundo de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo (MARX e ELGELS, 2000).

A “referência” na legislação emerge como uma categoria que fornece elementos importantes na perspectiva de confrontar os temas empíricos no que diz respeito à base teórico-metodológica como parâmetro para o trabalho profissional. Neste sentido, destaca-se os relatos:

[...] na instituição aqui, a gente vai ter referências bibliográficas que são legislações, que são mais questões mais práticas. Mas é claro que se for pra um aperfeiçoamento mais teórico, tentar fazer essa reflexão que tão pouco a gente consegue fazer, tem que se apegar aos nossos autores clássicos do serviço social. A gente acaba utilizando mais das legislações, bibliografias das questões mais práticas [...] no cotidiano da instituição a gente não consegue se reportar a autores (P8).

Conhecimento profundo, [...] conhecimento de leis e normas, principalmente as que estão relacionadas com a atividade profissional, seja ela qual for[...] a parte argumentativa que vem do estudo e do conhecimento de fato (P3).

O conteúdo expressa uma vertente de entendimentos e relações vindas do empírico que solidificam a “referência” na legislação para exercer as atividades “práticas”. Considerando o percurso metodológico da pesquisa, permite-se referir do esforço dos participantes em sistematizar em pensamento a partir da realidade

objetiva que vivenciam, o embasamento que utilizam para as ações profissionais. Não exitam em afirmar que a base teórico-metodológica, nuclear do Serviço Social, não possui um protagonismo direto no cotidiano profissional.

[...] em prefeitura é bem complicado tu ter embasamento teórico, porque tudo é direcionado. [...] os programas do MDS, vem direcionado. Se tem um programa do Estado, eu tenho que fazer como eles determinam (P6).

[...] são as ferramentas pro trabalho do dia-a-dia [...]. A gente tem normas, tem leis, LOAS, PNAS que é uma coisa que a gente vivencia muito no dia-a-dia. Então, eu focalizo o meu referencial teórico muito pra isso! (P4).

Eu acabo utilizando mais essa questão da Política Profissional de Assistência Social, a NOBRH. Mas propriamente os referenciais mais utilizados que a gente utiliza é com relação à política e com relação ao Programa mesmo (P5).

A dimensão jurídica-política que rege a profissão, articulada as duas esferas: o aparato estritamente profissional e o aparato de caráter mais abrangente que tratam Braz e Netto (2009) emergem do entendimento dos sujeitos como o próprio embasamento teórico. Apreendidos como “ferramentas de trabalho no dia-a-dia” (P4) as diretrizes de implementação que estabelecem os Programas, Serviços, leis e normativas protagonizam o suporte para o trabalho que realizam. A Política de Assistência Social emerge como uma “política profissional” (P5) o que margeia uma distorção conceitual e factual do projeto profissional. “O Serviço Social é profissão, a assistência social é política pública” (CFESS, 2009).

A investigação elucida, de um lado, que os sujeitos apreendem a base teórico-metodológica a partir de uma dimensão que relativiza para a visão de mundo do Assistente Social, e a partir da dimensão jurídica-política que instrumentaliza o trabalho no âmbito das políticas públicas. A *priori*, não significa a negação da existência da base nuclear dos fundamentos do Serviço Social (ainda que não evidencie clareza a respeito da mesma na totalidade) sobretudo, as complexas condições de trabalho (dentre elas, o restrito contingente de profissionais para atender as demandas nas prefeituras), atravessada pelas condicionalidades Institucionais, de execução dos serviços e políticas públicas, tornam o embasamento teórico-metodológico redutível às legislações e normativas que estabelecem e norteiam a implementação destas. Neste âmbito, reclama-se uma suspensão do referencial teórico e da reflexão no cotidiano profissional.

Por outro lado e correlações, o conhecimento teórico-metodológico emerge como um diferencial para a legitimação e valorização do profissional Assistente Social nos seus espaços sócio-ocupacionais.

[...] se você tem leitura, e consegue argumentar tecnicamente considerando o próprio projeto, os nossos autores, a nossa literatura que é riquíssima pra ti debater; o respeito, o olhar sobre a assistente social é outro (P7).
O Projeto Ético-político vai se dar na prática [...]os profissionais que tem comprometimento com a profissão com esse Projeto Ético-político, no momento em que tu começa a trabalhar, é que nem um quebra-cabeça, tu vai montando de um jeito, que a prática e a teoria ficam lado à lado e tu só consegue ser técnico se tu tem teoria (P7).

Afirma-se que é na atividade “prática” que o Projeto ético-político se realiza, movido pelo compromisso do profissional Assistente Social, que no exercício de seu trabalho, de maneira análoga, começa a montar um “quebra-cabeça” no sentido da aproximação de teoria e prática, de modo que ser “técnico” requer uma teoria como substrato para o debate.

A atividade prática que se manifesta no trabalho humano, cumpre suas finalidades sob a exigência de uma atividade cognoscitiva, que pressupõe produção de conhecimentos da realidade presente para transformar o mundo externo e seu próprio ser. Compartilhando com Vázquez (1986 p.192) “não se conhece por conhecer, mas sim a serviço de uma finalidade”. Nesta direção, emerge a valorização da relação teórica entre o Projeto ético-político e o exercício profissional que exprimem os limites em levar a cabo esta perspectiva no exercício profissional. Sinaliza-se, uma suspensão do acúmulo teórico para guiar-se pela “teoria da prática”:

[...] há uma relação teórica entre o Projeto ético-político e o exercício da profissional, porém a relação prática deixa muito a desejar, a materialização do Serviço Social [...]. Nas relações intrínsecas ao capitalismo, me parecem utópicas, que apenas funcionam na teoria, e que a teoria da prática não é a mesma que a teoria acadêmica (P8).

No pensamento ontológico, visto que os problemas se encontram na relação de homem e natureza ou entre o pensamento e o ser, não pode ser resolvido a margem da prática. Contudo, na afirmação de Vázquez (1986, p.172) “uma teoria não pode ficar neste plano meramente teórico, deve superar-se a si mesmo, materializar-se”.

No trabalho profissional, pressupõe fundar na atividade prática os conhecimentos prévios para o enfrentamento do objeto e das forças contrárias aos propósitos do projeto que persegue materializar e construir novos conhecimentos autênticos que o potencializem enquanto sujeito profissional na arte das mediações.

Na contracorrente, buscar solução dos problemas na própria prática ou na forma de reviver uma prática passada, que é a experiência, remete ao *praticismo*: “prática sem teoria ou mínimo dela” (VÁZQUEZ, 1986, p.211) que, no mínimo, pode levar a uma descaracterização do Assistente Social como profissional do Serviço Social.

O *praticismo* remete para o pensamento do senso comum em que o sujeito age praticamente, a medida que percebe os fatos em si, numa significação prática e utilitária e satisfação de necessidades imediatas. Nestas considerações, a objetivação do projeto profissional pressupõe uma construção teórico-metodológica que requisita um sujeito dotado de conhecimentos e disposto a mover-se na realidade concreta, onde processa os saberes e existentes e cria novas possibilidades de mediações. Esta direção transformadora, só pode ser, na afirmação de Vázquez (1986) uma atividade ao mesmo tempo crítica e prática, vale dizer, teórica e prática: teórica sem ser mera contemplação, pois a teoria guia a ação e prática, que é a ação guiada pela teoria.

O tema das competências teórico-metodológicas: totalidade emerge como atributo da formação profissional do Assistente Social. Neste sentido, as informações incidem sobre a afirmação de que o conhecimento e apreensão dos fundamentos, características e a direção social do Projeto ético-político, materializa-se no processo de formação:

[...] o profissional já obteve várias conquistas em seu exercício profissional em virtude de conhecer a profissão durante a formação profissional e por encontrar no Projeto ético-político respaldo para conquistar espaço profissional, no decorrer de seu exercício profissional (P5).

Na formação tu tens muitas áreas que te trazem embasamentos e isso te possibilita, tu ter uma noção mais ampla do todo. [...] está relacionado diretamente do tipo de formação profissional e do envolvimento dos profissionais (P4)

[...] formação é muito importante nessa questão dos fundamentos [...] a ênfase nesses aspectos, por mais que o aluno não entenda porque que tanto se aborda essas questões, eu acho muito importante pra atuação depois no futuro (P8).

Resulta da investigação, a confirmação de que a formação profissional possibilita conhecer os fundamentos da profissão, que estabelecem os parâmetros referenciais para *orientar* o exercício profissional a partir de uma noção de totalidade. Sobretudo, as conquistas nos respectivos espaços de trabalho são potencializadas à medida que o profissional potencia as articulações a partir dos

conhecimentos angariados no processo de formação, e que, nesta direção social evidencie esse engajamento teórico-prático no trabalho.

Evidencia-se que a noção de totalidade é atribuída ao plano da formação, de modo que relaciona-se “diretamente ao tipo de formação profissional e do envolvimento dos profissionais” (P4). Ou seja, percebe-se a totalidade na dimensão da atividade teórica, que recorrendo a Vázquez (1986) é a produção dos objetivos e conhecimentos, por seu objeto: finalidades, meios e resultados.

A totalidade, enquanto uma categoria do método dialético materialista (já mencionada) sustenta a teoria social crítica - base nuclear do projeto de formação na perspectiva da construção do Projeto ético-político. Neste sentido é que perfilam as competências teórico-metodológicas firmadas nas diretrizes curriculares na década de noventa, que atribuem materialidade ao Projeto ético-político do Serviço Social na contestação do conservadorismo. Para Iamamoto (2004, p.147) a competência profissional crítica “fornece bases para a leitura da realidade e o desempenho profissional voltado para a materialização do projeto profissional, que possibilite, concomitantemente, enfrentar no mercado de trabalho, a concorrência de áreas afins.

No entanto, as alterações vêm impactando no projeto de formação profissional do Serviço Social, que anuncia a participante quando se refere ao “tipo de formação profissional” (P4). Neste sentido, reconhece-se que a gênese de conteúdo das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social atual, suprime aspectos conceituais em relação a proposta instituída na década de noventa, e, impacta expressamente no tripé dos núcleos de fundamentação da formação profissional. O influxo não é aleatório às transformações societárias que impactam na reestruturação universitária na sociedade brasileira.

À medida que o conteúdo da formação acadêmico-profissional passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas (IAMAMOTO, 2008) flexibiliza-se diante dos valores e princípios dos projetos societários em disputa. Nestas perspectivas, fragiliza-se um dos componentes fundamentais que funda o Projeto ético-político do Serviço social: as diretrizes curriculares do curso.

Considerando a credibilidade das competências teórico-metodológicas fundamentalmente ao processo de formação, as tendências prospectam alterações no que compreende a produção dos objetivos e do conhecimento, ou mesmo o

objeto da atividade teórica, que, na acepção marxiana, entende-se como as “finalidades”. Um movimento que acirra redimensionamentos aos rumos do debate sobre o Projeto ético-político, a imagem da profissão na sociedade, ou mesmo a tensão de interesses distintos, interna e/ou externamente à categoria.

Tratou a organização da categoria como uma categoria intermediária a partir das manifestações que tornam explícita a contestação, por parte dos participantes, da restrita organização da categoria profissional a nível local-regional, assim como a fragilização das articulações entre categoria e organismos de representação política. Ilustra-se nos relatos:

Eu vejo assim, uma falta de organização da própria classe, classe assistente social, [...] uma dificuldade muito grande que a gente enfrenta assim, é ter um diálogo diretamente com o DAS, com o CRESS (P1).
[...] a gente tem uma categoria aqui na nossa região que está tentando se organizar, mas não está tendo a forças suficiente [...] (P8).

Contudo, os dados revelaram como característica do perfil dos sujeitos, um restrito contingente com participação ativa e engajamento em entidade de representação política da categoria (dos oito participantes, cinco não consideram-se participantes neste sentido). O Núcleo Regional dos Assistentes Sociais é uma referência de vinculação e participação efetiva para três, dos oito participantes da pesquisa. Já referiu-se que estes dados não são aleatórios a realidade num sentido mais amplo da categoria. O indicativo, neste contexto pesquisado, circunda as dificuldades de manter diálogo com o Departamento de Assistência Social municipal e com o Conselho Regional de Assistentes Sociais, como destaca-se do relato: “Uma dificuldade muito grande que a gente enfrenta assim, é ter um diálogo diretamente com o DAS, com o CRESS (P1)”.

As aspirações democráticas e populares, que atendem as premissas do código de ética profissional, desafiam a categoria para a organização dos seus membros, no sentido de afirmar-se coletivamente enquanto profissão e fortalecer-se para a efetivação de suas competências e atribuições profissionais na divisão sócio-técnica do trabalho. Parafraseando a participante “firmar como classe trabalhadora” (P8).

A investigação confirma o reconhecimento desta dimensão organizativa da profissão para salvaguardar as premissas do Projeto ético-político, que pela sua própria natureza hegemônica, que não é sinônimo de homogeneidade, dispõe de

uma direção social divergente e “na contramão” dos projetos societários que aludem à ordem social da sociedade capitalista.

[...] a gente nada muito contra maré, a gente fica remando contra maré, tem que se firmar enquanto classe trabalhadora. [...] o Projeto ético-político requer um esforço muito grande de todos os setores do Serviço Social no sentido de ter forças para “andar na contramão” do sistema que estimula cada vez o mais o individualismo (P8).

Esta divergência é imanente ao processo de construção deste projeto profissional que acompanha a curva ascendente do movimento democrático brasileiro, no período que antecede a promulgação da Constituição Federal de 1988, e o tensionamento com a ofensiva neoliberal na década de noventa. Na perspectiva neoliberal, a defesa deste projeto profissional “é marchar na contramão da história” (NETTO, 1999, p.107).

Logo, o posicionamento de vanguarda à uma nova ordem societária, o identifica nesta correlação de antagonismos e contradições, a medida que prima pelo fortalecimento da classe subalternizada da sociedade e a defesa de valores e princípios humanistas, em defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e riqueza socialmente produzida.

“Por meio da luta hegemônica, os assistentes sociais, enquanto cidadãos e trabalhadores passam a fazer parte de um “sujeito coletivo”, que partilha concepções e realiza, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política” (IAMAMOTO, 2008, p.230 apud COUTINHO, 1989).

A afirmação enquanto classe trabalhadora remete para o fortalecimento da dimensão política da categoria e o protagonismo da coletividade. Este processo implica-se ao verdadeiro sentido da participação política como necessidade de natureza humana na sociedade.

A participação é uma categoria indispensável para a materialização do projeto profissional. Há que considerar que esta elaboração primou por evidenciar a dimensão historicizada da sua construção coletiva envolvendo as entidades representativas da profissão e os eventos, fóruns deliberativos e consultivos realizados como significativas contribuições para traçar os parâmetros constitutivos do Projeto ético-político.

Para Braz e Teixeira (2009, p.191) o próprio projeto “pressupõe um espaço democrático de construção coletiva, permanentemente em disputa” que convoca para a participação, pela própria característica de profissão envolvida com o *social*, e

sob o desafio de guiar-se numa perspectiva de leitura crítica dos processos sociais e vinculado a finalidade de transformação da sociedade.

Neste contexto, pensa-se que o próprio Projeto ético-político do Serviço Social fornece os elementos básicos para sua materialização na realidade objetiva, a partir dos compromissos e objetivos teleológicos construídos e firmados coletivamente pela categoria. Assim, entende-se que este projeto encontra-se em processo de construção contínua, a partir do engajamento dos Assistentes Sociais que empenham-se permanentemente à uma perspectiva teórico-crítica de enfrentamento dos antagonismos e contradições que permeiam os processos de trabalho aos quais se vinculam como profissional especializado na divisão social e técnica do trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar como os profissionais Assistentes Social materializam o Projeto ético-político do Serviço Social no trabalho realizado no âmbito das políticas públicas, a fim de contribuir com subsídios para a discussão deste projeto.

Nesta perspectiva, realizou-se o processo de pesquisa e construção desta dissertação, sob o reconhecimento do Serviço Social como uma profissão especializada, inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, em que o Assistente Social é um trabalhador assalariado disposto a determinadas condições e relações de trabalho, entre elas as que se consolidam na esfera pública estatal de âmbito municipal, contemplada neste estudo.

Faz relevante a consideração de que, na ordem social moderna, como frisaram Marx e Engels em A ideologia Alemã, o Estado é uma instituição que mantém o caráter de uma organização para garantir os interesses da burguesia, tanto no seu interior como externamente. Este se torna um espaço de luta de classes, permeado de contradições e forças políticas antagônicas, à medida que, representam de forma desigual, interesses do capital e as conquistas históricas da classe trabalhadora e segmentos subalternos da sociedade.

No enfrentamento da questão social, acirrada pelas transformações societárias, o traço intervencionista de coesão social na relação Estado e Sociedade, se objetiva na viabilização das políticas públicas, como mecanismos de acesso da população. Regidas por leis específicas que perfazem a seguridade social, definem e estabelecem critérios de seletividade e abrangência dos benefícios, programas, serviços, mecanismos ou projetos de gestão político-institucional.

Neste primado, estas políticas resguardam as regulamentações das conquistas e garantias firmadas na Constituição Federal de 1988 a serem mediadas por regulações político-institucionais e implementação descentralizada, a partir de necessidades identificadas em âmbito local. Neste contexto, as políticas sociais fundam os espaços da gênese da profissão do Serviço Social – são bases de sustentação funcional e de trabalho da profissão e, neste estudo, *lócus* privilegiado da realização da pesquisa.

Estas premissas, contextualizadas desde o início da dissertação, permite considerar que a profissão, não apenas tem nas políticas sociais o seu espaço laboral, como adota e incorpora as funcionalidades que recebe a partir das diretrizes jurídico-formais destas políticas estatais. Logo, o exercício do trabalho dos Assistentes Sociais adquire a feição contraditória, originária destes espaços.

O estudo confirma que os antagonismos e contradições difundem-se em tensões de projetos distintos (societário e profissional) que coexistem nos espaços sócio-ocupacionais em que se movimentam os Assistentes Sociais no âmbito municipal. O Projeto ético-político do Serviço Social, de inspiração marxista, caracteriza-se por um projeto profissional crítico e progressista, que difunde valores e princípios a partir do solo histórico das transformações da sociedade, que consistiu em terreno de sua própria construção. No entanto, enfrenta o projeto de inspiração neoliberal, que prima pela desregulamentação das conquistas, especialmente dos direitos dos cidadãos, instituídos como responsabilidade do Estado, no final da década de oitenta.

O pluralismo de idéias que é inerente ao processo de construção do Projeto ético-político expressa-se no campo profissional, de modo que, exprime de um lado a concepção de uma idealização representativa de tal projeto que perfaz a díade entre àqueles que pensam (intelectual) e àqueles que submetem-se às exigências político-organizacionais das Instituições. De outro lado, é também reconhecido como eixo norteador para o trabalho profissional, e instrumento de defesa e legitimidade na divisão sócio-técnica do trabalho da direção social das mediações do Assistente Social no espaço ocupacional.

A lógica organizacional, imbricada na racionalização da gestão, das políticas sociais, imprime as condicionalidades para a viabilização das ações dos profissionais, que prescindem de meios materiais e imateriais para sua implementação e efetivação. A avaliação da legitimidade das propostas e seus resultados impactam no reconhecimento das ações e das próprias competências e atribuições profissionais. A influência ideológica dos partidos políticos locais, que disseminam interesses como mecanismos estratégicos de representatividade no espaço público, permeiam o projeto político intrínseco na gestão municipal das políticas públicas, atravessam a gestão do trabalho do Serviço Social impactando direta e indiretamente nas ações imediatas e teleológicas do profissional Assistente

Social, determinante de limites e desafios para a materialização do Projeto ético-político.

O estudo mostra que a autonomia como um princípio de liberdade no trabalho, que alude os rumos do Projeto ético-político, é atributo de dilemas e embates cotidianos. Sublinha-se a existência de divergências, expressas em limites burocráticos e subordinação à aprovações dos gestores. Em seqüência, atingir os objetivos e finalidades exige uma processual conquista (diárias e teleológica) na gênese dessas correlações de forças políticas e ideológicas.

Nestas premissas, tende-se ao controle dos meios para a realização das ações por àqueles que contratam o profissional, assim como a focalização de suas funções, a partir dos interesses Institucionais. O desafio emergente consiste em apreender criticamente os processos sociais nestes complexos e empenhar-se nas mediações, articular o fomento à participação da sociedade civil na esfera pública municipal a fins de fortalecer os mecanismos de defesa dos princípios progressistas e democráticos. Contudo, conduzir o trabalho profissional nesta direção ético-política, não é uma condição natural, precisam ser criadas e articuladas as estratégias na realidade contraditória dos processos de trabalho em que se inserem.

Contudo, é preciso considerar as implicações restritivas que residem na relação teórica-prática. As limitações na clareza do embasamento teórico-metodológico como direção social do exercício profissional do trabalho, a relativização à visão de mundo do Assistente Social, expressa limitações à dimensão ontológica do trabalho na teoria social crítica. A dialética de Marx é para conhecer a realidade e intervir sobre ela, a partir do conhecimento acumulado transformar a realidade e neste processo transformar-se a si mesmo, produzindo novos conhecimentos para a superação, e assim sucessivamente.

Contraditoriamente, a solidez do referencial utilizado para nortear as ações, consiste no aparato da dimensão jurídico-política da profissão, compreendido na legislação e normativas estritas e aquelas que provêm das próprias políticas, serviços e programas sociais que estabelecem os parâmetros para a implementação e execução das políticas públicas. Considerar esta “suspensão” do embasamento teórico nuclear do Serviço Social traz elementos, no mínimo complexos, para a materialização do Projeto ético-político no trabalho do Assistente Social.

Na acepção ontológica, afirma Vásquez (1986) que a teoria deve superar-se a si mesmo, embora prescindida dos limites do objeto e dos meios. Neste sentido, a

materialização do Projeto ético-político ocorre no jogo de forças político-institucionais na qual o Assistente Social afirma suas escolhas e direcionamento do trabalho, a partir da bagagem teórico-metodológica originária de suas condições cognitiva e cognoscível, implicadas em escolhas de valores e princípios, no entanto, não tem caráter de homogeneidade.

A perspectiva da dimensão técnico-operativa exprime as angulações que restringem as objetivações dos princípios do Projeto ético-político no exercício do trabalho do Assistente Social, a ponto de que a materialização do mesmo é delegada ao plano acadêmico como o espaço em que é possível estabelecer a reflexão ética e a potenciação das competências teórico-metodológicas.

Sobretudo, é possível apreender que o Projeto ético-político materializa-se na dialética em que se processam as conquistas ético-políticas, os avanços e os recuos, os embates e as superações que devem a esta conjugação cognoscitiva e prática do profissional, na gênese dos espaços sócio-ocupacionais das políticas públicas. E assim, responde o problema deste estudo, na elucidação de como os Assistentes Sociais materializam o Projeto ético-político no trabalho realizado no âmbito das políticas públicas das Prefeituras Municipais da Região Fronteira Noroeste do RS.

Neste contexto, pensa-se em alguns pontos de reflexão, que são substantivos de discussões: As políticas públicas possuem um caráter de funcionalidade na reprodução da ordem social. Os resultados permitem considerar que a profissão se dispõe nas “engrenagens” da reprodução do sistema, condição esta que não depende exclusivamente do trabalhador Assistente Social – é um determinante histórico;

As ambivalências das condições e relações de trabalho do Assistente Social, permeadas de conservadorismo, propagam forças que operam no sentido da manutenção das modalidades de intervenção num sentido propício ao praticismo e do pensamento funcional-estruturalista, que se desdobra no racionalismo formal e instrumental como parâmetro de conhecimento no âmbito do trabalho.

Importante considerar os aspectos indicativos da fragilização da dimensão político-organizativa da categoria, em nível local-regional, o que remete à importância do fortalecimento da participação profissional em entidades de representação política da categoria, assim como a articulação com outras categorias profissionais e projetos societários que partilhem em princípios e valores com o

projeto profissional da categoria. Os núcleos regionais despontam como uma alternativa existente, porém, carecem de fortalecimento e apoio para o movimento político qualificado como contributivo na construção do Projeto ético-político.

Com efeito, a complexidade das demandas e relações de trabalho clama por uma capacitação teórico-metodológica potenciada na formação profissional. Leva a refletir sobre as tendências do Projeto ético-político e o próprio trabalho profissional na dinâmica dos espaços sócio-ocupacionais, considerando as reformas do ensino superior na realidade brasileira e o impacto no projeto de formação do curso de Serviço social.

E, finalizando, considera-se que o processo de pesquisa contribuiu fundamentalmente para além das sistematizações possíveis de serem expressas nesta dissertação. Fica o significado de vivências, aprendizado e formação profissional, que, para a vida são intransferíveis por tratarem de elementos apreendidos nas interações acadêmicas no decorrer do curso de mestrado e para além dos muros da universidade. Possibilitou aprofundar e ampliar conhecimentos acerca das premissas originárias do problema de pesquisa e que a partir desta elaboração possibilita e instiga compartilhar dos resultados.

No sentido próprio da dialética, em que o pensamento tende a negar para superar, quando já é hora de encerrar, parece ser o momento ideal de começar. Por fim, salva-se as relativizações, linearidades das interpretações e insuficiências das considerações, que chegam parciais e em provisórias respostas – mas que descortinam novas interrogações que alimentam o propósito o processo de conhecer que não cessa!

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Formação do Assistente Social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 79. Editora Cortez, SP, 2004.

_____. **Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social**. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 50. SP: Cortez, 1996.

_____. **Formação Profissional – Trajetórias e Desafios**. N.º 7. SP: Cortez, 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social**. N.º 8. SP: Cortez, 1998.

AGUIAR, Geraldo. **Serviço social e Filosofia – Das Origens a Araxá**. 4ª Edição. SP: Cortez, 1989.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho**. SP: Cortez, 2006.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômico**. Tradução: Pietro Nasseti. 3ª ed. Martin Claret, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROCO, Maria L. **Os fundamentos sócio-históricos da ética**. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **A inscrição da ética e dos Direitos Humanos no projeto ético-político do Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 79. SP: Cortez, 2004.

_____. **Ética e Serviço Social. Fundamentos ontológicos**. 4ª ed.; SP: Cortez, 2006.

_____. **Bases Filosóficas para uma Reflexão sobre Ética e Serviço Social**. In: Serviço Social e Ética. 8ª ed.; SP: Cortez, 2007.p. 71-83.

_____. **Fundamentos Éticos do Serviço Social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília:CFESS/ABEPSS, 2009. p.165-184

BONETTI, Dilsea [et. al.]. **Serviço Social e Ética – Convite à uma nova Práxis**. 8ª Ed. SP: Cortez, 2007.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. RJ: Zahar, 2001.

BRÁZ, Marcelo. **A Hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos Constitutivos**. In: Revista Inscrita. Brasília: Ano VII. N.º X – Novembro de 2007. p. 5-10.

_____. **Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Coletânea de Leis e Resoluções. CRESS, 7ª Região – 2001. Disponível em <www.cress-mg.org.br> acessado em 03.11.2009

_____; TEIXEIRA, Joaquina B. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Pg 186-189 Brasília CFESS/ABEPSS, 2009

BRUM, Argemiro J. **Democracia e Partidos Políticos no Brasil**. Ijuí: UNIJUI, 1981.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social – Uma crônica do Salário**. 6ª Edição. Trad. Iraci Poleti. RJ: Vozes, 1998.

_____. **As armadilhas da exclusão**. In: Desigualdade e a Questão Social. SP: EDUC, 2004.p. 17-50.

CFESS. **Política Nacional de Fiscalização**. Brasília: 2009. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/pnf.pdf>> Acesso: 15 de dezembro de 2009.

CHAUI, Marilena. **Filosofia**. 2ª Edição. SP: Ática, 2009.

_____; OLIVEIRA, Pêrsio S. **Filosofia e Sociologia**. SP: Ática, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6ª Edição. SP: Cortez, 2006.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social, 10ª Região. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. In: Coletânea de Leis. Porto Alegre. RS: Revista Ampliada, 2005.

_____. **Coletânea de Leis**. Porto Alegre: Decasa/Palmarinca, 2009.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. SP: Paz e Terra, 2002.

DALARI, Dalmo de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 2ª Edição. SP: 1998.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Dicionário Digital Aurélio**. Direção geral de: Hélio Rotenberg. SP: Positivo, 2004, CDROM.

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico: Estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, N.º 91. SP: Cortez, 2007.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 8ª Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. SP: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. **Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação Profissional**. In: Cadernos ABESS. N.º 6. p. 101-116. SP: Cortez, 1993.

_____. **La metodologia em el Servicio Social: lineamientos para el debate**. In: Metodologia y Servicio Social, hoy em debate. Biblioteca Latino-americana de Serviço Social. SP: Cortez, 2000.

_____. **A questão social no capitalismo**. In: Temporalis nº 03. p. 09 – 30. ABEPSS, Grafline, 2001.

_____. **Projeto profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na atualidade**. In: Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em questão. CFESS, 2002.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 15ª Ed. SP: Cortez, 2003.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade – Trabalho e formação Profissional**. 7ª Edição. SP: Cortez, 2004.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. Trajetórias e desafios**. Boletín Electrónico Sura 107, junho 2005. Disponível em: www.ts.ucr.ac.cr. Acessado em junho 2006.

_____. **O Debate Contemporâneo do Serviço Social e a Ética Profissional**. In: BONETTI, Dilséa. **Serviço Social e Ética**. 8ª ed. SP: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche. Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: Serviço Social direitos e competências profissionais. Brasília: CEFESS, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7ª ed. RJ: Paz e Terra, 2002.

LAKATOS, Eva M. **Sociologia Geral**. 5ª ed. SP: Atlas, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. Série Temas. Trad. Alcides João de Barros. SP: Ática, 1991.

_____. **Lógica Formal/Lógica dialética**. RJ: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Marxismo**. Trad. William Lagos. Porto Alegre, L&PM, 2009.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social – Os princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. SP: Ciências Humanas, 1979.

LUNA, Florencia. **Consentimento Livre e esclarecido: ainda uma ferramenta útil na ética em pesquisa**. In: **Ética em Pesquisa. Temas Globais**. Brasília: UNB, 2008.

MARCONI, Marina A. & LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6ªEd. SP: Atlas, 2001.

_____; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. 5ªEd. SP: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Maria L. **Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. SP: Cortez, 1993.

_____. **Pesquisa Qualitativa – Um Instigante Desafio**. SP: Veras, 1999.

_____. **Serviço Social – Identidade e Alienação**. 11ª Edição. SP: Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O Capital. Volume I**. Vol. I. Tradução de Flávio R. e Kothe. SP: Nova Cultural, 1996.

_____.ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª Edição. SP: Martin Claret, 2000.

_____.ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3ª Edição. SP: Martin Claret, 2005.

_____.**A Miséria da Filosofia**. Coleção Grandes Obras do pensamento universal. SP: Escala, 2007

_____.**Os Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Disponível em <www.4shared.com> acesso em: 13 out. 2009.

MDS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

MINAYO, Maria C. S. **O Desafio do Conhecimento – Pesquisa qualitativa em Saúde**. SP: Hucitec/Abrasco, 1992.

_____. (org). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 21ª Ed. RJ: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social.** SP: Cortez, 2007.

_____. **Um Projeto para o Serviço Social Crítico.** In: Revista Katálysis. V. 9. N.2. Florianópolis, 2006. p. 141-157.

NETTO, José P. **A O Serviço Social e a tradição marxista.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. N.º 30. p. 89-102. SP: Cortez, 1989.

_____. **A Controvérsia Paradigmática nas Ciências Sociais.** In: Cadernos ABESS. N.º 5. p. 7-95. SP: Cortez, 1992.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. N.º 50. p.87-132. SP: Cortez, 1996.

_____. **A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 01. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Método y teoría em lãs diferentes matrices del Servicio Social.** In: Metodología y Servicio Social, hoy em debate. Biblioteca Latinoamericana de Serviço Social. SP: Cortez, 2000. p. 51-92.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 3ª ed. SP: Cortez, 2001.

_____. **A Conjuntura Brasileira: O Serviço Social Posto à Prova.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. SP: Cortez, 2004.

_____. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, N.º 84. SP: Cortez, 2005;

_____. **Das Ameaças à Crise.** In: Revista Inscrita. Brasília: Ano VII. N.º X – Novembro de 2007, p. 37-40.

_____. **Ética e Crise dos Projetos de Transformação Social.** In: **Serviço Social e Ética.** 8ª ed. SP: Cortez, 2007. p.21-30.

_____. **Ditadura e Serviço Social – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 12ª ed. SP: Cortez, 2008.

_____. **El orden social contemporáneo y el desafio central.** Conferência no Congresso Mundial do Chile, 2006. Disponível em www.ts.ucr.ac.cr. Acessado em junho 2008.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política – Uma Introdução Crítica.** 4ª Edição. SP: Cortez, 2008.

PAIVA, Beatriz A. de; SALES, Mione A. **A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios**. In: Serviço Social e Ética, convite a uma nova práxis. 8ªed. SP: Cortez, 2007. p. 174-208.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3ªEd. SP:Cortez, 2006

_____.**A. Política Social: temas e questões**. 2ªEd. SP: Cortez, 2009

SALES, Mione A. **Questão Social e Defesa de Direitos no Horizonte da Ética Profissional**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Modulo 2. Brasília: CEAD, 1999.

SILVA, Ademir A. **As relações Estado-Sociedade e As formas de regulação social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo II, Brasília: CEAD, 1999.

_____.**A Gestão da Seguridade Social Brasileira: Entre a Política Pública e o Mercado**. SP: Cortez, 2004.

SILVA, M. Ozanira da S.(Org.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de ruptura**. SP: Cortez, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. SP: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, A. Sanches. **Ética**. Tradução João Dell Anna. RJ: Civilização Brasileira, 1970.

_____.**Filosofia da Práxis**. 3ª ed. RJ: Paz e Terra, 1986.

VINAGRE, Marlise. PEREIRA, Maria D. **Ética e Direitos Humanos**. Brasília: CFESS, 2007

YAZBEK, Maria C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 4ª Edição. SP: Cortez, 2003.

_____.; MARTINELLI, Maria L.; RAICHELIS, Raquel. **O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, 2008. Nº. 95, ano XXIX, pg.19 a 31.

APÊNDICES**APÊNDICE A – Carta de Autorização ao Coordenador do Serviço****CARTA DE AUTORIZAÇÃO DO COORDENADOR DO SERVIÇO**

_____ / ____ / _____

Eu, _____, coordenador
(a)
do _____

_____, conheço o protocolo de pesquisa “O processo de materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no trabalho do Assistente Social” dos pesquisadores Francisco Kern e Solange dos Santos Silva da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e aprovo a coleta de dados após a aprovação do referido projeto pelos órgãos competentes (comissão científica e Comitê de Ética em Pesquisa).

Carimbo

Assinatura

APÊNDICE B – Carta Convite para os Assistentes Sociais

Porto Alegre, 10 de novembro de 2008.

Prezado (a) Sr. (a).....

É com satisfação que nos reportamos ao colega, para solicitar sua colaboração na pesquisa que estamos realizando no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Serviço Social – na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Trata-se de um projeto de pesquisa intitulado: *O processo de materialização do Projeto ético-político do Serviço Social no trabalho do Assistente Social.*

O estudo tem como objetivo: desenvolver um estudo investigativo para analisar como os Assistentes Sociais materializam o Projeto ético-político do Serviço social no trabalho realizado no âmbito das políticas públicas, com vistas a contribuir com subsídios para o fortalecimento deste projeto. Faz parte da metodologia de pesquisa entrevistas com profissionais Assistentes Sociais que estejam em pleno exercício da profissão em políticas públicas no âmbito das prefeituras municipais.

Desse modo, convidamos para sua especial participação na pesquisa referida que será realizado no período de 2008/2009, com previsão de agendamento prévio para as atividades da pesquisa.

Na expectativa de concretizar-se o presente apoio, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Francisco Kern
Orientador

Solange dos Santos Silva
Mestranda

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Assistentes Sociais

Título da Pesquisa: A materialização do Projeto ético-político do Serviço Social no trabalho do Assistente Social.

Justificativa, Objetivos e Metodologia

Trata-se de uma pesquisa realizada na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – curso de Mestrado em Serviço Social - cujo objetivo compreende desenvolver um estudo investigativo para analisar como os Assistentes Sociais materializam o Projeto ético-político do Serviço social no trabalho realizado no âmbito das políticas públicas, com vistas a contribuir com subsídios para o fortalecimento deste projeto.

Você foi selecionado para participar desta pesquisa. A metodologia a ser utilizada na pesquisa envolve instrumentos previamente formulados, o questionário e a entrevista individual são direcionados para os Assistentes Sociais de diferentes instituições dispostos a contribuir por livre consentimento com a temática intitulada neste estudo. O teor das contribuições (respostas) da entrevista será registrado por meio de gravação de áudio e anotações descritivas simultâneas em caderno de campo.

I. Desconfortos:

Os entrevistados que não quiserem responder ou sentirem qualquer desconforto durante a pesquisa terão a liberdade de desistência da participação em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízos.

II. Benefícios:

Os resultados deste estudo buscam contribuir com subsídios para o fortalecimento do Projeto ético-político do Serviço Social. Sendo assim, a pesquisa não oferece nenhum benefício direto ou particular aos sujeitos entrevistados; entretanto, esperamos que este estudo contribua com informações importantes sobre o objeto, considerada a sua delimitação, de forma que o conhecimento construído sistematicamente tenha significado para o trabalho profissional do Assistente Social, considerando que faz parte da pesquisa a divulgação dos resultados obtidos.

III. Liberdade na Participação e Contrato de Sigilo:

Ressaltamos que a concordância em participar deste estudo não implica necessariamente em nenhum tipo de despesa ou modificação no seu ambiente de trabalho, assim como não será auferido pagamento monetário por sua participação.

Fica estabelecido que todas as informações decorrentes de sua participação neste estudo, são estritamente confidenciais, estas informações somente serão utilizadas para fins de análise na elaboração da sistematização do estudo e construções científicas, sendo que nestas não serão permitidas a identificação dos sujeitos participantes, sendo resguardado sigilo sobre esta participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, ciente de que esta pesquisa foi submetida à análise e aprovação do Comitê de Ética da PUCRS, declaro que este termo foi verbalizado inicialmente à pesquisa e recebi uma cópia do mesmo. Sendo assim, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Contatos com pesquisador: solange.br@gmail.com

Contato com Orientador: francisco.kern@pucrs.br

APÊNDICE D – Questionário a ser aplicado aos Assistentes Sociais

Identificação:

Nome: _____

Contatos _____ :
 Cel. _____ Comercial: _____

E-mail: _____
 MSN: _____

1. Idade

() até 20 anos () de 21 a 30 anos () de 31 a 40 anos () de 41 a 50 anos () mais de 51 anos

2. Sexo () masculino - () feminino

3. Tempo de formação profissional (graduação)?

() 1 a 3 anos - () 4 a 7 anos - () 8 a 11 anos - () 12 a 15 anos - () mais de 16 anos

* O Serviço Social foi sua primeira opção? () Sim () Não – Qual foi?

Em caso positivo ou negativo, por quê?

4. Tempo de atuação como Assistente Social:

() 1 a 3 anos - () 4 a 7 anos - () 8 a 11 anos - () 12 a 15 anos - () mais de 16 anos

5. Unidade de ensino de graduação:

() Privada - () Pública - () Outra

6. Temática desenvolvida no TCC (objeto de estudo):

7. Forma de desempenho de atividade profissional:

() Dedicção exclusiva () Mais de um vínculo

8. Modalidade de ingresso no (s) vínculo (s):

() Convocação - () Seleção - () Concurso - () Outros

9. Área de atuação na (s) instituição:

() Assistência Social - () Saúde - () Educação - () Habitação - () Outros

Modalidade de Vinculação: () Permanente - () Contrato - () Autônomo

10. Carga horária total de trabalho semanal na função de Assistente Social

() de 8 a 20 hs () de 21 a 30 hs () de 31 a 40 hs () mais de 41 hs

11. Formação Continuada? () Não () Sim Qual?

12. Recebe algum tipo de incentivo da instituição que trabalha? () Não () Sim
Qual?

13. Vencimento (base no salário nacional) salarial mensal provinda da função de A.S:

() Até um salário () de um a três () de três a cinco () mais que cinco salários

14. Participa efetivamente de entidade de representação política no âmbito da profissão?

() Não () Sim Qual (s)?

15. Participa em atividades com outros profissionais na mesma instituição que trabalha?

() Assessoria - () Estudos, laudos, perícias sociais - () Coordenação de grupos - () Coordenação de equipes - () Supervisão () Capacitação - () Investigação - () Outros, especifique

16. Participa em ações de Gestão:

() Formulação de programas - () Elaboração de projetos - () Administração de recursos –

() Outros, comente:

17. Você acredita que há relações entre o Projeto ético-político do Serviço Social, formação e exercício profissional? () Não () Sim

*Comente com suas palavras: _____

18. Na sua opinião, o Projeto ético-político se materializa efetivamente no trabalho que realiza? () Sim - () Não

Descreva sobre sua resposta (utilize o verso da folha se necessário). _____

19. Como você descreve o dia-a-dia do seu trabalho?

APÊNDICE E – Formulário de Entrevista aos Assistentes Sociais

1) Qual a compreensão que você tem sobre Serviço Social?

*Questão desencadeadora –

2) Qual a compreensão que você tem sobre o Projeto ético-político do Serviço Social? *Questão focalizadora –

3) Qual a relação que você faz com o Projeto ético-político e o objeto de trabalho na sua intervenção profissional? *Questão focalizadora –

*Questões de aprofundamento –

a) O que você entende pela dimensão ético-política no seu trabalho?

b) Em que momento você faz a reflexão ética no seu trabalho?

c) Qual o significado que você atribui à sua função neste espaço sócio-ocupacional?

4) Como você percebe a materialização do Projeto ético-político na prática?
*Questão focalizadora –

*Questões de aprofundamento –

a) O que você destacaria como possibilidades e dificuldades no processo de materialização deste projeto no espaço que você trabalha?

b) Que estratégias você utiliza no seu trabalho que possam garantir os princípios deste projeto? Como você avalia os resultados?

c) Que competências você destaca como fundamentais para a materialização do Projeto ético-político no trabalho do A.S?

d) Como você avalia a questão da autonomia no seu trabalho?

5) Qual o embasamento teórico-metodológico (conhecimentos, referenciais teóricos) para suas ações? *Questão focalizadora.

ANEXOS

Aprovação e Cadastro no Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/PUCRS



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OP-CEP-110/09

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2009.

Senhor Pesquisador,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 09/04517 intitulado: **"O processo de materialização do projeto ético-político do serviço social no trabalho do assistente social"**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. José Roberto Goldim
Coordenador CEP-PUCRS

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. Francisco Arsell Kann
N/Universidade



Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 - Ffandar - CEP: 91210-000
Sala 314 - Fone/Fax: (51) 3320-3343
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/prog/cep